

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO

**Deficiente *versus* pessoa portadora de deficiência:
uma análise discursiva dos jornais Zero Hora e Correio do Povo**

Dissertação de mestrado

Ruvana De Carli

Porto Alegre, setembro de 2003.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO

**Deficiente *versus* pessoa portadora de deficiência:
uma análise discursiva dos jornais Zero Hora e Correio do Povo**

Dissertação de mestrado

Ruvana De Carli

Dissertação de mestrado
apresentada no Programa de
Pós-Graduação em Comunicação
e Informação da Universidade
Federal do Rio Grande do Sul
(PPGCOM/UFRGS), como
requisito parcial para obtenção do
título de Mestre
em Comunicação e Informação.

Porto Alegre, setembro de 2003.

ORIENTADORA:

Profª Drª Marcia Benetti Machado

PPGCOM/UFRGS – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

BANCA EXAMINADORA:

Profª Drª Regina Maria Varini Mutti

PPGEDU/UFRGS – Programa de Pós-Graduação em Educação

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Profª Drª Maria Alice de Mattos Pimenta Parente

PPGDESEN/UFRGS - Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Profª Drª Ilza Maria Tourinho Girardi

PPGCOM/UFRGS – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

DEDICATÓRIA

Aos meus filhos, meu lastro no mundo,
pela felicidade que nem em sonhos sonhei,
ao meu pai-amigo,
pela formatação de pensamento e caráter,
à minha mãe, pela vida,
à Lena e ao Larry, por tudo.

AGRADECIMENTOS

- ⇒ A Humberto Lippo Pinheiro, pela oportunidade de me apaixonar pelo tema.
- ⇒ A Paulo Torino e Flávio Porcello, pelas palavras certas na hora certa.
- ⇒ À Lúcia, Ana e Marcos, da secretaria do PPGCOM e a Eduardo, da secretaria do PPGEDU, na UFRGS.
- ⇒ Aos Profs. Drs. Luciana e Carlos Alberto Marques, da Universidade Federal de Juiz de Fora, aos Profs. Ms. Iafa Sarah Wainer e Francisco Dutra dos Santos Jr., da Secretaria Municipal da Educação de Porto Alegre, às Prof^{as}. Dr^{as}. Adriana Thoma, da Universidade de Santa Cruz do Sul, e Sonia Hoffmann, da Universidade do Porto, e a Renato Santana, pelo apoio.
- ⇒ À amiga Prof^a Beth Azevedo, pela permanente disponibilidade.
- ⇒ À Prof^a Dóris Schiaffino, pelo material inicial e à Prof^a Verinha Lucarelli, por facilitar minha vida sempre que possível.
- ⇒ À Prof^a Rita Rolim, por materializar a possibilidade de seguir neste caminho.
- ⇒ À Cristina Schneider, Gilberto e Mariana Mattos, da Faders, pela disponibilidade e carinho com que me auxiliaram sempre que necessário.
- ⇒ A Rogério Gustavo Dreyer e Emílio Strassburger (*in memoriam*), à Flávia Macedo Cruz, da Secretaria de Direitos Humanos e Segurança Urbana da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, e Dorvalino Filippini, a Luiz Fernando Tavares, Marcelo Lemos e Gladis Perlin, à Inês Bins Ely e Santos Eli Fagundes, pelo valioso auxílio no entendimento da intimidade da deficiência e das relações que ela estabelece ou pode estabelecer.
- ⇒ Aos parceiros da Diretoria Executiva da Astec que, compreensivos, me dilataram prazos de trabalho em momentos cruciais.

“- Você pensa que eu teria tanta dificuldade e tanto prazer em escrever, que eu me teria obstinado nisso, cabeça baixa, se não preparasse o labirinto onde me aventurar, deslocar meu propósito, abrir-lhe subterrâneos, enterrá-lo longe dele mesmo, encontrar-lhe desvios que resumem e deformam seu percurso, onde me perder e aparecer, finalmente, diante dos olhos que eu não terei mais que encontrar? Vários, como eu sem dúvida, escrevem para não ter mais rosto. Não me pergunte quem sou e não me diga para permanecer o mesmo: é uma moral de estado civil; ela rege nossos papéis. Que ela nos deixe livres quando se trata de escrever.”

Michel Foucault

SUMÁRIO

	RESUMO	2
	ABSTRACT.....	3
	INTRODUÇÃO.....	4
1	A DEFICIÊNCIA.....	13
1.1	A normalização e a interdição.....	21
1.2	Duas linhas	24
2	O Discurso Jornalístico	34
3	A Análise do Discurso	52
3.1	A opção metodológica	52
3.2	Normalidade: o contexto interpelado	58
3.3	<i>O que e como</i> dizem os jornais	61
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	93
	BIBLIOGRAFIA.....	98
	ANEXOS	
	Anexo 1 – Tabela	104
	Anexos 2 – Silenciamento	105
	Anexos de 3 a 8 – Cidadania	106
	Anexos 9 e 10 – Assistencialismo e Cidadania	112
	Anexos de 11 a 24 – Assistencialismo	114
	Anexo 25 – Palavras e/ou raízes de palavras e expressões	128

RESUMO

Esta pesquisa consiste em uma leitura do noticiário sobre pessoas portadoras de deficiência nos jornais Zero Hora e Correio do Povo, de Porto Alegre, sob a perspectiva da Análise do Discurso. Com o objetivo de “desnaturalizar” o processo de produção do discurso jornalístico em relação à forma como retrata a pessoa portadora de deficiência, questiona-se se esse retratar reforça ou não o estigma do déficit. Em um corpus de 87 notícias, publicadas entre 1º de agosto e 30 de setembro de 2001, foram mapeadas as formações discursivas dominantes e identificados alguns dos enunciadores que as originam, localizando-se as falas oriundas de duas vertentes: das entidades assistenciais e profissionais que trabalham com pessoas portadoras de deficiência, de um lado, e dos movimentos sociais, de outro – vozes que permeiam o discurso jornalístico e ajudam a configurá-lo. Buscou-se compreender as condições específicas de produção do discurso jornalístico e identificar a tensão existente entre os discursos emergentes dos movimentos sociais de pessoas portadoras de deficiência, os discursos circundantes e que versam a respeito destas pessoas e o discurso jornalístico *sobre* esta parcela da população. Considerou-se que, anteriores ao discurso jornalístico, existem duas linhas discursivas dominantes circulando nos campos político e social: *a linha da cidadania*, que é o discurso *das* pessoas portadoras de deficiência e se refere aos movimentos no sentido de buscar autonomia e igualdade de condições de acesso aos vários campos da vida; e *a linha do assistencialismo*, um discurso *sobre*, que circunda as pessoas portadoras de deficiência, fundando sua perspectiva pelo viés do déficit: a pessoa portadora de deficiência seria alguém a quem, antes de mais nada, falta algo e, por isso, precisa de atendimento externo.

ABSTRACT

This research consists on a reading of the news about person handicapped at the newspapers Zero Hora and Correio do Povo, from Porto Alegre, under the perspective of Discourse Analysis. With the aim of turning unnatural the production process of the journalistic discourse related to the way it shows the person handicapped, it is questioned if this way of showing reinforces or not the stigma of disability. Within a corpus of 87 news published from August 1st to September 30, 2001, the dominant discursive structures were mapped and their source enunciators were identified, localizing the speeches that came from two sources: from the assistential entities and professionals that works with person handicapped, in a hand, and social movements at the other hand – voices that permeate the journalistic discourse and helps to configurate it. The aim was to understand the specific production conditions of journalistic discourse and to identify the existent tension among emergent discourses from person handicapped's social movements, the surrounding discourses that concerns about those people and the journalistic discourse about that population section. It was considered that, before the journalistic discourse, there are two dominant discursive lines circulating on the political and social fields: the citizenship line, that is the discourse *of the* person handicapped and refers itself to the movements that seek for autonomy and access conditions equality to the many fields of life; and the assistential line, a discourse *about the* issue, that surrounds the person handicapped, founding its perspective through the deficit view: a person handicapped is someone to whom primarily lacks something, and because of that, needs external assistance.

INTRODUÇÃO

Este trabalho é o resultado de uma pesquisa destinada a verificar de que forma o discurso jornalístico dos dois principais jornais de Porto Alegre retrata a pessoa portadora de deficiência e se esse modo de retratá-la reforça ou não o chamado estigma do déficit. Esse estigma consiste na naturalidade com que a pessoa portadora de deficiência é vista primeiro pelo viés do déficit – antes de ser loira ou morena, magra ou gorda, de cabelos curtos ou longos, crespos ou lisos, branca ou negra, é reconhecida e/ou descrita como *deficiente*. Lucídio Bianchetti destaca: “Esses indivíduos, rotulados na literatura especializada como ‘deficientes’, ‘excepcionais’ etc. têm nome e sobrenome e estão situados geográfica e historicamente. Desconhecer este aspecto é não levar em conta o alerta feito por Paulo Freire a respeito da ‘força operacional dos conceitos’” (BIANCHETTI et al., 1998, p. 13).

A contemporaneidade abriga movimentos sociais e políticos pela conquista da cidadania do que se convencionou chamar de "minorias"¹. Incluem-se aí as questões de gênero, raciais, de classe social e, entre outras, das pessoas portadoras de deficiência (física, mental ou sensorial). É um momento de ebulição em que se verificam a entropia na organização dos discursos midiáticos e a disputa no campo das multilinguagens. As formas e os conteúdos de comunicação têm se apresentado "cada vez mais sofisticados e condicionantes da vida dos povos contemporâneos", no dizer de Luiz Eduardo Wanderley (1998, p. 15).

São vários os conceitos usados tanto pelas próprias pessoas portadoras de deficiência para sua auto-definição, quanto pelos profissionais envolvidos com as áreas afins. A única constante parece ser a busca da emancipação crescente desse setor, cuja construção da identidade de grupo ainda está em processo. O avançar passa, entre outros pontos, pela discussão sobre qual é a terminologia adequada: deficiente, pessoa portadora de deficiência, pessoa portadora de necessidades especiais, descapacitado, excepcional ou alguma das tantas outras designações em uso.

O eixo do debate está em plena migração: a deficiência está deixando de ser questão exclusiva da Saúde, Educação e Assistência Social, para ser tratada pelas Ciências Sociais, muitas vezes, em abordagens transdisciplinares. Mas, deste ângulo, o assunto segue sendo hermético. Para o indivíduo médio, sem envolvimento físico, social ou intelectual mais íntimo com a deficiência, a cultura ainda guarda a idéia preconceituosa de que o portador de deficiência é apenas

¹ O termo minorias aqui não tem caráter quantitativo, mas se refere à expressão social e política de grupos humanos junto ao todo da sociedade.

alguém bastante incapaz e que precisa de assistência diferenciada em praticamente todos os campos da vida. As discussões sobre cidadania no senso comum, baseadas num padrão de “normalização do corpo²”, cada vez mais se contrapõem à visibilidade alcançada pelos movimentos sociais que há duas décadas forçam os muros dos guetos de pessoas portadoras de deficiência e se fazem presentes na mídia. Hoje está em pauta uma discussão sobre cidadania que questiona os conceitos relativos à deficiência³ nos diversos campos, estabelecendo disputas de linguagens que podem refletir e, simultaneamente, forjar a situação social destas pessoas.

Em meio a tantos sismos, está o jornalista, que tem a tarefa de informar a sociedade. São muitos os pontos cruciais: não há editoria para a área da deficiência. Sobre esporte, cultura, economia, tecnologia e outras, as coberturas são feitas por profissionais iniciados. Mesmo na universidade, nos cursos de Comunicação Social,

² O “corpo normalizado” no senso comum é também aquele que costuma freqüentar os produtos da publicidade: um corpo jovem, vigoroso, muito mais correspondente a um padrão de beleza idealizado do que de fato existente.

³ A Tese de Doutorado de Carlos Marques em Comunicação e Cultura, na Universidade Federal de Juiz de Fora (2001), sistematiza vários pontos de vista relativos à deficiência. No manual *Mídia e Deficiência*, publicado pela Corde - Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência -, está indicado que a abordagem utilizada pelos meios de comunicação pode reforçar “estigmas e posturas preconceituosas transmitidos culturalmente, que podem significar, no mínimo, um empecilho à evolução e ao desenvolvimento social” (BRASIL/CORDE, apud MARQUES, 2001, p. 15). Nas análises acadêmicas, a deficiência também tem sido abordada sob diversos ângulos, inclusive o da perspectiva da deficiência sempre ligada a crenças sobrenaturais, demoníacas ou supersticiosas (FONSECA, idem). Marques traz, ainda, que Figueira defende que a reabilitação física, intelectual e profissional do indivíduo portador de deficiência só será válida se acompanhada da reabilitação da imagem social. Pesquisas de Figueira e Marques et al, com alunos dos ensinos fundamental e médio, mostram uma tendência a ver-se as pessoas portadoras de deficiência sob o prisma da anormalidade, considerando-as ‘inválidas’, ‘incuráveis’, incapazes de tornarem-se produtivas, enfim, dignas de pena e merecedoras de ajuda. Também Figueira (apud MARQUES 2001, p. 16) detecta “que as marcas corporais ainda impõem uma imagem superficial, não permitindo que a sociedade enxergue o ser humano além da deficiência. ”Melo e Satow verificam que a sociedade vem incorporando e repassando preconceitos acerca da deficiência há gerações, o que resulta numa imagem de inutilidade social (FIGUEIRA apud MARQUES, 2001, p. 17). Essa idéia é reforçada pelo pensamento de Ribas sobre a relação entre os valores culturais das sociedades e os modos como essas sociedades se organizam, o que termina por se refletir também nas palavras com que os homens se exprimem. “Assim sendo, em todas as sociedades a palavra ‘deficiente’ adquire um valor cultural segundo padrões, regras, e normas estabelecidas no bojo de suas relações sociais” (RIBAS, apud MARQUES, idem).

não há disciplinas que proporcionem uma reflexão sobre o imaginário coletivo, desvelando a escala de valores que orienta a vida das pessoas e que integra a constituição da identidade dos grupos⁴. No cotidiano profissional, as rotinas produtivas não contemplam construções mais críticas quanto à semântica. Por força da cultura, que passa pelo binômio ideologia-alienação⁵, muitos setores da vida não têm cobertura especializada da mídia. São, por alguma razão, secundarizados, não recebendo uma cobertura por profissional mais especificamente preparado. É o caso das questões relativas às pessoas portadoras de deficiência. Além disso, como a linguagem do discurso dos envolvidos com a deficiência segue vertentes distintas e as incursões acadêmicas nesse âmbito de análise são incipientes e ainda muito mais emanadas das áreas da Saúde e da Educação do que dos estudos relativos aos movimentos sociais no âmbito das Ciências Sociais, pode-se tomar por “natural” que o resultado seja o verificado: o discurso jornalístico utiliza terminologia heterogênea, acompanhando o discurso das fontes, o que induz a uma inversão que resulta na revitalização da cultura assistencialista, que, por sua vez, leva à exclusão das pessoas portadoras de deficiência. Mais do que isso, há fortes indícios de confusão no campo jornalístico entre os discursos *das* pessoas portadoras de deficiência e os discursos *sobre* pessoas portadoras de deficiência, como se fossem a mesma coisa, muito embora tenham gêneses absolutamente distintas.

⁴ A única exceção conhecida está, em nível de pós-graduação, na Universidade Federal de Juiz de Fora, com o curso de especialização em Mídia e Deficiência, promovido por um convênio entre o Núcleo de Educação Especial (Nesp) e o Núcleo de Pós-Graduação da Faculdade de Comunicação.

⁵ “A inversão entre causa e efeito, princípio e consequência, condição e condicionado leva à produção de imagens e idéias que pretendem representar a realidade. As imagens formam um imaginário social invertido – um conjunto de representações sobre os seres humanos e suas relações, sobre as coisas, sobre o bem e o mal, o justo e o injusto, os bons e os maus costumes etc. Tomadas como idéias, essas imagens ou esse imaginário social constituem a ideologia. A naturalização surge sob a forma de idéias que afirmam que as coisas são como são porque é natural que assim sejam. As relações sociais passam, portanto, a ser vistas como naturais, existentes em si e por si, e não como resultados da ação humana. A naturalização é a maneira pela qual as idéias produzem alienação social, isto é, a sociedade surge como uma força natural estranha e poderosa, que faz com que tudo seja necessariamente como é. Senhores por natureza, escravos por natureza, cidadãos por natureza, proprietários por natureza, assalariados por natureza, (sic) etc.” (CHAUÍ, 2000, pp. 216-9).

A pretensão deste trabalho é refletir sobre os sentidos postos em circulação pelo discurso jornalístico quando este medeia – e, ao mesmo tempo, é por eles atravessado – os discursos dos movimentos das pessoas portadoras de deficiência, além de refletir sobre os conceitos repetidos pela mídia. A pesquisa vem preencher uma lacuna tanto nos estudos de Jornalismo quanto nos estudos de áreas como Educação e Sociologia, problematizando o campo onde se imbricam os discursos sociais e políticos *das* pessoas portadoras de deficiência, os discursos sociais e políticos *sobre* elas e os discursos jornalísticos.

Nesta pesquisa, parte-se do pressuposto de que o discurso jornalístico tem autonomia relativa, sendo, ao mesmo tempo, um campo autônomo do conhecimento, com regras próprias, e um “lugar” em que circulam outros discursos – entre eles, o do assistencialismo e o da cidadania. Trata-se aqui de entender a complexidade do campo jornalístico a partir do estabelecimento de uma teia de relações discursivas.

A pergunta que nos mobiliza é: como o discurso jornalístico dos dois principais jornais gaúchos (Zero Hora e Correio do Povo) representa as questões das pessoas portadoras de deficiência? Agregada a essa pergunta principal, questionamos: os sentidos produzidos no campo jornalístico reforçam ou não o chamado “estigma do déficit”?

O percurso está ancorado especialmente na noção – sistematizada pela Análise do Discurso de linha francesa – que considera a historicidade e a relação entre

sujeitos, sendo sujeitos e sentidos os elementos do processo de significação. Sobretudo, será considerada a possibilidade de, pelas relações de forças que constituem um texto, poder-se “dizer que o lugar social dos interlocutores (aquele do qual falam e lêem) é parte constitutiva do processo de significação” (ORLANDI, 1993, p. 12). O trabalho passa, portanto, pelas relações entre lugar e sociedade no discurso jornalístico.

O objetivo principal é “desnaturalizar” o processo de produção do discurso jornalístico em relação à forma como esse retrata a pessoa portadora de deficiência, questionando se esse retratar reforça ou não o estigma do déficit. O percurso foi construído tendo em vista três objetivos específicos: primeiro, mapear as formações discursivas (FDs) do texto jornalístico que dizem respeito às questões relativas às pessoas portadoras de deficiência, buscando as formações discursivas dominantes; segundo, identificar os enunciadores que originam essas FDs, localizando as falas dos movimentos sociais – vozes que permeiam o discurso jornalístico e ajudam a configurá-lo – e as condições específicas de produção do discurso jornalístico; e, por fim, identificar a tensão existente entre os discursos emergentes dos movimentos sociais de pessoas portadoras de deficiência, os discursos nas áreas circundantes e que versam sobre estas pessoas e o discurso jornalístico a respeito desta parcela da população.

A inquietação com o tema que relaciona deficiência e discurso jornalístico está ligada à minha trajetória profissional. Jornalista e professora de Estudos Sociais por formação, em 1999, na gestão Olívio Dutra no governo do Rio Grande do Sul, assumi a Assessoria de Comunicação Social da Faders, na época, Fundação de

Atendimento ao Deficiente e ao Superdotado do RS. A Faders é um órgão do governo do estado, vinculado à Secretaria da Educação e, ao final do governo da Administração Popular, teve seu nome alterado para Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para Pessoas Portadoras de Deficiência e Pessoas Portadoras de Altas Habilidades no Rio Grande do Sul. Essa alteração ocorreu em função do entendimento da gestão de que participei, presidida por Humberto Lippo Pinheiro, de que a Fundação não deveria continuar funcionando como uma espécie de mini-governo no qual se segregaria o tratamento de todas as questões que envolvessem pessoas portadoras de deficiência. A nova compreensão dizia que era papel do Estado operar em âmbito universal, sem excluir ou segregar, de qualquer modo, qualquer extrato da população.

Chegando aí como jornalista, deparando-me com esse campo de questões complexas, cuja multiplicidade fui percebendo que o jornalismo não reflete, fui movida pelo que eu chamaria de imposição por necessidade profissional de investigar a relação entre deficiência e o discurso jornalístico – investigação que avançou para o campo da pesquisa acadêmica.

A apresentação do trabalho está organizada em três capítulos, o primeiro dos quais destina-se a contextualizar o debate sobre a deficiência. No segundo, examinamos o discurso jornalístico em relação direta com a sua exterioridade, com as historicidades que o compõem – das fontes, do jornalista, das empresas, do leitor imaginário preconcebido pelo jornalista no momento de compor seu texto e do leitor que eventualmente contata com o jornalista e o realimenta a partir dessa interação. A análise propriamente dita dos jornais Zero Hora e Correio do Povo está no terceiro

capítulo, no qual identificamos duas linhas discursivas – a do assistencialismo e a da cidadania. O trabalho conta ainda com 25 anexos, incluindo extratos do corpus, uma tabela com o mapeamento das notícias inscritas nas linhas identificadas e a sistematização de palavras, raízes de palavras e expressões que marcam o discurso jornalístico fundado pelas formações ideológicas do assistencialismo.

*"Nem coitadinho, nem super-herói.
Apenas uma pessoa comum,
com potencialidades de desenvolvimento
e algumas dificuldades específicas."*

Ana Maria Morales Crespo

1. A DEFICIÊNCIA

O conceito de deficiência tem sido diversamente estabelecido ao longo do tempo, na medida em que variam as formas de tratamento do corpo humano. E essas formas de homens e mulheres tratarem o corpo revestiram-se e revestem-se “de uma quase total irracionalidade” (BIANCHETTI, 1998, p. 23) - uma tese que resulta da observação de visões sempre fragmentadas da pessoa, ora supervalorizando o corpo, ora negando-o.

Entre os séculos XII a.C. e IV d.C., estruturam-se os discursos dos diferentes paradigmas que vão servir de modelo à construção social da diferença até a atualidade. O discurso do paradigma espartano, forjado por uma sociedade grega dedicada à ginástica, transformou a beleza e a força do corpo em ideais. A criança que não se encaixasse nesse padrão, era eliminada. O mito do leito de Procrusto “é o que fere ou mutila previamente suas vítimas para alongá-las ou encurtá-las” (BRANDÃO apud BIANCHETTI, 1988, p. 23). Conforme a mitologia grega, no

caminho entre Mégara e Atenas, Procrusto mantinha dois leitos de ferro: um pequeno e um maior. Essas camas eram o padrão preestabelecido, onde ele estendia os viajantes que aprisionava, amputando aqueles que ultrapassavam a cama menor, ou distendendo violentamente os que não alcançavam o comprimento da cama maior. Já o paradigma ateniense valoriza o ócio e a superioridade do trabalho intelectual sobre o trabalho manual. É o ideal aristotélico de um estado dirigido pelo *homo sapiens* (o que teoriza, pensa), cabendo ao *homo faber* os papéis secundários do trabalho prático. É nessa linha que Bianchetti denuncia, a partir do pensamento de Platão, a abertura de uma “fenda entre o corpo e a mente, através da qual vai soprar um vento frio pelo resto da história do mundo ocidental cristão, até os dias atuais” (BIANCHETTI, op. cit., p. 30).

Na Idade Média, entre os séculos V e XVI, com a absorção do paradigma ateniense pela cultura judaico-cristã, a dicotomia deixa de ser corpo/mente e passa a ser corpo/alma. O corpo, como “templo da alma” passa a merecer alguma consideração, entretanto, é à alma que cabe a supremacia. Assim, aos corpos fora do padrão é permitido viver, desde que sob o estigma da diferença, que passa a ser sinônimo de pecado.

Se nas sociedades primitivas, na sua maioria nômades, a norma era estabelecida pela capacidade de sobrevivência em um meio hostil à espécie humana, na atualidade ainda faz escola a lógica binária em que a normalidade de um corpo consagrado pela indústria cultural contrapõe-se à anormalidade de todo o corpo que dele divergir em qualquer aspecto. É nos sentidos atribuídos pelos discursos da história ao binômio normalidade/anormalidade, que Foucault buscou

desvendar as formações discursivas que tratam da anormalidade, constituída a partir de três elementos: o *monstro humano*¹, o *incorrigível*² e o *onanista*³. Separadas até o final do século XVIII e início do século XIX, essas três figuras se sobrepõem a partir daí (THOMA, 2000, p. 63). Assim, a anormalidade passa a servir para legitimar a normalidade e, mais do que isso, para justificar “a potencialização de um saber e de um poder de normalização” (WAINER, 2000, p. 12), substituindo os procedimentos jurídicos, médicos e educativos tradicionais. Verificou-se, no século XVIII, a formação de um aparelho de estado que permeava diversas instituições, colocando-se como

(...) tecnologia geral de exercício do poder, técnica transferível às instituições e aos numerosos e diversos aparelhos. Esta técnica constitui o avesso das estruturas jurídicas e políticas da representação, e a condição de funcionamento e de eficácia desses aparelhos (FOUCAULT apud WAINER, 2000, p. 12).

Tentativas de entender o funcionamento de tais mecanismos de poder ainda em vigor na chamada pós-modernidade, período em que hoje nos inserimos, estão em todas as áreas. Entre elas, nas ciências sociais, na psicanálise e na história, onde a comunicação vai buscar aporte de conhecimentos. Nas ciências sociais, encontra-se Keane (s.d.) que interpreta a vida pública “medievalizada”, com a

¹ O *monstro humano* é a figura que guia as práticas médicas no final do século XVIII e todo o século XIX, estando presente em toda a problemática da anormalidade - transgride as definições e classificações de humanidade, podendo ser um cruzamento de homem e animal (Minotauro, da mitologia grega), hermafroditas ou a incerteza sobre tratar-se de dois indivíduos ou apenas um, como os irmãos siameses (THOMA, 2000, p. 61).

² O *indivíduo a corrigir* é o mais difícil de ser determinado entre os elementos apresentados por Foucault, por aparecer com mais freqüência. É a ele que se destinam as instituições correcionais, que começam a surgir nos séculos XVI e XVII (THOMA, 2000, pp. 61-2) e se estendem até a virada do século XX para o XXI, quando estudos sobre um possível “tratamento” extramuros passam a buscar, embora ainda muito questionados, a reinserção social destes sujeitos, numa ótica mais voltada à cidadania e aos direitos humanos (MANIFESTO SÃO PEDRO CIDADÃO, 2001).

³ O *onanista* (ou o *masturbador*) é aquele do qual não se fala, mas está presente em todos que partilham a prática da masturbação (THOMA, 2000, p. 62).

sobreposição e interconexão de esferas públicas, diferentemente de Habermas e sua teoria da “refeudalização” da esfera burguesa, a partir de 1890⁴.

Dieter Prokop (1986) partilha a opinião de Keane quanto a ser inadequado o termo “refeudalização” da esfera pública burguesa, usado por Habermas. Para Prokop, no momento em que as grandes organizações aspiram a compromissos entre si e com o Estado, excluindo a esfera pública, a publicidade passa a permear as relações⁵. É quando, pela penetração das relações públicas, se institui o domínio da “comunicação da persuasão” e se cria a “discussão pública”, cujos objetivos são o efeito sócio-psicológico, o reforço ou a mudança de opiniões, o cuidado com a imagem e a dispersão de informação.

Habermas se contrapõe a Keane que aponta o desenvolvimento de esferas públicas em vários domínios da sociedade civil e das instituições estatais, numa tendência moderna de invasão de áreas até então imunes às controvérsias sobre o poder. A sobreposição de diversas esferas públicas, a força das relações públicas e da publicidade a mediar as relações pessoais, interinstitucionais ou com o Estado também estão no discurso de Webster (1993) como um parlamento onde se colocam as idéias em discussão, mas essa discussão é mediada pela mídia. É o conceito de

⁴ Este conceito de esfera pública foi recentemente ampliado por Habermas, a partir de uma teoria da sociedade à luz da filosofia da linguagem, representando uma rede altamente complexa e segmentada no espaço, numa multiplicidade de arenas que se sobrepõem (HABERMAS, 1996, pp.373-4).

⁵ Leopold Nosek considera falacioso o entendimento de que a globalização seja o grande organizador do debate social na atualidade: “o tema globalização não explícita, esconde”, afirma ele, vislumbrando, no momento, uma nova forma de globalização, onde “a acumulação privada é mais potente do que a acumulação estatal”. É “o privado que desmonta e submete o social de uma nova maneira”, constituindo uma espécie de doença chamada modernidade, onde “a lei da competição, da acumulação privada, do uso intensivo e indiscriminado do trabalho configuram o esmagamento de formas sociais tradicionais, expressas em redes familiares que se tornam um meio de cultura para as novas formas de subjetividade” (NOSEK, 2002, pp. 19-20).

“esfera pública fabricada”, que pressupõe que o desenvolvimento histórico - produtor da realidade excludente hoje vivida por diversos contingentes sociais - está permeado pelo discurso midiático, sendo este discurso um dos elementos que constitui o processo de exclusão⁶ nas sociedades capitalistas. Além de Webster (1995), outros estudos sobre a internacionalização da questão social, entre eles os de Beniger (1991), Ianni (1995), Palloix (1977) e Mosco (1996), revelam realidades que podem de alguma forma explicar ou, pelo menos, orientar a explicação sobre a exclusão das pessoas portadoras de deficiência do centro das discussões políticas em geral e até dos debates acerca da adoção das terminologias pelas quais, desde a segunda metade dos anos 80, têm manifestado publicamente o crescente desejo de serem tratadas. E é fundamental observar-se que a luta pela instituição de discurso(s) que adote(m) nomenclaturas adequadas não tem um fim em si mesma e não é senão a busca do reconhecimento de realidade(s) existente(s) e de, por assim dizer, “colocar as coisas nos seus devidos lugares”, identificando as características individuais para além das condições impostas pela *deficiência* em algum(ns) campo(s) da vida.

⁶ A produção da exclusão social foi intensificada com a globalização da economia, nas duas últimas décadas do século XX. A abertura comercial generalizada, paralela aos processos de privatização e de desregulamentação no mundo todo, retiraram o Estado de várias áreas e, ainda, dificultaram sua atuação. É que a grande mobilidade e mesmo a volatilidade dos capitais inviabilizaram o prosseguimento das políticas internas (MOLLO, 2000, pp. 1-3). “Todos os países do mundo foram arrastados pela mutação mundial que substituiu o poder central dos Estados nacionais pela dominação dos mercados mundiais; todos (ou quase todos) transformaram sua política macroeconômica para acomodá-la à nova situação” (TOURAINÉ, 1996, pp. 1-2). Essas transformações favoreceram o fortalecimento de empresas e grupos empresariais através da concentração (reinvestimento constante nos setores da economia em que essas empresas atuam) e da centralização (fusão e/ou incorporação daquelas que não resistem à concorrência). Mollo explica que a concentração do capital aprofunda o hiato de renda e desenvolvimento entre os países desenvolvidos e os demais, num processo conhecido como polarização que “mostra que a difusão da mudança tecnológica é grande, mas é desigual e amplia as desigualdades” (MOLLO, 2000, pp. 1-3). Assim se caracteriza a exclusão no âmbito econômico, que inclui poderosos e menos poderosos na lista das nações preocupadas com os efeitos nocivos do fenômeno. A União Européia, por exemplo, conceitua a exclusão como “um fenômeno de grande importância, que afecta todos os Estados-membros. Tem carácter multiforme, não se limita à insuficiência de rendimentos, afectando as várias dimensões da integração económica e social” (ATIVIDADES DA UNIÃO EUROPÉIA, 1989).

Beniger, em *A revolução do controle*, mencionando a cibernética e a tecnologia, exclui da tecnologia, por definição, “as capacidades que se produzem de forma natural nos sistemas vivos” (BENIGER, 1991, p. 388). Como casos ambíguos, em que a distinção não é clara, aparecem a linguagem e o cérebro humano, que podem incluir-se entre as tecnologias humanas, dado que se desenvolveram ao longo do tempo, em interação com utensílios. A este respeito, consideramos que

Alijadas do mercado de trabalho, em especial nos períodos fordista⁷ e pós-fordista⁸ da divisão do trabalho, as PPDs⁹ enfrentaram, até a segunda metade da década de 80, outro “instrumento de exclusão”: a pouca aplicação da tecnologia à restrição das barreiras arquitetônicas e tecnológicas, o que permitiria alguma integração deste espectro populacional no mundo do capital produtivo. Esta carência de recursos apresenta, como consequência secundária, o afastamento ou enfraquecimento da possibilidade de conceituar-se esse cérebro como uma tecnologia humana tão desenvolvida, dada a pouca interação com os utensílios de um modo geral (DE CARLI, 2001, p. 6).

⁷ A era Fordista-Keynesiana, analisada pelos teóricos da Escola de Regulação, se caracteriza pelo aumento do número de interconexões, que assegurou que o sistema fosse mantido em equilíbrio e sobrevivesse durante um dado tempo. As interconexões se estabeleciam no âmbito do desenvolvimento econômico, da expansão da produção e do consumo de massa e da estabilidade social. O período estendeu-se de 1945, término da Segunda Guerra Mundial, até 1973, quando um choque de larga escala, determinado pela alta dos preços do petróleo, tornou insustentável a sua manutenção. Nessa fase, a Ford, estabelecida nos Estados Unidos, é o arquétipo da empresa capitalista – esteve na vanguarda dos pagamentos dos altos salários, o que instituiu uma nova filosofia de movimentar a economia. As características do Fordismo são produção de massa, emprego de mão-de-obra predominantemente industrial, consumo massivo, domínio dos oligopólios e “Estado do Bem-Estar Social”, envolvido com a intervenção estatal na economia. A Escola de Regulação é composta por intelectuais franceses influenciados, especialmente no começo, pelas tradições marxistas do pensamento econômico. Alguns, como Michel Aglietta, distanciam-se rapidamente das tradições, enquanto outros, como Lipietz, apresentam crescente aproximação com os movimentos ecológicos. Outra associação da teoria é com a explanação holística das relações sociais, sendo que seu tema examina as relações entre o regime de acumulação capitalista e o modo de regulação. (WEBSTER, 1995, pp. 136-8).

⁸ A chamada Escola de Regulação defende o uso da expressão “new-fordismo” em vez de pós-Fordismo, por entender que há continuísmo das características capitalistas do Fordismo nesse período, sendo este uma tentativa de reconstrução e reforço do capitalismo. Os teóricos dessa tradição entendem a ‘especialização flexível’ como não sendo inteiramente nova, mas uma mutação do regime de acumulação capitalista (WEBSTER, 1995, pp. 136, 156-8).

⁹ Abandonamos o uso da sigla PPD (pessoa portadora de deficiência) um período depois da apresentação do trabalho de onde foi extraído este excerto, como resultado das reflexões provocadas pela presente pesquisa.

Com este estigma de perda que permeia as denominações utilizadas pelos diferentes discursos ao referirem-se às pessoas portadoras de deficiência, dá-se a internacionalização do processo produtivo. Conforme Ianni, a reprodução ampliada do capital “envolve não só a idéia da *fábrica global*¹⁰ e *shopping center global*¹¹, mas também a da internacionalização da questão social” (IANNI, 1995, p. 47-8), contexto em que se dá “a mundialização das classes sociais, compreendendo suas diversidades internas, suas múltiplas e distintas características culturais, étnicas, raciais, lingüísticas, religiosas e outras” (idem, p. 53). É o momento em que Christian Palloix detecta que

a luta de classe conduzida pelo capital ocorre por todo o mundo, e o proletariado não pode mais ignorar este fato. Na luta de classes em nível mundial, (...) o capital tem a iniciativa (...) É necessário introduzir a luta de classes do proletariado na análise do processo de internacionalização (PALLOIX, 1997, pp.11,13 e 16).

É nesse processo de mundialização das classes sociais, intensificado pela luta de classes que a internacionalização do capital arrasta consigo, que esses setores sociais “podem transbordar as nações e regiões, por seus movimentos sociais, partidos políticos e correntes de opinião, manifestando-se em âmbito cada vez mais amplo (IANNI, 1995, p. 53). Trata-se da *comunicação globalizada*,

¹⁰ A “*fábrica global*” é, ao mesmo tempo, uma metáfora, que expressa a produção ampliada em escala global, e uma realidade, que aponta a globalização das relações de produção (IANNI, 1995, pp. 47-8).

¹¹ O “*shopping center global*” se desenvolve conjugadamente com a “*fábrica global*”. “Intensificou-se e generalizou-se o processo de dispersão geográfica da produção, ou das forças produtivas, compreendendo o capital, a tecnologia, a força do trabalho, a divisão do trabalho social, o planejamento e o mercado. A nova divisão internacional do trabalho, envolvendo o *Fordismo*, o *Neo-Fordismo*, o *Toyotismo*, a *flexibilização* e a *terceirização*, tudo isso amplamente agilizado e generalizado com base nas técnicas eletrônicas, essa nova divisão internacional do trabalho concretiza a globalização do capitalismo, em termos geográficos e históricos” (IANNI, 1995, p. 47).

permitida pelo avanço da informática e das telecomunicações que, se já é “uma verdade para grupos e classes dominantes” (idem), para as pessoas portadoras de deficiência encontra-se em estágio diferente: aquelas que, em seu meio, dispõem de condições financeiras, culturais e de acesso às tecnologias mais avançadas formam um contingente que alcançou uma significativa inserção no mundo do consumo. Esta tendência fica demonstrada no número de sites relacionados ao tema da deficiência que podem ser encontrados na Web.

Esse movimento de mundialização das classes sociais vai, de alguma forma, globalizar as discussões dos portadores de deficiência nesse período em que ainda discutem a homogeneização do discurso de grupo a partir de visões fragmentadas. Trata-se de “uma nova janela num *locus* onde até então, as pessoas portadoras de deficiência não tinham visibilidade, quanto mais condições de organização além dos âmbitos microrregionais” (DE CARLI, 2001, p. 6). Estabelece-se assim uma nova esfera pública globalizada, que garante a mobilidade comunicacional ainda que mantida a imobilidade física. É em consequência dessa nova esfera que o grupo se insere no mundo do capital produtivo. Simultaneamente, segundo Mosco (1996, pp. 78-9), a partir da ampliação da capacidade de escolha, as transações comunicacionais e informacionais das pessoas portadoras de deficiência resultam em produtos de mídia especializados também para esta audiência. Daí advém, ainda, uma segunda consequência: a produção desses produtos midiáticos especializados vai ser retroalimentada pela produção de bens e produtos duráveis destinados a este público, em especial os que objetivam reduzir as barreiras arquitetônicas e comunicacionais, como softwares específicos para cegos e surdos e

órteses e próteses¹² para quem tiver locomoção limitada, estabelecendo-se, assim, um círculo.

1.1 A normalização e a interdição

No capitalismo, a passagem do teocentrismo ao antropocentrismo foi gradual, tendo iniciado no século XVI, quando a burguesia impõe-se à Igreja Católica e à nobreza feudal. Contudo, a concepção tortuosa da pessoa, que relaciona deficiência com pecado, que explica a segregação e a estigmatização que levou milhares – num raciocínio maniqueísta – a “serem purificadas” nas fogueiras da Inquisição da Igreja Católica, permanece subjacente na concepção de ajuda aos necessitados que resultou na criação das Santas Casas de Misericórdia, no final da Idade Média (BIANCHETTI, 1998, pp. 32-5). E perduram ainda hoje, no conjunto de normas médico-psicopedagógicas que são os paradigmas privilegiados na constituição da identidade do diferente e que lastreiam a institucionalização da medicina e da educação especial, consolidadas no século XIX. Nas duas últimas décadas desse período irrompe uma nova sociedade, formada pelas multidões citadinas que deflagram a problemática da “sociedade de massa’ e dos meios de difusão, seus corolários” (MATTELART, 2000, p. 20). É em 1835 que o astrônomo e matemático belga Adolphe Quételet funda a ‘física social’, uma ciência cuja unidade básica é o *homem médio*, calculado a partir de probabilidades matemáticas. É o cálculo das patologias sociais que, meio século depois, vai basear as ciências criminais,

¹² As órteses são equipamentos que potencializam as capacidades físicas e/ou orgânicas como, por exemplo, os óculos, as muletas, os aparelhos para surdez e as cadeiras de rodas. Já as próteses são peças que substituem órgãos ou parte de órgãos com função comprometida ou amputados. É o caso dos membros artificiais, dos implantes cocleares para surdos, dos olhos eletrônicos e dos dentes postiços.

servindo “aos juízes, policiais e médicos legistas para codificar e cumprir sua missão higienista de vigilância e normatização das classes supostamente perigosas” (idem, pp. 21-2). Estabelecido o padrão de homem *normal*, está também definido o seu oposto, o que desvia da norma, o *anormal* - uma divisão reiterada pelo discurso que produziu e reforçou práticas que buscam *normalizar*¹³ na modernidade.

É esta normalização que resultou na institucionalização de paradigmas segregacionistas das pessoas portadoras de deficiência. A pessoa portadora de deficiência, antes de qualquer outro adjetivo e antes mesmo de ser descrita como *pessoa*, é (des)qualificada como *deficiente*. A palavra é usada no tratamento cotidiano dessas pessoas em vários lugares, várias esferas e comumente na mídia.

Ainda é pouco presente a preocupação com o uso de uma linguagem adequada, muito embora, desde a segunda metade da década de 80, no interior dos movimentos sociais, esteja havendo uma ampla discussão cujo tom é pela desinterdição das diferenças - a deficiência é definida como uma ‘diferença’, no sentido de identidade, que não deve resultar em desigualdade de condições de acesso às oportunidades oferecidas a todos os cidadãos em qualquer área da vida. Na prática, o que se verifica no cotidiano, no senso comum, é o uso das definições que atribuem tanto ao termo *deficiente* como *diferente* o sentido do que é falho, incompleto.

¹³ *Normalizar* significa “eleger – arbitrariamente – uma identidade específica como o parâmetro em relação ao qual as outras identidades são avaliadas e hierarquizadas” (SILVA apud THOMA, 2002, p. 67). Ou: “*normalizar* nada mais é do que trazer o outro para a minha eficiência” (THOMA, op. cit.).

Para ultrapassar esses paradigmas segregacionistas, Wainer propõe que se substitua o conceito de deficiência (pela qual o indivíduo é o único responsável ou uma “vítima do exterior”) pelo de interdição, que “pode ser orgânica, emocional, estrutural, política, econômica... de tantas ordens diferentes” (WAINER, 1999, p. 76). Para a autora, estaria desconstituído o conceito de deficiência, pois, pertencente à ordem do orgânico, “centrado nas características individuais e biológicas do sujeito, não leva em consideração o meio no qual este está inserido e suas interações que, na atualidade, são regidas pela norma, forma de regulação da contemporaneidade” (WAINER, 2000, p.13). Adotar o conceito de interdição valoriza o simbólico da palavra, que traz o sentido de proibição e vem do juízo externo que se faz a respeito da pessoa portadora de deficiência. Como diz Foucault,

A “interdição” constituía a medida judiciária pela qual o indivíduo era, parcialmente ao menos, desqualificado como sujeito de direito. Esse quadro jurídico e negativo vai ser em parte preenchido, em parte substituído, por um conjunto de técnicas e procedimentos pelos quais se empreenderá o adestramento daqueles que resistem e a correção dos incorrigíveis (FOUCAULT apud WAINER, 2000, p.13).

Adotar o conceito de interdição no lugar do de deficiência implica circunscrever no interior da análise quaisquer circunstâncias vivenciadas pelo indivíduo que resultem em impedimentos ou reduções de sua potência. E o mais importante: mesmo que as causas desse impedimento sejam de ordem orgânica, “jamais a análise deverá se restringir a elas, já que, mais do que a condição individual, importam o contexto sociocultural e as oportunidades vivenciadas pelo indivíduo” (WAINER, 2000, p. 14).

1.2 Duas linhas

Nos âmbitos político e social, hoje é possível distinguir-se duas linhas de discurso sobre as pessoas portadoras de deficiência. A discussão sobre a linguagem adequada para retratar-se a pessoa portadora de deficiência vem se desenvolvendo no campo político, tanto na área dos movimentos sociais, quanto no interior dos governos. No Rio Grande do Sul, a polêmica ganhou força com a sucessão dos governos da chamada Frente Popular, na prefeitura da capital desde 1989 e no estado entre 1999 e 2002. Entretanto, as diferentes concepções de tratamento ideal das questões relativas a esse segmento social resultam na utilização de terminologias das mais variadas pelos diretamente envolvidos. Todas estão presentes no discurso jornalístico, já transmutadas em um novo discurso que não mais os originais.

Em termos gerais, a linha vinculada à medicina, à educação especial e à assistência social é adotada pelas instituições que trabalham na ótica do atendimento. São as casas de caridade, os grupos voluntários e uma vasta gama de associações com o objetivo de responder às necessidades imediatas. É aí que se encontram os Lyons, Rotarys e Apaes, entre outros, cujo discurso tem sido, ao longo do tempo, fortemente vinculado às áreas da saúde, educação e assistência social. Aqui o discurso parte sempre de um sujeito que fala *a respeito* da pessoa portadora de deficiência.

Nesse lugar de origem histórica do tratamento das questões relativas às pessoas portadoras de deficiência, os termos técnicos foram variando ao longo do

tempo, “passando a ser utilizados como insultos (cretino, idiota, imbecil, mongolóide etc.)” (WAINER, 1999, p.74). Tendo passado pela palavra *excepcional*, hoje essa linha ocupada com o atendimento das necessidades humanas básicas adota definições como *especial* e *deficiente* (especificando qual a área em que a deficiência ocorre: mental, auditiva, visual etc.).

É importante esclarecer que este trabalho não se propõe a estabelecer juízos de valor a respeito da forma como essas instituições desempenham suas atividades. Num contexto em que as pessoas portadoras de deficiência são, não raro, privadas de quaisquer condições de sobrevivência com um mínimo de dignidade - como de resto boa parte da população mundial - não se pode desconhecer o alento de que é capaz um teto, comida e outras atenções. O direcionamento constante, o falar por outrem que vêm atrelados à linha da assistência social é que aqui interessam. A posição ocupada pelas pessoas portadoras de deficiência nessa ordem de relacionamentos é uma das provocações do recorte desta pesquisa, filiada a um entendimento diverso da questão.

A outra linha surgida mais recentemente, ganhando força a partir da segunda metade da década de 80, centra o discurso no campo da cidadania e dos direitos humanos. Passa a ocorrer uma nova discussão no interior dos movimentos sociais, e as pessoas portadoras de deficiência buscam um espaço de “tomada da palavra para si”, colocando-se como sujeitos do seu próprio discurso. Sobre as origens desse processo, Sarup diz que

Os eventos de 1968 marcaram a passagem das lutas políticas de classe para as políticas de identidade. A diversidade de experiências pessoais levou ao declínio das identidades unificadas (a tradicional visão

marxista de classe mostrava-se inadequada) e à proliferação de identidades. Em decorrência, surgiu uma pluralidade de lutas baseadas na raça, etnia, gênero, religião, nas quais cada grupo valorizava sua própria experiência (antes ignorada ou silenciada) (SARUP, 1996, p. 46).

O surgimento e a popularização de novas tecnologias de comunicação, que provocaram um salto no grau de acessibilidade ao mundo em geral, também contribuíram sobremaneira neste sentido, conferindo às pessoas portadoras de deficiência um maior poder de articulação política. Contudo, mesmo os defensores da linha “da cidadania” ainda utilizam linguagens discrepantes e, embora circunscritos numa mesma grande identidade, há um mosaico de entendimentos da questão entre os que partilham a crença de que a pessoa portadora de deficiência deve tornar-se sujeito de sua própria história. Esses entendimentos variam de acordo com o lugar de onde parte a análise, com o tipo de deficiência e, ainda, com os diferentes períodos atravessados pelos movimentos sociais.

Cronologicamente, Peruzzo sistematiza quatro fases dos movimentos sociais: a da “mobilização”, a partir do final da década de 70, quando a população se manifestava em grandes espaços públicos; a da “organização”, numa conjuntura de maior liberdade política, em que os estatutos deram origem a inúmeras associações; a da “articulação”, no final dos anos oitenta e início dos noventa e, finalmente, a fase atual, denominada das “parceiras”, quando, na busca de maior eficácia, organizações sociais, órgãos públicos de todas as esferas, organizações não-governamentais e empresas privadas se associam (PERUZZO, 1998, pp. 40-44) em formações em rede. Já do ponto de vista conceitual, sem eliminar a diversidade e a heterogeneidade plasmadas pelo caráter eminentemente vinculado à historicidade, a mesma autora propõe também sete agrupamentos distintos para os movimentos

sociais. Entre eles, os movimentos das pessoas portadoras de deficiência poderiam ser classificados nos grupos “relacionados com as condições gerais de vida¹⁴”, “motivados por desigualdades culturais¹⁵”, “voltados à defesa dos direitos humanos” e “vinculados a problemas específicos” (idem, pp. 40-44).

As terminologias usadas pelos filiados à linha da cidadania para definir a condição de pessoa portadora de deficiência também vão variar segundo a configuração do fragmento de movimento social de onde parte o discurso ou, como qualifica a Análise do Discurso, segundo o enunciador (ver p.60). Na proposta atual, forjada no interior dos movimentos sociais, os conceitos foram sendo alterados desde a palavra *excepcional* (ainda presente no discurso do assistencialismo) até acrescentar-se “a expressão ‘portador de’, para relativizar o valor da deficiência em relação à pessoa” (WAINER 1999, p. 74). Esse processo resulta na adoção de siglas (PPD – pessoa portadora de deficiência, DM – deficiente mental -, DV – deficiente visual, PNEE – portador de necessidades educativas especiais etc) a cuja utilização a autora contrapõe que “a substituição de um termo por outro só amorteceu temporariamente a sua pejoratividade” (JANNUZZI apud WAINER, 1999, p. 74). Além disso, Wainer concorda com Deleuze que o uso desta terminologia despersonaliza as pessoas, transformando-as “como uma moldagem autodeformante que mudasse continuamente, a cada instante, ou como uma peneira cujas malhas mudassem de um ponto ao outro” (DELEUZE apud WAINER, 1999, p. 74).

¹⁴ Os “movimentos relacionados com as condições gerais de vida” (PERUZZO, 1998, p. 45) poderiam abarcar as lutas por melhores condições de acessibilidade arquitetônica, o que beneficiaria também idosos, crianças, pessoas que se deslocam com bagagem, entre outros.

¹⁵ A deficiência é constitutiva da formatação do pensamento tanto das pessoas portadoras como das não portadoras. Como lugar de valor e de geração de sentido, tem papel preponderante na constituição de uma cultura específica de quem vive a condição de pessoa portadora de deficiência.

Embora a luta política pela fixação de uma identidade das pessoas portadoras de deficiência já descreva uma trajetória de mais de duas décadas, mesmo com a proliferação dos estudos acadêmicos que transbordam as áreas da medicina, da educação e da assistência social, até o momento não se pode falar em um entendimento transdisciplinar das questões desse segmento social. Em gestação, esse enfoque ampliado está sendo forjado a partir do questionamento das classificações já existentes. É o caso, por exemplo, da PNEE - Política Nacional de Educação Especial -, editada pelo Ministério da Educação em 1994, que define a clientela da Educação Especial no Brasil. A PNEE apresenta três grandes grupos, com suas respectivas subdivisões: as *pessoas portadoras de altas habilidades* se caracterizam por apresentar uma ou mais características como intelectualidade, psicomotricidade, grande capacidade de liderança ou aptidões específicas (acadêmicas ou para artes) potenciais ou muito desenvolvidas. Já os *portadores de condutas atípicas* são aqueles que podem apresentar dificuldades de convivência devido a alterações de comportamento social e/ou emocional. E os classificados como *portadores de deficiência* são os indivíduos que apresentam comprometimento físico (de locomoção ou fala: “deficientes físicos”), mental (“deficientes mentais”) ou sensorial (“deficientes visuais” ou “deficientes auditivos”). À pessoa que apresentar mais de um comprometimento, a Educação Especial aplica o rótulo de “deficiente múltiplo”.

Simultaneamente às discussões políticas e das diversas áreas do conhecimento, os governos Federal e estaduais têm definido suas políticas públicas baseados na legislação que, embora apresentando avanços no final do século XX, ainda deixa a desejar em termos da aplicação e mesmo das definições que

estabelece. De acordo com o Decreto Federal nº 914/93, é portadora de deficiência "aquela pessoa que apresenta, em caráter permanente, perdas ou anomalias de sua estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica, que gerem incapacidade para o desempenho de atividades, *dentro do padrão considerado normal para o ser humano*" (HECK, 2003, online, grifo nosso). Definições como a legal, que fala em *padrão normal para o ser humano*, resultam no que aponta Marques:

Um fenômeno que afeta diretamente a construção social da imagem do deficiente é a categorização das características comportamentais, cognitivas, sociais e emocionais desses indivíduos. Constata-se uma tendência à generalização dessas características, como se todos os portadores de uma determinada deficiência fossem exatamente iguais (MARQUES, 2001, p. 17).

Sobre esse raciocínio homegeneizador, porém não igualitário, a respeito da condição de portador de deficiência, Wainer cita que "a organização disciplinar gera 'efeitos de normalização' (FOUCAULT apud WAINER 2000, p. 12), que se estruturam '...não [por] oposição, mas [por] gradação do normal ao anormal'" (idem, p. 13). A mesma autora menciona, ainda, Lippo que, a partir dos direitos humanos, alerta para a dificuldade no estabelecimento de critérios que permitam

(...) levantamentos estatísticos fidedignos, correndo-se o risco de '(...) não se obter êxito na elaboração dos instrumentos e na metodologia da pesquisa no sentido de dotá-los da flexibilidade e precisão necessárias para poder *captar* toda a complexidade da questão, para a qual a existência dos casos limítrofes entre duas ou mais situações é crucial' (LIPPO apud WAINER, 2000, p. 15).

No Brasil, o Censo 2000, do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - foi o primeiro a fazer um levantamento mais acurado, baseando-se em

cinco perguntas que buscavam um resultado mais minucioso do que o obtido em 1991. Foram consideradas deficiências apenas *as dificuldades que não são passíveis de correção* mesmo com o uso de órteses ou próteses. O resultado foi uma população de 24,5 milhões de pessoas, ou 14,5% dos brasileiros como portadores de algum tipo de deficiência. Os problemas de visão são maioria: 48,1%. A seguir vêm os casos de deficiência motora (22,9%), auditiva (16,7%), mental (8,3%) e física (4,1%)¹⁶. Até a divulgação desses dados, as políticas públicas nacionais eram fixadas com base em estimativas da OMS – Organização Mundial da Saúde – que calculava em 10% por cento da população o número de portadores de deficiência no Brasil. Para esse organismo da ONU, a deficiência divide-se em quatro áreas: “deficiência física (tetraplegia, paraplegia e outros), deficiência mental (leve, moderada, severa e profunda), deficiência auditiva (total ou parcial), deficiência visual (cegueira total e visão reduzida) e deficiência múltipla (duas ou mais deficiências associadas)” (HECK, 2002, p. 1).

Analisadas, porém, à luz das discussões políticas que têm se desenvolvido no interior dos movimentos sociais de pessoas portadoras de deficiência na virada do milênio, essas classificações são sempre questionáveis e o lugar da deficiência está em relação direta com a diversidade de nomenclaturas e de definições utilizadas. Por exemplo, a ausência de audição ou audição reduzida, que para a OMS caracteriza a “deficiência auditiva”, para o Movimento Brasileiro de Surdos é a marca da identidade cultural de uma população que tem formatação própria do pensamento e, inclusive, idioma próprio – a Libras (Língua Brasileira de Sinais). Já nas áreas enquadradas como deficiência física, mental ou visual, muitas das limitações

¹⁶ Dados do Censo 2000, disponíveis em <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em 29.jun.2002.

individuais desaparecem quando o meio se adapta às necessidades das pessoas. Num raciocínio linear, então, nesses casos a deficiência é do meio e não das pessoas que são apenas diferentes umas das outras, posto tratar-se de indivíduos. A própria definição do IBGE de que deficiência é toda a limitação que não desaparece com o uso de órteses ou próteses, corrobora essa idéia, na medida em que, por exemplo, uma nova tecnologia seja capaz de *corrigir a deficiência*. Assim, a deficiência estaria fora do indivíduo, no meio, nos equipamentos e no entendimento que o cercam.

Implementar essa discussão e globalizá-la na atualidade, quando as estruturas em rede dominam as organizações sociais, tem de estar na pauta das mídias, que se constituem em lugar de poder e desempenham papéis preponderantes na instituição de sentidos e no controle social:

Com o surgimento das mídias tecnológicas, com um desenvolvimento geométrico e uma capacidade de virtualização crescente, estas passam a ocupar um lugar ímpar na sociedade, (...) através de uma inversão, não mais “ver todo”, mas “fazer ver parte”, uma parte sempre pré-selecionada pelos detentores do poder, agora traduzido na forma do poder informacional (WAINER, 2001, p. 65).

Entretanto, o poder informacional das mídias também é resultante do trabalho dos jornalistas – pessoas cujas deficiências e potencialidades individuais se combinam com as possibilidades de um exercício profissional capaz de resultados diferentes conforme seja atravessado por condições de produção diversas. Dizendo-se de outra maneira, o entendimento dos jornalistas acerca das questões das pessoas portadoras de deficiência vai resultar nas escolhas do tratamento das

matérias sobre as questões desse segmento social. E dessa responsabilidade, por ofício, não há como fugir.

“Supor que, pelos menos em certas circunstâncias, há independência do objeto face a qualquer discurso feito a seu respeito, significa colocar que, no interior do que se apresenta como universo físico-humano (coisas, seres vivos, pessoas, acontecimentos, processos...), ‘há real’, isto é, pontos de impossível, determinando aquilo que não pode ser ‘assim’. (O real é o impossível... que seja de outro modo).

Não descobrimos, pois, o real: a gente se depara com ele, dá de encontro com ele, o encontra”.

Michel Pêcheux

2. O DISCURSO JORNALÍSTICO

O campo dos media é lugar de mediação social por excelência, sendo essa função mediadora, ao mesmo tempo, a essência do próprio campo e fundamental para a manutenção da ordem social. Essa é a razão pela qual Esteves reconhece, como bem específico do campo dos media, a palavra/discurso. Trata-se de um lugar de mediações simbólicas, onde o exercício da discursividade será o instrumento garantidor da “mediação social generalizada, do próprio campo com os demais campos sociais e de todos estes entre si” (ESTEVES, 1988, p. 144). É no campo dos media que se insere o jornalismo, um modelo particular de comunicação, cujos estudos já consolidaram uma longa tradição e que,

(...) tal qual a história, a sociologia e a ciência política, enuncia fenômenos sociais. Mas o jornalismo, diferente destas disciplinas, não tem o rigor científico como premissa para elaborar seus enunciados. A sua é uma premissa ética e estética. E o jornalismo, assim como a ficção, tem a linguagem como cúmplice de sua produção (BERGER, 1998, p. 19).

Tangenciados por essa cumplicidade com a linguagem, interessa-nos aqui, em particular, o jornalismo sob a perspectiva discursiva, sem desconhecer que se trata de um campo que atravessa todos os demais campos sociais, constituindo-se, por excelência, como um lugar de mediação. Simultaneamente, é atravessado por esses mesmos campos, por uma série de questões relativas à prática profissional cotidiana e por paradigmas, muitos deles em discussão ou ainda em formatação.

O “vetor”, a base material onde as questões oriundas dessas injunções afloram no jornalismo, é a notícia, na qual se evidencia a informação. Mas “as notícias não podem ser vistas como emergindo naturalmente dos acontecimentos do mundo real; as notícias *acontecem* na conjunção de acontecimentos e de textos” (TRAQUINA, 1993, p. 168).

Sob a perspectiva discursiva, o que parece evidente é que o discurso jornalístico funciona a partir dessa informação, que pode ser conceituada como a unidade do dado, do fato, da declaração, do fenômeno apreendido em sua singularidade. No jornalismo informativo, essa matéria-prima torna-se um catalisador do funcionamento do discurso jornalístico no processo de organização dos sentidos possíveis para o acontecimento singular. É, portanto, uma organização que busca relacionar hierarquicamente o inesperado, para o qual ainda não há memória, com o possível/previsível, sobre o que se pode dizer algo porque guarda alguma semelhança com ocorrências conhecidas, e, ainda, com os possíveis desdobramentos futuros. Trata-se de “traduzir” para o público aquilo sobre o que se está falando, o que é feito através de explicações e nomeações, “num processo de

encadeamento [que] cria a ilusão de uma relação significativa entre causas e conseqüências para os fatos ocorridos” (MARIANI, 1998, p. 60). É também por meio desse mecanismo que se legitima o capital do campo jornalístico: a credibilidade.

Berger, a partir de Bourdieu, considera o jornalismo como um lugar de produção simbólica e trabalha com a hipótese de que esse campo detém, privilegiadamente, o capital simbólico, já que é da sua natureza fazer crer. “A credibilidade é construída no interior do jornal assim como um rótulo ou uma marca que deve se afirmar, sem, no entanto, nomear-se como tal” (BERGER, 1998, p. 21). Relacionando credibilidade com persuasão, a autora aponta, no diálogo com o leitor, a cuidadosa construção de “sentidos de verdade”, “através de argumentos de autoridade, testemunhas e provas” (idem, p. 22). Entre as características atribuídas ao discurso jornalístico e que concorrem para constituir e reforçar a sua credibilidade, está o fato de, entre os discursos mediáticos, o discurso jornalístico ser aquele que se distingue por, supostamente, ser objetivo, verdadeiro, equilibrado. Objetivo, porque seria capaz de narrar com objetividade os acontecimentos; verdadeiro, porque poderia narrar/descrever os fatos *tal como ocorreram*, e equilibrado porque mostraria o mundo *como é*, obviamente dando voz a todos os que devessem ter algo *relevante* a dizer sobre o ocorrido.

A objetividade é uma das características mais inquietantes entre as que se atribuem ao discurso jornalístico. São vários os estudiosos que se mobilizam com o tema. No campo da teoria do conhecimento está instalado o debate tradicional que aponta a impossibilidade de conhecer-se o mundo de forma completamente objetiva, posto que a subjetividade tem grande importância na apreensão dos saberes.

Na tentativa de atingir a objetividade idealizada nas rotinas produtivas do jornalismo, Gaye Tuchman lista quatro procedimentos estratégicos, além da verificação dos fatos, a serem seguidos pelo profissional na busca da objetividade ou, melhor dizendo, como “ritual estratégico” capaz de proteger o jornalista da acusação de não ter sido “objetivo”. “Devido às diversas pressões a que o jornalista está sujeito, ele sente que tem de ser capaz de se proteger para o afirmar: ‘Eu sou um profissional objectivo’. Ele tem de desenvolver estratégias que lhe permitam afirmar: ‘Isto é uma notícia objectiva, impessoal, imparcial’.” (TUCHMAN, 1993, p. 88).

Esses procedimentos defendem uma opção pelos fatos, seguida pelo chamado jornalismo declaratório, segundo o qual *os fatos falam por si*. Os procedimentos elencados por Tuchman (1993, pp. 79-83) são: “a apresentação de possibilidades conflituais”, ou seja, mostrar duas ou mais versões do acontecimento, dando ao leitor a sensação de que pode decidir quem diz a verdade; “a apresentação de provas auxiliares” que referendem uma afirmação; “o uso judicioso das aspas”, ritual segundo o qual o jornalista, ao inserir a opinião de alguém, estaria se isentando de participação e permitindo aos fatos que evidenciem a verdade; e “a estruturação da informação numa seqüência apropriada”, conhecida como pirâmide invertida, em que o texto inicia pelos fatos mais importantes e termina pelos menos importantes. Embora este último procedimento dependa explicitamente da intervenção subjetiva do jornalista, ainda assim este pode se utilizar da noção de que tal estrutura é sabidamente “validada” pela comunidade profissional e, por isso, ele estaria escolhendo “objetivamente”, entre os fatos disponíveis, quais teriam mais

e menos importância. A subjetividade estará presente em todos os momentos da produção de notícias – sempre que o jornalista definir uma pauta em detrimento de outra, o uso de uma palavra e não outra na constituição de um texto, a escolha desta fonte e não daquela, a opção por esta declaração em vez de outra. Sempre que isso ocorrer, ele estará usando seu *news judgement*¹, e o caráter “impessoal”, “imparcial” e “objetivo” da notícia estará sendo construído sobre uma essência de subjetividade.

Moretzsohn (2002, pp. 200-1) aponta que a disputa teórica implementou o surgimento da corrente construcionista que pensa de modo diametralmente oposto à realista/positivista: a objetividade seria de todo impossível. Em outras palavras, a matéria factual existe e é determinante do discurso jornalístico, mas apenas em certa medida, dado que a apreensão dessa matéria factual dar-se-á conformada pela subjetividade dos sujeitos que atuam nas diferentes posições enunciativas que vão se amalgamar no discurso jornalístico. Por isso, fica demonstrado que

(...) a subjetividade presente no processo de apreensão dos fatos indica que o jornalismo não é o *discurso da realidade* (como diz ser) mas *um discurso sobre a realidade*. Desse modo, (...) [as] interpretações fazem toda a diferença (MORETZSOHN, 2002, p. 201).

De outro lado, Josenildo Guerra confronta as duas escolas e defende a existência do conceito de objetividade como fundamento do jornalismo que, pressupõe, “realiza uma mediação discursiva entre a realidade e o público” (GUERRA, 2000, p.1).

¹ O produto da conciliação de seus critérios éticos e jornalísticos (MACHADO e JACKS, 2001, p.281), que é constitutivo dos processos decisórios presentes nas rotinas produtivas do jornalista.

O discurso jornalístico pode ser sempre entendido como uma modalidade de *discurso sobre*, transformando assim o mundo sobre o qual fala em seu objeto. Dessa forma, o sujeito enunciador produz um efeito de distanciamento, como se o jornalista fosse um observador imparcial, que *não se envolveu* com a questão e, portanto, estivesse credenciado a expressar opiniões isentas de interesses de qualquer ordem.

O *discurso sobre* ocupa uma posição intermediária entre o *discurso-origem* e o leitor com o qual conversa, portanto, depende dos discursos originados em outros campos e *se alimenta* dos sentidos ali constituídos, embora, divulgando, o próprio discurso jornalístico também constitua sentido. Esses *discursos-origens* vários, que constituem uma potencial rede de cristalização de sentidos, constroem a deficiência de formas diversas e são, de maneira geral, enunciados de campos de saberes já reconhecidos pelo interlocutor. Tendo o mundo como seu objeto e na contínua tarefa de explicá-lo, traduzi-lo, torná-lo passível de ser entendido pelo leitor, os jornais viajam por essa teia de sentidos, *escolhendo* alguns que serão amplificados e outros que serão descartados do mundo na medida em que não serão divulgados na mídia. O discurso jornalístico constitui-se, assim, em um lugar de autoridade², materializado em veículos que não são o mundo, mas buscam reproduzi-lo não só nos textos, como também nas estruturas de suas redações. “Sob qualquer aspecto analisado, vai-se encontrar gente de diversos matizes”, diz Altair Nobre, editor-executivo de

² Mariani indica em nota que, de acordo com Orlandi (1990, p. 37), “é no ‘discurso sobre’ que se trabalha o conceito de polifonia. Ou seja, o ‘discurso sobre’ é um lugar importante para organizar as diferentes vozes dos discursos de (...) origem. [O discurso sobre] organiza, disciplina a memória e a reduz”. Mariani indica, ainda, que Orlandi, ao considerar o “discurso sobre a seriedade”, aponta a relevância que a utilização do discurso sobre confere ao seu enunciador. “Ao mesmo tempo, não é de qualquer lugar que se pode ‘falar sobre’” (MARIANI, 1988, p. 241).

Zero Hora³, que trabalha com uma equipe de perfil quase tão diversificado quanto a própria sociedade: “temos desde o heterossexual chavão, até o homossexual; desde a ‘patricinha’, até a repórter que tem dificuldade de encontrar um lugar para morar; desde o cara que é o mais preconceituoso, até o mais sensível às questões dos direitos humanos, por exemplo”. Segundo Nobre, é papel do editor aproveitar as potencialidades desse grupo para obter os melhores resultados possíveis em cada matéria pautada. “É colocar a pessoa certa no local certo, com perfil para isso”, explica. De outra forma, pode-se dizer que o editor deve, em certa medida, conhecer as formações imaginárias e os *news judgements* de sua equipe.

Produzidos a partir de determinadas posições de sujeito, além das formações imaginárias do jornalista, outros fatores interferem nos sentidos instituídos pelo discurso jornalístico: as condições de produção sob rotinas produtivas específicas, as formações ideológicas nas quais se insere o jornalismo, o poder de trânsito das fontes que, muitas vezes, são locutores com algum poder de inserção e o poder simbólico da própria instituição “jornalismo”.

Nas formações imaginárias do jornalista atuam as impressões do profissional sobre si mesmo, sobre o leitor, o papel do jornalismo, as fontes e, ainda, sobre as informações com as quais trabalha, bem como as articulações desses fatores entre si. As formações imaginárias são compostas, em parte, pelo que, em análise do discurso, Michel Pêcheux denominou de *pré-construído*, presente no interdiscurso, onde se distingue de outro elemento, as *articulações*.

³ Altair Nobre foi ouvido em entrevista aberta realizada pela autora em 26/06/2003.

“... o pré-construído corresponde ao ‘sempre-já-aí’ da interpelação ideológica que fornece-impõe a ‘realidade’ e seu ‘sentido’ sob a forma da universalidade (‘o mundo das coisas’), ao passo que a ‘articulação’ constitui o sujeito em sua relação com o sentido, de modo que ela representa, no interdiscurso, aquilo que *determina a dominação da forma-sujeito*” (PÉCHEUX, 1997, p. 164).

Já o interdiscurso se constitui pelos discursos anteriores presentes naquele que está sendo analisado e são esses mesmos discursos anteriores que definem as posições enunciativas, os contextos de onde falam seus enunciadores. As formações imaginárias são, portanto, conceitos implícitos a partir dos quais o jornalista vai moldar a matéria, são as idéias que tem a respeito de si mesmo, em relação ao trabalho que realiza e ao leitor para o qual esse trabalho se destina. Muitas dessas idéias seguramente vão ser *esquecidas*, ou seja, estarão presentes no discurso jornalístico de maneira oculta, como um não-dito que, mesmo não sendo mostrado nas palavras do texto, é mais do que um silêncio, “um sussurro” (cf. MACHADO, 2000) constitutivo do sentido explicitado na materialidade desse texto.

Para o perfil atribuído pelo jornalista ao leitor para o qual escreve concorrem, de acordo com os editores, entre outros, na Zero Hora, os dados fornecidos pelas pesquisas socioeconômica, de gênero e de faixa etária, enquanto no Correio do Povo são consideradas a antigüidade do jornal e a preponderância da circulação através de assinaturas. “O simples fato de ser um jornal destinado praticamente só a assinantes [dá clareza] [...] de algumas necessidades e desnecessidades como, por exemplo, eu não tenho necessidade de manchetes sensacionais para vender jornal em banca”, afirma Telmo Flor, diretor de redação do Correio do Povo⁴. Existe,

⁴ Telmo Flor foi ouvido em entrevista aberta realizada pela autora em 30/06/2003.

então, um leitor anterior que funciona como interlocutor no momento da produção da notícia.

“Há um leitor virtual inscrito no texto. Um leitor que é constituído no próprio ato da escrita. Em termos do que denominamos ‘formações imaginárias’ em análise do discurso, trata-se aqui do leitor imaginário, aquele que o autor imagina (destina) para seu texto e para quem ele se dirige. Tanto pode ser um seu ‘cúmplice’ quanto um seu ‘adversário’” (ORLANDI, 1993, p. 9).

No exercício do trabalho também está presente aquele que o jornalista julga ser o papel do jornalismo e este é outro fator que entra em jogo nas articulações do interdiscurso. “O jornalista tem que procurar abstrair [...] o que é a função pública, a função social como profissão, que é [...] ser um mediador da sociedade, [...] [deve buscar] produzir informação que seja útil para a sociedade”, nas palavras do editor executivo de Zero Hora.

As formações ideológicas nas quais se insere o jornalismo também intervêm na posição de sujeito. Estão aí postos os padrões de pensamento a partir dos quais se formulam e aplicam conceitos sobre o mundo em todas as suas áreas. Na produção jornalística as formações ideológicas vão permear muito especialmente o pensamento empresarial, uma das variáveis responsáveis pela constituição de sentido do discurso jornalístico produzido nos veículos da empresa. Zero Hora, por exemplo, diz buscar o que chama de uma postura pró-ativa. “Uma função social [...] é a de discutir a solução, oferecer a solução, de ir atrás da solução”, explica Altair Nobre sobre esse enfoque “meio novo do jornalismo, que tem mais a tradição de mostrar o problema”.

Já para o Correio do Povo, há uma preocupação diferenciada com determinados segmentos. “Nós nos tornamos mais suscetíveis a ouvir esses setores [pessoas negras, pessoas portadoras de deficiência, pessoas pobres, que foram ofendidas durante décadas] [...], somos mais solidários a esses segmentos do que ao segmento dos banqueiros, por exemplo”, afirma Telmo Flor, atribuindo a constituição dessa formação ideológica a uma “culpa social coletiva” que atingiria os jornalistas no exercício profissional cotidiano, como também influenciaria a formatação do pensamento da própria empresa. Essa seria, portanto, uma preocupação *do jornal*, e não somente dos profissionais que nele trabalham, que permeia todo o processo produtivo, preexiste a esse processo e é determinante na combinação de fatores que vai levar a uma notícia constituída de uma forma e não de outra. Levando-se, ainda, em conta que a noticiabilidade de um fato está relacionada ao afastamento daquilo que é considerado normal, pode-se dizer que, nesse sentido, o padrão de pensamento do jornal é partilhado pelos jornalistas que nele trabalham. Como diz Soloski (1993, p. 97),

(...) o *news judgement* exige que os jornalistas partilhem as pressuposições acerca do que é normal em sociedade, uma vez que a noticiabilidade de um acontecimento está relacionada com o afastamento daquilo que se considera normal. Ao concentrar-se no desvio, no estranho e no insólito, os jornalistas defendem implicitamente as normas e os valores da sociedade. Como as fábulas, as “estórias” noticiosas contêm uma moral oculta.

A perspectiva ideológica a partir da qual se constrói o discurso jornalístico não é conscientemente partilhada pelos profissionais, que têm, na estrutura de poder da sociedade, o lugar *natural* onde buscar suas fontes, “por isso, as notícias tendem a defender o *status quo*” (SOLOSKI, 1993, p. 97). O poder de trânsito das fontes no meio jornalístico, determinado pelo poder de inserção de alguns dos locutores junto

aos quais os jornalistas obtêm suas informações, configura outra das posições de sujeito importantes no discurso jornalístico. Em termos da análise do discurso, poder-se-ia falar na presença ou mais ou menos intensa, ou mais ou menos marcante dos enunciadores dos *discursos originais*. Nelson Traquina afirma que o jornalista sabe que as fontes não são desinteressadas e, por isso, só pode *confiar* naquelas que têm condições de comprovar sua *credibilidade*. Estaria convencido que as posições de maior autoridade conferem credibilidade às fontes⁵, o que resulta na conclusão de que “pessoas com maior autoridade, essas que têm contactos regulares com os profissionais do campo jornalístico, permitindo assim provar sua credibilidade, são favorecidas no processo de produção de notícias” (TRAQUINA, 1993, p. 173).

Sob este raciocínio não seria incorreto dizer que a divulgação sobre os movimentos em torno das questões das pessoas portadoras de deficiência acabou por fazer proliferar as fontes sobre o tema da deficiência. Além disso, quanto mais os movimentos sociais e as instituições assistenciais foram estreitando laços com a mídia, maior a influência sobre as formações ideológicas dos jornalistas, com óbvia repercussão sobre o discurso jornalístico. Telmo Flor lembra que há pouco mais de duas décadas eram comuns expressões como “perneta”, “maneta” ou mesmo um tratamento de linguagem que pré-julgava, por exemplo, quem era detido para averiguações. Hoje, se o jornal usar uma linguagem inadequada para retratar alguém ou alguma instituição, aquele que se sentir prejudicado liga para a redação e exige direito de resposta ou, no mínimo, vai cobrar do repórter - aquele que está na ponta do processo - na primeira oportunidade, quando se encontrarem.

⁵ “Algumas pessoas pela posição que ocupam, sabem mais que outras pessoas; daí, devem ter acesso a mais factos e, então, a sua informação deve ser, em princípio, mais correta” (TRAQUINA, 1993, p. 172).

O poder simbólico do jornalismo como instituição é também determinante no discurso jornalístico que, como qualquer outro discurso, é sempre efeito de sentido e gerador de sentido. Se, como diz Berger (1998, p. 23), “cada campo caracteriza-se por deter um determinado capital [e], a cada capital corresponde um determinado discurso”, em sendo o capital do campo jornalístico a credibilidade, como propõe a autora, o poder do jornalismo de fazer crer por meio de seu discurso está inextricavelmente ligado à sua própria função mediadora. E esse poder do campo está concentrado no jornalista, que é o responsável pelo ato de nomear, a partir de onde qualifica ou desqualifica, inclui ou exclui, escolhe ou despreza, legitima ou não.

O poder simbólico como o poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer crer e fazer ver, de confirmar ou de transformar a visão de mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer ignorado como arbitrário (BOURDIEU apud BERGER, 1998, p. 22).

Portanto, ao cumprir a função social do jornalismo de transpor o acontecimento ao seu relato, o jornalista legitima a informação pela enunciação. É o mecanismo que consolidou, ao longo do tempo, o conceito da imprensa em sua função mediadora como *o quarto poder* que é simbólico, “um poder de fazer coisas com as palavras. E somente na medida em que é verdadeira, isto é, adequada às coisas, que a descrição faz as coisas” (BOURDIEU apud BERGER, 1998, p. 22). O discurso jornalístico diz respeito não apenas aos modos de conhecer, reconhecer e interpretar acontecimentos, mas também ao poder de estruturar relações, definindo parâmetros e “mapas de significados”. Os meios de comunicação

(...) apresentam a primeira, e muitas vezes a única, fonte de informação acerca de muitos acontecimentos e questões importantes. Mais ainda, dado

que a notícia está repetidamente relacionada com acontecimentos que são “novos” ou “inesperados”, aos *media* cabe a tarefa de tornar compreensível o que chamaríamos “realidade problemática”. Os acontecimentos problemáticos rompem com as expectativas comuns e são, por conseguinte, ameaçadores para uma sociedade baseada na expectativa do consenso, ordem e rotina. Assim, o delineamento, por parte dos *media*, de acontecimentos problemáticos dentro dos conhecimentos convencionais da sociedade é crucial de duas maneiras. Os *media* definem para a maioria da população os acontecimentos significativos que estão a ter lugar, mas também oferecem interpretações poderosas acerca da forma de compreender estes acontecimentos. Implícitas nessas interpretações estão as orientações relativas aos acontecimentos e pessoas ou grupos nelas envolvidos (HALL et al, 1993, p. 228).

Sob outro aspecto, no campo das condições de produção, Soloski defende que as regras de política editorial servem para controle do comportamento dos jornalistas e a principal dificuldade consiste em operar dentro de organizações comerciais que visam ao lucro. Eis aí o fulcro de boa parte do que chama de “constrangimentos” do exercício profissional: onde a ideologia do capitalismo e a ideologia do profissionalismo (a fidelidade às normas deontológicas da profissão) tornar-se-iam incompatíveis.

Essa e outras variáveis compõem o conjunto de condições de produção do discurso jornalístico chamado contexto e referem-se à externalidade do processo de organização da realidade em forma de notícia. Como lembra Berger (1998, p. 20), é preciso ver a notícia dentro de uma complexa rede produtiva. Sob essa perspectiva, “as notícias passam a ser produtos produzidos por jornalistas assalariados, mais ou menos bem pagos, que trabalham num mercado mais ou menos saturado e competitivo, em redações com determinadas definições hierárquicas”. A logística da produção, o aporte tecnológico do meio e do próprio veículo, o orçamento, a historicidade do jornalista e do leitor para o qual escreve, a inscrição da fonte no interior do processo de confecção da notícia são também variáveis que, entre outras,

se combinam na execução das rotinas produtivas, uma influência cujos estudos ganharam ênfase com o paradigma construtivista, na década de 70. É nas rotinas produtivas que estão postas as condições em que trabalha o jornalista no seu cotidiano: a organização de acordo com os métodos da empresa à qual está vinculado, dos tempos da produção (cada fase do processo tem horário limite para ser finalizada) e dos espaços e formatos a que tem de se adequar. Como diz Meditsch (1997, online):

Como toda outra forma de conhecimento, aquela que é produzida pelo Jornalismo será sempre condicionada histórica e culturalmente por seu contexto e subjetivamente por aqueles que participam desta produção. Estará também condicionada pela maneira particular como é produzida. (...) Um dos principais problemas do Jornalismo como modo de conhecimento é a falta de transparência destes condicionantes. A notícia é apresentada ao público como sendo a realidade e, mesmo que o público perceba que se trata apenas de uma versão da realidade, dificilmente terá acesso aos critérios de decisão que orientaram a equipe de jornalistas para construí-la, e muito menos ao que foi relegado e omitido por estes critérios, profissionais ou não.

Esses condicionantes, portanto, também vão determinar os sentidos constituídos pelo discurso jornalístico. Por exemplo, é consenso entre jornalistas que um título deve ser “enxuto”, dizer o máximo, ocupando o menor espaço possível. Assim, deste ponto de vista, em um título será sempre preferível utilizar-se *deficiente* a *pessoa portadora de deficiência*, ainda que as expressões constituam sentidos completamente diferentes.

Dessa forma, torna-se evidente que, sendo um *discurso sobre*, enunciado de um lugar investido do poder de fazer crer, o discurso jornalístico acaba não apenas reproduzindo, mas também construindo, consolidando significados *sobre a*

realidade. Esse poder deriva de uma posição privilegiada, de instituição arraigada às práticas sociais, que se apresenta como mediadora *neutra*, garantidora de “foros de *verdade* aos fatos que divulga - e que supostamente ‘falam por si’ – elidindo as mediações discursivas (portanto, ideológicas) que dão a esses fatos o *status* de notícia” (MORETZSOHN, 2002, pp. 201-2). Semelhante ao discurso pedagógico, o discurso jornalístico faz crer que apenas *apresenta os fatos como são* e cria essa ilusão através do uso que faz das palavras, com uma linguagem pretensamente *isenta de subjetividades*.

Se não só reproduz, mas também constrói significados *sobre* a realidade, então se pode dizer que o discurso jornalístico é um modo de conhecimento com regras próprias, embora atravessado por outros campos. Dessa forma, reproduz e *produz* conhecimento. Atuando na institucionalização social de sentidos, o discurso jornalístico contribui na constituição do imaginário social a partir da divulgação de modos de ver o mundo e da consolidação de quadros de referência. Altair Nobre, da Zero Hora, considera que o jornal tem um papel dentro da sociedade e, para cumpri-lo, “vamos focar mais tais áreas, porque (...) a equipe, a cúpula⁶ considera essas áreas prioritárias, ou essas as abordagens prioritárias”. Na formação desse mosaico de prioridades, Nobre destaca que a grande preocupação é com o ponto de vista do usuário sem, contudo, restringir-se a questões meramente práticas, mas propondo discussões acerca de *como melhorar a sociedade*. Nesse sentido, assegura que o jornal prefere tratar notícias sobre “portadores de deficiência sob o enfoque da cidadania, da superação” relegando as informações sobre assistencialismo às matérias de serviços.

⁶ A “cúpula” a que se refere o editor nesse caso é formada pelos diretores da empresa proprietária do jornal e os acionistas com cargos diretivos. É através dos editores que as decisões dessa cúpula são aplicadas no processo produtivo.

Eduardo Meditsch defende a hipótese de que o jornalismo é uma forma de produção de conhecimento que, na prática, “tanto pode servir para reproduzir outros saberes, quanto para degradá-los, e é provável que muitas vezes faça essas duas coisas simultaneamente” (MEDITSCH, 2002, online). Esse é, de certa maneira, um movimento natural do discurso jornalístico, em especial se considerarmos que a vasta maioria dos textos em que esse discurso se materializa é polifônica – as notícias são construídas a partir de várias vozes, determinadas pelas diferentes posições de sujeito: os enunciadores dos discursos-origem, o locutor do *discurso sobre*, os interlocutores aos quais os textos se destinam e aqueles de quem se fala nesses textos. Assim, nesse jogo de vozes, instala-se uma disputa de sentidos que vão estabelecer formas de ver o mundo segundo padrões de pensamento.

Entre as características do discurso está aquela que Bakhtin chamou de dialogismo, segundo a qual é a partir das relações com o outro que o homem toma consciência de si. E esse é um produto das ações e interações no campo da linguagem, onde a palavra é a matéria-prima a partir da qual se molda o discurso.

“(...) toda palavra comporta duas faces. Ela é determinada tanto pelo fato de que procede de alguém, como pelo fato de que se dirige para alguém. Ela constitui justamente o produto da interação do locutor e do ouvinte. Toda palavra serve de expressão a um em relação ao outro. Através da palavra, defino-me em relação ao outro, isto é, em última análise, em relação à coletividade. A palavra é uma espécie de ponte lançada entre mim e os outros” (BAKHTIN, 1986, p. 113).

Não há como não interpelar as palavras para, através delas, dos sentidos que revelam e escondem simultaneamente, perseguir-se o propósito de buscar a

resposta ao problema que nos mobiliza aqui: os sentidos produzidos no campo jornalístico reforçam ou não o estigma do déficit?

“A palavra é o próprio homem. Somos feitos de palavras. Elas são nossa única realidade ou, pelo menos, o único testemunho da nossa realidade.”

Octávio Paz

“Os signos são experiências mais potentes do que tudo o mais e, por isso, quando se lida com as coisas que realmente importam, então se lida com palavras. Elas têm uma realidade que excede em muito as coisas que as designam.”

William Glass

3. O QUE DIZEM OS JORNAIS

3.1. A opção metodológica

Há mais de um motivo para a opção pela Análise do Discurso (AD) de vertente europeia, mais especificamente francesa. Primeiro, porque esta ferramenta metodológica possibilita entrever os processos discursivos atuantes na cristalização de determinados sentidos em detrimento de outros, em qualquer tipo de discurso, inclusive no discurso jornalístico (DJ). Segundo, pelo fato de trabalhar com textos sob duas perspectivas: lingüística e histórico-social, sendo que cada uma dessas perspectivas atravessa e é constitutiva da outra, resultando em um funcionamento em rede. É a relação do texto com a história - “seja a história universal, seja a história do sujeito falante, seja a história do sujeito a quem o texto se dirige” (MACHADO, 2000, p. 85) – que vai determinar como o analista vai construir a *sua* metodologia de pesquisa. Trata-se do preestabelecimento de um percurso por parte do investigador, percurso este que vai sendo determinado pela sua própria historicidade, de acordo com as suas próprias formações ideológicas e aquelas que

o atravessam. E, por fim, a Análise do Discurso pode dar conta teoricamente de uma complexidade maior de raciocínio, que considera a existência do binômio objetividade/subjetividade no interior de um mesmo discurso jornalístico.

Sendo a memória um conceito caro à proposta deste trabalho, de verificar se a maneira como o DJ retrata a pessoa portadora de deficiência reforça ou não o estigma do déficit, é por essa razão que se destaca a importância dos processos discursivos “para a tessitura e homogeneização da memória histórica oficial de uma formação ou grupo social” (MARIANI, 1998, p. 39). Essa idéia remete a Verón, que define a primeira dimensão da semiose social – o ideológico – como o “nome de sistema de relações entre um conjunto significativo dado e suas condições de produção” (VERÓN apud PINTO, 1999, p 40). É também o que estabelece Berger (1998, pp. 10-11): “Assim como a mídia absorve o universo cultural dos subalternos, (...) os movimentos sociais consideram a dinâmica da imprensa na elaboração de suas estratégias políticas”.

No campo social, tanto os movimentos de pessoas portadoras de deficiência, quanto as instituições que trabalham nas linhas do atendimento e assistência, buscam entrar na pauta de notícias dos veículos. Isso ficou evidente nas entrevistas realizadas para este trabalho com os editores da Zero Hora (ZH) e do Correio do Povo (CP)¹. Ambos afirmaram que as fontes ligadas às notícias em que figuram

¹ Zero Hora foi tomada como o primeiro jornal de referência no Rio Grande do Sul por deter um dos componentes de dominância no cenário da comunicação brasileira, posto que pertence ao grupo RBS que possui 17 canais de televisão afiliados à Rede Globo – detentora da maior audiência no país. Já o Correio do Povo é considerado o jornal de referência pelo prestígio alcançado por sua tradição (BERGER, 1998, p. 47). Os dois veículos apresentam-se no formato tablóide, sendo que ZH distribuiu 163.574 exemplares diários em agosto e 170.691 em setembro de 2001, enquanto o Correio do Povo circulou com a média de 188.070 exemplares aos domingos e 189.191 em dias úteis, conforme informações fornecidas pelos seus respectivos editores. O Grupo RBS, de ZH, conta com mais cinco

peças portadoras de deficiência são as mais variadas possíveis: desde um político que criou uma lei referente ao setor, passando pelas universidades que estudam as diversas áreas em que circulam questões das deficiências, até entidades representativas e instituições que trabalham, em particular, com assistência social, saúde, educação.

Todos, de uma forma ou de outra, procuram contato com os jornais para buscar cobertura de suas iniciativas. E esta necessidade de estar na mídia, de ser por ela representado e assim reconhecido, relaciona-se com a própria necessidade de buscar na exterioridade, através do olhar do outro, reconhecer-se.

É, portanto, a mídia que se legitima como mediador universal dessa relação que Bakhtin chamou de dialógica e que se concretiza no campo da linguagem. É ao sermos nomeados pelos outros que nos reconhecemos. Assim, o processo de reconhecimento do sujeito social, contextualizado, tem necessariamente âncoras em campos diversos, de onde emanam enunciados distintos que vão formar e conformar as nomeações.

Na atualidade, a AD apresenta-se como alternativa metodológica capaz de compreender conceitos e práticas polissêmicas e dinâmicas, nesse contexto em que

diários na região Sul (Diário Gaúcho, de Porto Alegre/ Rio Grande do Sul, Pioneiro, de Caxias do Sul/ Rio Grande do Sul, Diário de Santa Maria, de Santa Maria/ Rio Grande do Sul, Diário Catarinense, de Florianópolis/ Santa Catarina e Jornal de Santa Catarina, de Blumenau/ Santa Catarina), além de 19 emissoras de televisão e 22 emissoras de rádio. Essa rede regional tem o jornal Zero Hora como carro-chefe. Já o Correio do Povo, fundado em 1895 pela Empresa Jornalística Caldas Júnior, foi o primeiro veículo gaúcho a substituir o jornalismo político-partidário pelo jornalismo informativo. A circulação foi interrompida em 1984, em função de problemas financeiros, e retomada em 1986, após profundas alterações gráficas e editoriais, resultantes da troca de comando empresarial. O Correio do Povo é o jornal de maior circulação no Rio Grande do Sul e o veículo mais importante da empresa que conta, ainda, com um canal de televisão e duas emissoras de rádio.

os diversos enunciados postulados sobre a deficiência encontram suas razões no significado que a *diferença* possui para cada um dos seus enunciadores. Daí a importância e a necessidade de se buscar compreender como esses sentidos significam (MARQUES, 2001, p. 20, grifo nosso).

Compreender “como um texto funciona, como ele produz sentidos, sendo ele concebido enquanto objeto lingüístico-histórico” (ORLANDI, 1996, p. 56) é o objetivo da AD. E, para que se leve a cabo a compreensão de como se constitui cada sentido, é essencial que se entenda a imbricação de vários elementos, entre eles, a posição do enunciador. Dito de outra forma, é preciso que se entenda como a formação ideológica e a formação discursiva estão amalgamadas, constituindo os sentidos do texto - texto este que é sempre uma unidade de significação, portanto, mais do que um conjunto de palavras o texto é a materialidade discursiva, contextualizada, carregada de sua própria historicidade.

As formações discursivas são resultado de uma prática discursiva, de formações ideológicas e de estruturas de pensamento (MACHADO, 2000, p. 107). Foucault definiu as formações discursivas² “como a *regularidade de uma prática*, onde o sujeito do discurso³ é apresentado como uma *função vazia*, ou seja, uma posição ocupada por qualquer indivíduo no momento em que formula o seu enunciado” (PIRES, 2000, p. 87). Pêcheux tomou emprestada essa idéia de formação discursiva (FD) de Foucault e, com ela,

² Em 1969, Foucault classificou a formação discursiva como sistema de regularidades de um discurso, falando, porém, ao mesmo tempo, de *formas de repartição e sistemas de dispersão* que funcionam como rupturas das continuidades discursivas históricas (PIRES, 2000, p. 96). Para Maingueneau, “a formação discursiva confere ‘corporalidade’ à figura do enunciador e, correlativamente, àquela do destinatário, ela lhes ‘dá corpo’, textualmente” (MAINGUENEAU apud MACHADO, 2000, p. 106).

³ Pêcheux concebe o sujeito do discurso como “puro efeito de assujeitamento à maquinaria da formação discursiva com a qual ele se identifica” (GADET e HAK, 1997, p. 314).

... começa a fazer explodir a noção de máquina estrutural fechada na medida em que o dispositivo da FD está em relação paradoxal com seu 'exterior': uma FD não é um espaço estrutural fechado, pois é constitutivamente 'invadida' por elementos que vêm de outro lugar (isto é, de outras FDs) que se repetem nela, fornecendo-lhe suas evidências discursivas fundamentais (por exemplo, sob a forma de 'pré-construídos' e 'discursos transversos') (GADET e HAK, 1997, p.314).

Portanto, para Pêcheux, as FDs se mesclam, não são tão homogêneas, nunca se apresentam puras, mas "híbridas", com a identidade do mesmo sendo sempre bombardeada. Trata-se de "uma espécie de vacilação discursiva que afeta dentro de uma FD as seqüências situadas em suas fronteiras, até o ponto em que se torna impossível determinar por qual FD elas são engendradas" (Idem).

A formação ideológica, por sua vez, "constitui um conjunto de atitudes e representações das posições de classes, as quais, comumente, se encontram em conflito umas com as outras" (MARQUES, 2001, p. 22), sendo, ao mesmo tempo, o lugar onde estão ancoradas as formações discursivas. Como as duas formações anteriores, Pêcheux sistematiza, ainda, as formações imaginárias, que remetem, em especial,

à idéia que o sujeito-falante faz de si, do alocutário⁴ e daquele a quem se refere. Do mesmo modo, as formações imaginárias estão presentes no alocutário, no momento em que se constitui em sujeito-leitor do discurso (MACHADO, 2000, p. 109)

"O sujeito, peça fundamental nesse cenário, apropria-se da linguagem a partir da interpelação feita pela ideologia, no interior de um movimento social" (MARQUES, 2001, p. 22). Para Foucault, o sujeito não é a gênese ou a causa do enunciado, mas

⁴ O alocutário é o destinatário do discurso, o leitor real.

um lugar determinado e vazio que pode ser efetivamente ocupado por indivíduos diferentes (...) na medida em que um único e mesmo indivíduo pode ocupar, alternadamente, em uma série de enunciados, diferentes posições e assumir o papel de diferentes sujeitos (FOUCAULT, 1996, pp. 107- 9).

A linguagem da qual esse sujeito interpelado pela ideologia se apropria não é considerada pela AD sob o mesmo prisma da lingüística tradicional, mas levando em conta, em especial, suas condições de produção – o que se poderia chamar de contexto. Contexto esse que é a exterioridade formada pelos lugares-sociais e psíquicos dos sujeitos falantes e ouvintes, o contexto histórico-social, o ideológico, o enunciador, os ditos e os não-ditos que circularam anteriormente e que constituem o “pré-construído⁵”.

É essa relação da linguagem com a exterioridade que vai determinar não o sentido, mas a multiplicidade de sentidos possíveis do discurso. Nascida no lugar onde a linguagem deve ser tratada, a AD se instaura “justamente nesse entremeio da lingüística (estudo da linguagem) e das ciências sociais (exterioridade)” (MARQUES, 2001, p. 23).

⁵ A definição de “pré-construído” (que aparece atrelada ao conceito de interdiscurso) refere-se àquilo que é pensado antes, em outro lugar, fora do enunciado em questão. Eis aí uma relação fundamental para a AD: o discurso atual e o *sempre-já-aí* que, segundo Pêcheux, “remete simultaneamente *àquilo que todo mundo sabe*” (PÊCHEUX, 1997, p. 171). Em relação ao interdiscurso, considera-se que, ao alojar-se no interior de uma formação discursiva, o indivíduo se constitui como sujeito, passando a ser interpelado pela formação discursiva. É onde se define a forma de assujeitamento, onde o indivíduo, agora sujeito, incorpora e dissimula *os elementos do interdiscurso*, definido “como o *todo complexo com dominante* das formações discursivas, por intermédio da qual acontece a interpelação do sujeito” (PIRES, 2000, pp. 87-8). O conceito de pré-construído é de Paul Henry, nos estudos sobre pressuposição (idem, p. 96).

Nesse lugar – o entremeio da lingüística e das ciências sociais -, a relação entre *língua* e *discurso* é de oposição. Michel Pêcheux distingue *discurso* de *língua* opondo *base lingüística*⁶ e *processo discursivo*: a primeira seria objeto da lingüística, por tratar-se sempre de um sistema (conjunto de estruturas fonológicas, morfológicas e sintáticas) dotado de uma *autonomia relativa* que o submete às suas leis internas. O autor diz que é

sobre a base dessas leis internas que se desenvolvem os processos discursivos, e não enquanto expressão de um puro pensamento, de uma pura atividade cognitiva, etc., que utilizaria “acidentalmente” os sistemas lingüísticos (sic) (PECHÉUX, 1997, p. 91).

Para Pêcheux, o discurso se materializa colocando em relação os campos da língua e “da sociedade apreendida pela história (nos termos das relações de força e de dominação ideológica) (GADET e HAK, 1997, p. 8).

3.2 NORMALIDADE: O CONTEXTO INTERPELADO

No exercício de localização dos chamados Estudos Culturais na América Latina, Bill Schwarz (2000) se propõe a demonstrar deslocamentos nas cadeias do poder cultural, a partir do entendimento de que as formações culturais das chamadas *periferias* “são específicas e distintas nas suas coordenadas, mesmo quando as suas representações públicas parecem copiar – ou imitar – as culturas das metrópoles” (SCHWARZ, 2000, p. 44). Aqui, interessam-nos as indicações de sua análise de que os processos de transculturação e do complexo tráfico das

⁶ Ao falar em *base lingüística*, Michel Pêcheux trata a língua não como parte da infra-estrutura econômica, mas como pré-requisito para qualquer processo discurso.

relações culturais entre os antigos centros e periferias não tenham sido esclarecidos ao longo de séculos, desde o descobrimento do Brasil. Ainda mais especialmente, chama-nos a atenção quando traz a composição de Oswald de Andrade, em 1920, acerca da ingestão brasileira dos elementos da cultura importada de Nova Iorque, Londres e Paris. É nisso que Roberto Schwarz chama de “nacionalismo por eliminação”, recentemente apelidado de “a natureza artificial, inautêntica e imitadora”, que consiste o motivo maior da crítica contemporânea, que se resume na crença de que o Brasil é em si mesmo “deslocado” (SCHWARZ, 2000, p. 45).

“Deslocado”, no sentido aqui apresentado por Schwarz, talvez seja um bom termo para definir a visão das pessoas ditas “normais” em relação às pessoas portadoras de deficiência, neste momento de mudança de lugar em processo, na direção da tomada da palavra para si no interior dos movimentos sociais e em outras áreas da vida. É uma intensa luta por novos espaços, uma constante busca da inserção.

Lulkin (1997), em sua resenha crítica de livro de Skliar conclui que a obra traz questões

tão impertinentes e embaraçosas que parece impossível tentar responder a elas sem uma reflexão sobre a própria condição de ouvinte, e nosso poder de subjugar o outro pela imposição da palavra dita e ouvida, o que é altamente desafiador (LULKIN, 1997, p. 227).

A proposta de Skliar é de construção de uma visão antropológica, resultante das pesquisas feitas na década de 60, quando a língua de sinais tornou-se objeto de análise da lingüística e da psicolingüística, “possibilitando outra concepção de

sujeito, mais próximo dos conceitos da história e da cultura” (LULKIN, 1997 p. 225) do que das visões meramente clínicas, que remetem às relações normalidade/anormalidade e normalidade/deficiência.

Considerando as perspectivas trazidas por Skliar e a idéia do “deslocamento” de Bill Schwarz, referindo-se ao nacionalismo por eliminação da cultura brasileira, poderíamos dizer que, sob a ótica histórica das abordagens médica e da assistência social, a tentativa do estabelecimento de uma identidade da pessoa portadora de deficiência, em que a própria pessoa é sujeito que interage, rediscutindo conceitos que a “empurram para a normalização”, corre forte risco de ser vista como mais um *deslocamento dos deficientes*.

É Stuart Hall que traz uma reflexão sobre certas relações possíveis entre lugar da fala e objeto. Perseguindo alguma isenção na condução do texto, cujo objetivo declarado é olhar o passado para pensar o presente e o futuro sobre a teoria dos *cultural studies*, reconhece a dificuldade (impossibilidade?) de esquivar-se do que chama de seus “fardos da representação”. Trata-se de uma referência às suas condições de negro, cientista político e britânico. E esclarece que se esforça por fugir a ter a última palavra na matéria, razão pela qual fala de um ponto de vista autobiográfico (HALL, 2000, p. 65).

É também Hall que esclarece que entende política não como vontade de poder, mas como “conjunto de conhecimentos conjunturais, localizados e contestados, que têm de ser debatidos de um modo dialógico (...) como uma prática

que pensa sempre a sua intervenção num mundo em que faria alguma diferença, que surtiria algum efeito” (HALL, 2000, p. 80).

Fazer alguma diferença, tendo as suas condições individuais respeitadas, é também o que estão buscando as pessoas portadoras de deficiência integradas às diversas correntes dos movimentos sociais, muito fortemente e de maneira crescente, a partir dos anos 80 no Brasil.

Assim, nosso entendimento do processo de organização dos movimentos sociais sob o enfoque da cidadania⁷ e, em especial, sua relação com a comunicação, vem de Peruzzo:

Determinadas manifestações em defesa da vida adquirem dimensões significativas em nossos dias. Isto pode ser encarado como um despertar das pessoas, de camadas sociais e de povos inteiros para a busca de condições de vida mais dignas, pautadas pelo desejo de interferir no processo histórico, sua vontade de posicionar-se como sujeitos e seu anseio de realizar-se como espécie humana (PERUZZO, 1998, p. 25).

3.3 O QUE E COMO DIZEM OS JORNAIS

Em nossa investigação, detectamos que o discurso jornalístico pode representar a pessoa portadora de deficiência sob pelo menos duas perspectivas, ou em duas posições de enunciador distintas: a do *assistencialismo* e a da *cidadania*. Tratam-se de duas formações discursivas que vão estar presentes no DJ, às vezes

⁷ Cidadania aqui “não significa só alguém poder votar a cada cinco anos naqueles que vão decidir por ele, mas também aprender a participar politicamente da leitura do bairro, a apresentar sua canção e seu desejo de mudança, a denunciar condições indignas, a exigir seus direitos de usufruir da riqueza gerada por todos, por meio de melhores benefícios sociais e de salários mais justos, a organizar-se e a trabalhar coletivamente” (PERUZZO, 1998, p. 158).

isoladamente, outras vezes mescladas uma com a outra, sendo o texto o campo de batalha onde estas tensões vão circular e ser resolvidas através da constituição de sentidos.

A linha do *assistencialismo* circunda a pessoa portadora de deficiência. Encontra-se aqui um discurso *sobre*, que pode ser identificado a priori pela veiculação de idéias como as de que esses indivíduos necessitam de atendimento externo, precisam ser ajudados. Esse é um lugar onde as pessoas portadoras de deficiência vão estar sendo sempre retratadas pelo viés do déficit – são sujeitos aos quais, antes de nada, falta algo, e é essa falta que os caracteriza no interior do DJ. As principais marcas que identificam essa linha discursiva são nomeações como *especial* e *deficiente*. *Especial* aparece no corpus⁸ desta pesquisa num total de 47 vezes, algumas delas em associações de diversas naturezas, desde as expressões que compõem nomes de entidades e/ou eventos, passando por combinações das mais variadas – *pessoas especiais*, *crianças especiais*, *alunos especiais*, *trabalhadores especiais* - até as que são legitimadas como campos do conhecimento ou instituições e, por isso, são apresentadas com iniciais maiúsculas – *Educação Especial*, *Escola Especial*, *Pessoa Portadora de Necessidades Educativas Especiais*, *Pessoa Portadora de Necessidades Especiais*. A outra marca mais presente é *deficiente*, com 41 registros, uma palavra que aparece sozinha, associada a alguma área de deficiência específica e/ou aos nomes de entidades ou eventos.

⁸ O corpus é formado por 87 notícias dos jornais Zero Hora (31) e Correio do Povo (56), de Porto Alegre, que tratam de questões relativas às pessoas portadoras de deficiência, coletadas entre 1º de agosto e 31 de setembro de 2001.

Atendimento/atender/atendidas (20 vezes) e *doença(s)/doente(s)* (12 vezes) se sobrepõem, em número de aparições, a *problemas*, *reabilitação* e *doações/doou* (com cinco registros cada uma) (ver Anexo 1). Outra marca determinante da linha do assistencialismo é definida a partir da posição ocupada pelos sujeitos no discurso. Machado (2000, p. 98) toma inicialmente três instâncias de sujeitos inscritos em um discurso (que podem se dividir em muitas outras): o *locutor*, o *alocutário* e o *delocutário*, sendo que são esses lugares em que os sujeitos se posicionam que vão determinar as suas vozes.

No caso do discurso assistencialista, a pessoa portadora de deficiência estará sempre na posição de *delocutário* – aquele a respeito de quem se fala, e que também pode ser chamado de *referente*. Trata-se daquele que aparece como objeto no discurso, representando uma posição histórica, social e ideológica determinada. Esse sujeito nesse lugar terá uma voz que será, na maioria dos registros, uma voz silenciada e é como tal, como aquele a quem o texto se refere mas que não fala por si, que essa voz será constitutiva do sentido do discurso.

Na linha assistencialista a posição do enunciador é a de um sujeito sempre inscrito fora da deficiência. O locutor, aquele que anuncia o dito, que pode ser responsabilizado diretamente pela fala, não é apenas o sujeito falante evidente, mas também os sujeitos que falam por meio dele, “os sujeitos a quem ele dá voz por meio de sua fala” (MACHADO, 2000, p. 98). E, no discurso assistencialista, as pessoas portadoras de deficiência não ocupam nem a posição do próprio locutor, nem dos sujeitos a quem esse locutor dá voz. Elas são, como já dissemos, o objeto

sobre o qual se fala e essa é uma das características fundantes dessa linha discursiva.

Ao leitor sempre inscrito no texto que é aquele para quem se enuncia, dá-se o nome de *alocutário*, que pode ser definido, quando se tratar de uma conversação, ou anônimo, no âmbito da comunicação de massa. É esse alocutário que vai interpretar o texto sendo por ele interpelado e usando para isso os conceitos que constituem o seu pré-construído.

Já a linha da *cidadania* no DJ se constitui a partir do discurso *das* pessoas portadoras de deficiência e suas marcas são identificadas em formações discursivas que revelam movimentos de busca de autonomia e, principalmente, de igualdade de condições de acesso. Aqui a pessoa é retratada pelo viés da característica e, em alguns casos, mais do que sob a perspectiva da inclusão, o enunciador consolida um discurso da não-exclusão. Dito de outra forma, engendra um discurso em que cabe toda a sociedade, que se utiliza de nomeações e palavras que podem ser aplicadas genericamente a qualquer indivíduo. Essa posição de enunciador revela um discurso que, mesmo quando trata da deficiência no singular, mantém o foco na pluralidade social, no entendimento de uma sociedade em rede, formada, organizada em *extratos*, em individualidades sociais de essências distintas, e não em *estratos* sociais, cuja superposição de camadas denuncia a existência de uma hierarquização.

Há casos, porém, em que os enunciados não estão “puros” na superfície do texto, ocultando de que posição de enunciador emanam, e nascem, assim,

formações discursivas que mesclam formações ideológicas das duas linhas: do *assistencialismo* e da *cidadania*. Quando isso ocorre, entra em cena o mecanismo da memória, um lugar onde residem os conceitos que se imbricam, no interior do discurso jornalístico, em dois âmbitos. O primeiro é o do momento em que o jornalista realiza seu trabalho – suas escolhas em diversos níveis: de informações a divulgar, de fontes, do que é *relevante* a dizer no contexto da notícia, das palavras que vão compor a materialidade do texto, como também o descarte de informações, de fontes, fatos e palavras. O segundo é o momento em que o leitor interpreta/interage com o texto constituindo sentido. É quando o seu pré-construído se funde com aquilo que a notícia traz e que vai reconstruir, reformulando e/ou reforçando os sentidos produzidos na interação com o texto do discurso jornalístico. Assim, em havendo na mesma notícia a presença das duas linhas discursivas, ocorre um deslizamento de sentidos e, a partir da dominância do sentido constituído pela memória, os conceitos do assistencialismo provavelmente se revelam como uma presença mais forte. Como diz Pêcheux (1990, p. 21), o enunciado é o que “pega” entre os vários ditos que circulam no meio em análise.

A exceção verificada diz respeito ao *silenciamento*. Sob o título de *Diminuem mortes no trabalho no estado* (anexo 2), Zero Hora circula pela área da deficiência com a expressão *incapacidade permanente*, em um discurso onde figuram locutores do INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social), da DRT (Delegacia Regional do Trabalho), da revista Proteção (que realiza uma feira anual sobre segurança no trabalho), da Fiergs (Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul) e do Sindicato dos Trabalhadores da Indústrias da Construção Civil no Estado. A partir de tantos locutores, depreende-se a existência de um enunciado aparentemente

unívoco, mas que se constrói ao longo do texto e se materializa em uma polifonia na qual residem múltiplas vozes, como da representante da DRT:

a situação de risco com o qual os trabalhadores convivem ainda é preocupante;

do Sindicato:

muitas vezes a empresa vence uma licitação e transfere o trabalho para outra empresa que não protege o trabalhador

do representante da revista Proteção:

uma pesquisa da Universidade de São Paulo (USP) aponta que os acidentes de trabalho custam R\$ 1,6 bilhão ao Brasil por ano. A prevenção seria muito mais barata.

E também a voz do representante da Fiergs:

acidentes e mortes têm um peso muito alto, pois mancham a marca de uma corporação.

Em todo o texto, a notícia não se refere à produção da deficiência a partir dos acidentes do trabalho. O olhar do jornalista não desvenda esse sentido, que fica encoberto, mas, embora residindo no silêncio, constitui a plurivocidade dos sentidos da notícia. Sobre o sentido não revelado desliza o sentido do aspecto econômico, do enunciador do campo da economia, que estabelece o sentido dominante do discurso materializado neste texto.

Existe, ainda, uma hierarquização de sentidos. Quando o texto diz que, no Rio Grande do Sul, no ano 2000,

[houve] 35.581 acidentes, matando 186 gaúchos, outros 1.008 sofreram incapacidade permanente e mais de 19.618 ficaram mais de 15 dias sem poder trabalhar,

está, de certa maneira, estabelecendo uma hierarquia implícita em que os acidentes com mortes têm maior importância sobre os que causam *incapacidade permanente*, e que estes, por sua vez, têm mais peso do que os que resultam em afastamento do trabalho por período superior a quinze dias. Em nenhum momento, contudo, é rompido o silêncio sobre a relação entre a expressão *incapacidade permanente* e a produção da deficiência, embora aquele nome indique um indivíduo *incapacitado de maneira irreversível para o trabalho* em face de ter-se convertido em alguém a quem o acidente retirou a capacidade antes existente, portanto, alguém que apresenta déficit em relação à sua condição anterior. Desse modo, a formulação amordaça um enunciado – o da deficiência – que nem por isso deixa de estar lá “sussurrando”, como disse Machado (2000), impregnando o processo de constituição das imagens mentais que podem resultar inferidas da notícia.

Entre as 23 notícias enquadradas na linha discursiva da *cidadania*, predominam os temas sobre serviço (com sete aparições) e geral (com oito). Os demais temas divulgados foram saúde e educação (com dois registros cada um), esporte, opinião, cultura (com uma aparição em cada área) e educação e cultura conjugadas (também com um registro) (ver Anexo 1).

Um dos temas menos recorrentes, o de opinião, trouxe uma espécie de meta-texto, posto que se propõe a discutir uma questão diretamente relacionada com o acesso à cidadania. Em *Inventar a inclusão* (ver Anexo 3), Marisa Faermann Eizirik apresenta, na Zero Hora, a inclusão como contraface da exclusão e questiona a linguagem. A autora aponta a

sociedade, que, sacudida do torpor e da acomodação frente aos lugares separados, às possibilidades limitadas, aos impedimentos, exige uma educação inclusiva.

E contextualiza:

Não podemos mais pensar e agir como antes e não sabemos como fazer agora, e daqui em diante.

Essa contextualização traz um interdiscurso em que o pré-construído está num lugar de tensão, posto que está permeado por contestações nos campos social, político e da educação. Há uma realidade que se apresenta contestando, tensionando sua anterioridade e mesmo interpelando as nomeações, trazendo “especial” entre aspas para referir-se ao aluno portador de deficiência:

Como a escola está enfrentando a realidade de incluir em seu cotidiano, em seus processos de ensino regular, o aluno “especial”, portador de deficiência?

Nesse caso, o DJ aponta para a uma idéia de processo, de transformação de conceitos, expondo que

As antigas explicações e pressupostos que sustentaram muitas de nossas ações não servem para enfrentar esse desafio.

Enquadrado no tema da cultura, o texto *Crianças assumem comando da festa literária*, do Correio do Povo (ver Anexo 4), insere a deficiência no contexto da notícia, listada no relato que hierarquiza como destaque o fato de o Sítio do Picapau Amarelo,

uma das obras mais famosas de Monteiro Lobato,

ter sido apresentada no evento. Foi a peça no seu conjunto, e não as pessoas que a representaram, o objeto que

marcou presença na Jornadinha. Oito crianças com deficiência visual, do Rio, encenaram a peça

com o mesmo status discursivo com que a

Cia. de Espetáculos da UPF levou ao palco Gutenberg e sua prensa, os livros e sua versão moderna, o *e-book* [que] emocionou atores e autoridades.

Na íntegra dessa notícia, as pessoas portadoras de deficiência estão contextualizadas pelo viés da característica: têm deficiência visual e são do Rio. É o mesmo que se verifica em *Pacientes do SUS ganham centro de prótese auditiva*, no Correio do Povo (anexo 5), que trata de direitos sociais a serviços prestados na área de saúde, num texto que não se fixa *no* indivíduo que tem *perdas auditivas*. Diferentemente disso, refere-se a *pacientes do SUS*, construindo um grupo circunscrito que transcende a área da deficiência: *pacientes do SUS que apresentam perdas auditivas* não é o mesmo que *deficientes auditivos*, significa diferente, pois, ainda que o *paciente do SUS* seja um sujeito inscrito numa condição

de desfavorecimento financeiro e social, essa é uma marca menos estigmatizante do que o rótulo de *deficiente*. A deficiência financeira está fora do indivíduo, é conhecida, é familiar ao senso comum e partilhada por muitos que, de muitas formas, nela se reconhecem. Quem é *pobre* é igual à maior parte da população brasileira, não é *diferente*. E é esse não ser *diferente* que inscreve a linha discursiva do texto no paradigma da cidadania, posto que

Dizer *não é deficiente, é diferente* constitui [também] uma forma de homogeneização... [Esta, porém,] ocorre nos dois sentidos: ou pela negação da diferença, ou pela radicalização da diferença - só tem diferença. Somos todos diferentes ... Mas tem alguns que são mais diferentes do que outros ... Porque diferente significa que *não é igual*, que *difere*, que *é alterado*. Então, podemos questionar: não é igual a quem? Difere de quem? É alterado em quê? [...] não adianta dizer que o deficiente é diferente com a "intenção" de não usar um termo "marcado" socialmente, pois como o sujeito não controla os sentidos, o diferente, que não é igual ao normal, vai significar deficiente; o *não é igual* já tem uma discursividade, já foi antes significado em relação às deficiências (SILVA, 2000, p. 41).

Quando inscrito no paradigma da cidadania, o noticiário sobre educação não adjetiva, poder-se-ia dizer que *apenas relata* os fatos, como ocorre com *Prêmio* (ZH) (ver Anexo 6), em que o DJ reconstrói a *alfabetizadora de crianças com a Síndrome de Down*, entre vários profissionais de outras áreas, também premiados. A única menção à deficiência está no nome da Síndrome, havendo total silenciamento sobre como seriam essas crianças ou mesmo o trabalho com elas realizado. Embora o texto *Azevedo será o primeiro reitor da Uergs* (ZH) (ver Anexo 7), que menciona reserva de vagas no mercado de trabalho, se desenvolva em situação semelhante ao caso anterior, existe confusão entre *deficiência* e *deficiência física*:

50% das vagas da universidade serão destinadas aos melhores colocados com comprovação de carência, 40% aos primeiros colocados e 10% aos melhores colocados com deficiência física.

A confusão também acontece no noticiário “de geral”: das oito notícias (cinco ZH e três CP), quatro utilizam a nomeação de maneira equivocada, referindo-se à deficiência em geral como *deficiência física*. Mesmo assim, isso não altera o fato de, em todas elas, o DJ repetir a imagem do cidadão em busca dos seus direitos sociais.

Das sete matérias “de serviço”, cujo DJ se inscreve no paradigma da cidadania, três foram publicadas pela Zero Hora e quatro pelo Correio do Povo, tratando de eventos em diferentes campos. *Inscrições para professor temporário terminam hoje* (ZH) oferece trabalho; *APAE* (ZH), *Autistas* e *Mãos* (ambas do CP) referem-se a acontecimentos culturais; *Em Tempo* (ZH), *Novo Hamburgo* e *Surdos* (as duas do CP) desenvolvem-se no campo político. Nesses exemplos, todos os textos trabalham com nomeações diretas da deficiência: *cegos*, *surdos*, *autistas* e verifica-se uma quase ausência de adjetivação – quando ocorre é com o uso de *pessoa portadora de deficiência* ou *portador de deficiência* presentes no interior dos nomes dos eventos e instituições, objetos da divulgação.

O mesmo ocorre com as três matérias de temas de saúde (CP), educação/cultura (CP) e esporte (ZH), todas retratando a pessoa portadora de deficiência como cidadã, participando de eventos esportivos e culturais e com direito a acessar serviços que devem ser prestados pelo Estado à população em geral.

Dessa forma, o DJ assim constituído faz dois movimentos no campo da memória. O primeiro não se vincula aos conceitos tradicionais plantados na subjetividade das fontes, do jornalista e do leitor pelo paradigma do assistencialismo, que constitui uma memória coletiva. A memória coletiva caracteriza-se como “o que

ainda é vivo na consciência do grupo para o indivíduo e para a comunidade” (DAVALLON, 1999, p. 25). Diferentemente dessa memória coletiva, no caso dessas notícias, o DJ vai acordar outro campo da memória social, aquele onde residem os conceitos que se mantêm vivos pelos movimentos do todo da sociedade e não por um fragmento formado pelas pessoas portadoras de deficiência. Todas as pessoas fazem parte de diferentes extratos sociais em diferentes momentos do seu cotidiano, e isto se relaciona com a ação que se desenvolve em momento determinado. Pode-se dizer que toda a sociedade reivindica ou pode reivindicar os serviços que cabem ao Estado prestar; todas as pessoas têm ou podem ter algum interesse por esportes, educação, cultura, saúde. É da provocação a essa memória coletiva, ligada ao paradigma da cidadania, que surge o segundo movimento: aquele que atualiza essa mesma memória, fazendo-o, portanto, de maneira afinada com esse mesmo paradigma. Dito de outro modo, as práticas sociais apresentam alguma alteração em seus conceitos norteadores e, embora ainda profundamente impregnadas pela memória tradicional, o que resulta na automatização de gestos, já existe uma contestação, um questionamento, enfim, novos norteadores para a prática.

A transformação das práticas sociais em consequência de conceitos lastreados pela defesa da equidade de acesso se evidencia no DJ em diferentes gradações, como mostram as 23 notícias classificadas na linha discursiva da cidadania, em especial, quando comparadas às oito que apresentam características híbridas, reforçando ora o discurso da cidadania, ora o discurso do assistencialismo. Nesse tipo estão três notícias de tema geral (CP), três de serviço (uma CP e duas ZH), uma de ciência e tecnologia (ZH) e, ainda, uma de opinião (CP) (ver Anexo 1).

As formações ideológicas da cidadania e do assistencialismo se fundem na materialidade desses discursos, como que dando concretude à polifonia – a tensão entre os dois paradigmas se põe à flor do texto, sob a aparente monofonia em que há uma só verdade, muito comum no chamado jornalismo declaratório (“a verdade dos fatos que falam por si”), com (aparentemente) todas as vozes se mostrando explicitamente. A repetição de palavras como *doente*, *deficiente(s)*, *especial*, *superdotado*, nos nomes das entidades e dos eventos em cinco das oito notícias, ainda que de forma indireta, reforça a imagem de um ser frágil, dependente e que necessita de atendimento para, só então, ser incluído entre os *normais*. De outro lado, coloca-se um interdiscurso cujo foco está nas disputas do campo político: direito à acessibilidade, de modo geral.

Em *Microchip dá visão parcial a cegos* (ver Anexo 9), Zero Hora divulga uma descoberta na área da ciência e tecnologia, valendo-se de linguagem técnica interdisciplinar, composta de palavras do campo da mecatrônica e da saúde. A intenção inicial aparentemente é mostrar o avanço da ciência e os possíveis ganhos no âmbito da qualidade de vida. À primeira vista, informa e constrói um sentido novo, em que a deficiência se desloca para o exterior do corpo – o cego pode ser imaginado como um novo indivíduo, um ciborgue desenvolvido por *extropians*⁹. Mas eis aqui a força do pré-construído do jornalista resultando na nítida independência do texto em relação às intenções de quem o escreveu: na sexta linha emerge um *deficientes visuais*, denunciando a força das formações ideológicas:

⁹ O nanotecnólogo Eric Drexler e o especialista em inteligência artificial Marvin Minski prevêm a chegada de um mundo em que o corpo e a mente se tornariam obsoletos em função da tecnologia e da engenharia genética. Os *extropians* são jovens cientistas que examinam técnicas para dobrar a vida com dietas especiais e aprofundar o congelamento dos corpos via criogenia. Com as novas tecnologias, estudam caminhos para baixar a memória humana em computadores para inserir memória digital no cérebro humano, uma fundição mecânica conhecida como ciborguismo (BAUWËNS, 2001, p. 5).

[...] milhões de deficientes visuais.

Também a construção

poderá dar visão parcial

faz presumir que *deficientes visuais* não enxergam. É um discurso que constitui a imagem da ausência absoluta de visão em cem por cento dos casos de deficiência visual. Não há dados censitários que fixem um percentual, porém grande parte dos cegos apresentam visão parcial em gradações variáveis - questão a respeito da qual o texto silencia. A construção *dar visão parcial* vai originar um fio discursivo no qual se tece a teia entre o *dar* e a expressão *deficientes: eles, os deficientes*, não têm algo, e é algo que lhes falta, a visão parcial, uma dádiva que poderá ser alcançada com o microchip de silicone. Essa formação discursiva assistencialista vai dominar na constituição de sentido, sobre a formação discursiva da cidadania, mascarada sob uma teia tecida a partir do fio do discurso técnico, da mecatrônica.

Em *Deficiência e trabalho* (CP), Heitor Lermen confunde o discurso *das* pessoas portadoras de deficiência com o discurso *sobre* pessoas portadoras de deficiência. Expressões como

é a sociedade que deve se preparar para conviver com as diferenças

e

a equiparação de oportunidades

marcam a linha da cidadania. É nos movimentos sociais e no campo político que essas formações discursivas se constroem e, por vezes, se mesclam, produzindo sentidos dúbios, como na afirmação *é a sociedade que deve se preparar para conviver com as diferenças*. Aqui as “diferenças” podem referir-se ao universo da sociedade ou apenas ao fragmento dos portadores de deficiência – a intenção inicial de quem escreveu o texto não fica clara. No primeiro caso, em se tratando da população como um todo, o enunciado estaria falando das diferenças de cada indivíduo em relação aos demais. Seriam as diferenças que conferem a cada um a sua essência de individualidade, sem estigmatizar ou valorizar um modelo em relação ao outro. Já se a expressão quiser dizer que *é a sociedade que deve se preparar para conviver com as diferenças* do portador de deficiência – sujeito histórico esse que *traz em si a marca da diferença* –, e que deve fazê-lo de maneira distinta da que faz hoje grande parte das empresas - passando a

adequar postos de trabalho conforme as habilidades das pessoas portadoras de deficiência (PPDs) -

o texto estaria marcado pela linha discursiva do assistencialismo. E, sobretudo, trata-se de um texto *sobre* pessoas portadoras de deficiência, não sendo, portanto, a fala *das*¹⁰ pessoas portadoras de deficiência. Nesse sentido, o DJ confunde marcas que mesclam sentidos que pintam uma pessoa portadora de deficiência na busca de instaurar o paradigma cidadão da equiparação de oportunidades, mas que necessita de

¹⁰ Mesmo quando o Discurso Jornalístico traz a fala *das* pessoas portadoras de deficiência, trata-se de um *discurso sobre*, por ser esta uma das características inerentes ao Discurso Jornalístico. Seria, contudo, um *discurso sobre*, cuja fonte seria a própria pessoa portadora de deficiência e não um *discurso sobre* outro *discurso sobre*, cuja fonte seria alguém que fala a respeito da pessoa portadora de deficiência.

garantia do direito *desses* cidadãos ao trabalho

e, ao mesmo tempo, é parte dos

problemas sociais

e, ainda

diferente

Além disso, no encerramento, o texto critica a

nossa resistência em aceitar o que é diferente,

reiterando o que no transcurso da leitura era apenas uma suspeita: que quem assina a matéria também resiste à diferença (*nossa resistência*), que esse *sujeito-autor* se inscreve fora da deficiência, com suas formações discursivas permeadas por formações ideológicas de vários campos, inclusive o da deficiência – trata-se aqui, porém, da deficiência *vista de fora*. Na tentativa de, no campo discursivo, solucionar a tensão entre as formações ideológicas de ordens tão distintas como o assistencialismo e a cidadania, o *sujeito-autor* se debate sob o deslizamento de sentidos e sucumbe, traído pelas palavras, construindo uma pessoa portadora de deficiência que

traz em si a marca da diferença

acima de qualquer outra. Mas esse movimento de universalização da resistência à diferença corresponde a outro que lhe é simultâneo: o estabelecimento de cumplicidade com o leitor -

é hora de repensarmos *nossas* práticas, *nossos* conceitos –

e que é

tripla, porque está sendo partilhado: 1) um saber comum a todos (e, neste sentido, universal), com a utilização do [...] [pronome possessivo] na primeira pessoa do plural ; 2) um saber evocado sobre algo específico, uma vez que a oração seguinte é objetiva direta [...] [(em aceitar o que é diferente)]; e 3) um preconstruído [(o que é diferente – que já se sabe que, simplesmente, não é igual)]. (MARIANI, 1998, p.65)

Dessa forma, consideramos que, quando o DJ mescla a formação discursiva do assistencialismo com a formação discursiva da cidadania, o deslizamento de sentidos vai resultar na dominância da linha do assistencialismo. Haverá, assim, uma reformulação que vai resultar em uma nova construção e esta, por sua vez, vai reforçar a idéia de déficit. É a construção de uma nova pessoa portadora de deficiência que, clonada, repete a genética ancestral de um ser ao qual falta algo, sendo essa falta a sua própria essência.

O assistencialismo “puro” é também a linha discursiva mais presente nas páginas dos jornais. Foram 55 ocorrências no período examinado neste trabalho, tratando de sete temas diferentes. E essa diversidade de temas também concorre para a construção e o reforço do paradigma.

O cotidiano e a história, apresentados de modo fragmentado nas diversas seções de um jornal, ganham sentido ao serem ‘conectados’ interdiscursivamente a um “já-lá” dos assuntos em pauta. E essa

interdiscursividade pode ser reconstruída através da análise dos processos parafrásticos presentes na cadeia intertextual que vai se construindo ao longo do tempo. (MARIANI, 1998, p.61)

Assim, há discursos semeados em vários pontos do jornal, na forma de palavras e expressões que, isoladas, marcam os textos e, quando associadas, reforçam sobremaneira estes indícios. No âmbito do assistencialismo, identificamos 47 palavras e/ou raízes de palavras e 27 expressões (as semelhantes estão consideradas nas mesmas unidades) (ver Anexo 25) que marcam o sentido construído pelo DJ ao retratar a pessoa portadora de deficiência como entendida pelo viés do que lhe falta, da deficiência como sua característica essencial e, às vezes, única.

Mesmo quando se trata de um relato a respeito de atitudes políticas em busca de cidadania, o DJ (des)qualifica o indivíduo como *deficiente* (ver Anexo 11). E essa tendência se acentua quando os enunciadores estão nos campos técnicos, especialmente da saúde e educação. Em *Atenção ao portador de deficiência* (ver Anexo 12), ZH apresenta uma seção do tipo “manual de instruções“, onde consta *recorte e guarde*, tratando-se de um material que deve servir para orientar pais e responsáveis pela educação de crianças portadoras de deficiência. No subtítulo *Como Escolher*, encontram-se sugestões como

Se ela [a criança] necessitar de *muita atenção* e tiver um grau *mais acentuado* de deficiência, o *ideal* é a educação especial.

Entretanto, a orientação não torna possível mensurar o quanto é *muita atenção* ou um grau *mais acentuado* de deficiência. As referências são vagas, extremamente subjetivas e não há memória coletiva sobre elas que possibilite, de

qualquer forma ou por qualquer meio, saber o que querem dizer tais expressões. E esse sentido vago, de que se está lidando com algo impalpável, reforça o que vem de concreto imediatamente a seguir - *o ideal é a educação especial* – como toda a seqüência restante no subtítulo:

Para tomar a decisão certa, procure um especialista e converse com ele sobre o seu filho. [...] Não encare a escola especial de forma negativa. Ela pode ser a melhor opção para o desenvolvimento da criança. A instituição escolhida deve ter professores especializados.

Na seção seguinte do “manual”, o subtítulo *Como orientar outras crianças* indica que aqueles que dividem a sala com uma *criança especial* deve ter suas dúvidas esclarecidas e o assunto deve ser tratado *de forma natural*. Não existe, porém, nenhuma referência quanto ao que seria essa *forma natural* ou que tratamento seria *não-natural*.

Lembre-se de que as crianças não têm preconceito. O preconceito está na cabeça dos pais

é um discurso que, no mínimo, ignora as múltiplas escolhas e a diversidade de interações das crianças na atualidade. Quem vai à creche ou à escola desde a primeira infância, assiste televisão, navega na Internet e tem acesso a alguma literatura – e mesmo quem apenas assiste televisão – é muito provável que, ao iniciar sua educação formal no ensino regular, já tenha sido submetido a uma variedade tal de informações, que seja capaz de não ter seus conceitos formulados e suas decisões tomadas unicamente pela *cabeça dos pais*.

O professor tem um papel importante na orientação. Logo no início das aulas, ele deve apresentar o *aluno especial* aos colegas e fazer um trabalho de integração.

Embora o discurso pedagógico defenda como papel do professor integrar a *turma*, o que pode ser feito também apresentando todos os alunos uns aos outros, aqui é o *aluno especial* que deverá ser apresentado aos colegas. Ele é o *diferente*, a *criança especial e com necessidades especiais*, a respeito de quem *os pais devem conversar com especialistas para saber o que [lhe] é mais apropriado, na ânsia de querer uma vida normal*.

Na tentativa de normalizar a deficiência radicalizando-a, o DJ traz à cena enunciadores do discurso da família da pessoa portadora de deficiência. Forma-se como que um círculo discursivo, em que um enunciador legitima a posição do outro, ou seja, o discurso técnico aponta que

Para evitar possíveis problemas, a solução está na conversa. As crianças devem compreender *o que houve* com o colega e por que ele é *diferente* delas. Dessa forma, *a aceitação ocorrerá naturalmente*.

Houve algo com o colega? Onde? Algo de que ordem? De que tipo? Algo como? Houve algo porque ele é diferente? Mas, não o são todos os indivíduos? Não é a diferença a marca da individualidade? De que forma a aceitação ocorrerá naturalmente se a mãe assegura que

não adianta fingir que o filho é normal e querer esconder o problema [...] o ideal é o ensino especializado [já que, como diz outra mãe] ele se sente muito bem no colégio e isso *ajuda* muito.

A voz da pessoa portadora de deficiência não se faz ouvir nesse texto, constituindo-se num silêncio *natural*, já que o enunciado que “pega” é o do *portador de deficiência* que requer *atenção* (no título da matéria) *especializada*, num

estabelecimento diferenciado (de quê?), com *metodologia diferente* (sob quais parâmetros?).

Quando o discurso especializado vem da área da medicina, legitima-se um discurso povoado de nomeações ainda mais estigmatizantes. Pode-se dizer que o DJ sobre o discurso da técnica médica desloca o sujeito da posição de ser humano para a posição de paciente ou, dito de outra forma, dissocia a figura da pessoa da figura do paciente. *Impacto, doença* (quatro registros), *problemas graves, comprometimento mental, anomalia e gene defeituoso* (ver Anexo 13) retratam o portador da Síndrome do X-Frágil, que não tem voz no texto. Sobre ele está instalada a dominância dos enunciados da área médica, que constroem um portador *incapaz, mentalmente comprometido*, e que, quando homem, apresenta os *problemas mais graves da doença*. Assim, abre-se um lugar no qual a interpretação do texto torna natural que o DJ aqui seja um discurso *sobre* outro discurso *sobre*, onde vários enunciados da área da saúde se articulam e legitimam o silêncio dos portadores da síndrome. Essa legitimação ocorre por conta de esses enunciados se constituírem no interior de um campo cujo capital é o conhecimento sobre o corpo humano.

Outro aspecto sobre o qual a AD joga luz é a contextualização. As condições de produção da notícia, portanto, a subjetividade do jornalista, a sua interpretação dos discursos originais, dos enunciados anteriores, suas formações imaginárias, como também as formações ideológicas, as regras e os princípios da empresa em que trabalha, a ética, o espaço, o formato e a localização da matéria no interior do jornal, todos são fatores condicionantes que perpassam e forjam o DJ. É também em

boa parte a partir da interpretação do jornalista que o leitor vai ter acesso à Síndrome do X-Frágil. Dessa forma, a síndrome lida, captada pelo leitor nas páginas do jornal, não é a síndrome do portador, nem mesmo é aquela que o jornalista apreendeu e reconstruiu a partir de como ele, jornalista, a significa – o que acaba por reforçar a desqualificação do portador a partir do esvaziamento dessa posição de sujeito na constituição do DJ. A notícia inicia anunciando o

impacto da Síndrome do X-Frágil na família, na criança, no adulto e na sociedade,

onde se depreende a idéia implícita (mais do que inscrita nas entrelinhas, apontada pela palavra *frágil* no nome da síndrome) de que o impacto de que se fala é negativo.

Em *Habilidade supera deficiência* (ver Anexo 14), o CP divulga como os 120 aprendizes do Centro Abrigado Zona Norte (Cazon), todos eles *deficientes mentais*, desenvolvem um *trabalho ocupacional* e como esta atividade, realizada em *oficinas protegidas de produção, terapêutica e reabilitação*, é oferecida a empresas. Aqui o DJ deixa transparecer como a ideologia interpela o sujeito e produz, em um mesmo indivíduo, vários sujeitos. Segundo Althusser,

... a ideologia *age* ou *funciona* de tal forma que ela *recruta* sujeitos entre os indivíduos (ela os recruta a todos), ou *transforma* os indivíduos em sujeitos (ela os transforma a todos) através desta operação muito simples, muito precisa que chamamos *interpelação*, que pode ser entendida como o tipo

mais banal de interpelação policial (ou não) cotidiana: “ei, você aí!” (ALTHUSSER 1985, p. 96).

O mesmo sujeito habilidoso a ponto de superar a deficiência (“*mostramos à sociedade que temos potencial e habilidades*”, afirmou Flávia Lorscheiter), é também o *deficiente mental* que realiza não um *trabalho*, mas um *trabalho abrigado*, e o faz em *oficinas protegidas*. É, portanto, a dispersão do sujeito, de que fala Foucault: trata-se de um indivíduo que sofre uma quebra de sua identidade, falando ora de um lugar no interior da deficiência – mostrando que as pessoas portadoras de deficiência têm *potencial e habilidades*), ora de outro – onde o *deficiente mental* necessita *oficinas protegidas, terapêutica e reabilitação*. E é esse lugar de fala que vai determiná-lo como sujeito.

Segundo Bakhtin (1986, p. 44), “tudo que é ideológico é por definição um signo, já que tudo que é ideológico remete a algo situado fora de si”. Assim, nasce na ideologia a disputa pelo estabelecimento de sentidos em *Acidentes custam mais do que vidas* (CP – ver Anexo 15), onde há dominância do enunciado que gera o discurso econômico:

Os aspectos humanos e financeiros estão lado a lado na balança das consequências de acidentes de trânsito no Brasil. [...] “O custo para a sociedade é alto, pois, em sua maioria, as vítimas de acidentes sofrem interrupções, parciais ou totais, no ápice de sua identidade economicamente ativa”, apontou Wilkens.

Aqui há várias posições de sujeito construindo o enunciado que significa o que o título da notícia expressa: *acidentes custam mais do que vidas*. Custam *mais* o quê? E a resposta vem do lugar da economia, onde se constitui o sentido que vai

deslizar sobre todos os demais que atravessam o texto: custam *interrupções, parciais ou totais, no ápice de sua idade economicamente ativa*; custam a *alta quantia dispensada pela Previdência Social para quem se aposenta por invalidez temporária ou permanente* (embora não haja dados estatísticos sobre isso), custa *R\$ 1,4 mil por paciente pelo período médio de cinco dias de internação, o que totalizou um gasto de R\$ 690,2 mil*; custa o *investimento de R\$ 14 milhões que virá de parte da arrecadação do seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre (Dpvat)*; e custa também a *mobilização de secretarias estaduais e municipais da saúde e entidades da sociedade civil*. Todo esse movimento ocorre em função das *vítimas da invalidez* que, portanto, como *inválidas*, são *débeis, nulas, inutilizadas*, mas, como *vítimas*, não são responsáveis pela sua condição -, tornam-se dignas de ocupar um lugar social, ainda que seja um lugar de exclusão, onde serão atendidas por uma grande mobilização, a um *alto custo*.

Há, ainda, situações em que, mesmo os inscritos no rol da invalidez, como a *criança deficiente* que precisa de *ajuda*, funcionam no DJ mais como um mote para o título de noticiário do que propriamente para, de alguma forma, tratar de questões relativas à deficiência. É o caso de *Leilão ajuda criança deficiente* (CP – ver Anexo 16), em que o teor da matéria pouco se relaciona com o que traz o título - das trinta linhas que constituem o texto, vinte e quatro não têm qualquer relação com o caráter beneficente do leilão, nem com a deficiência. Trata-se de uma construção no título que evidencia a *criança deficiente* sendo *ajudada* como um produto jornalístico que poderia ser considerado *mais atraente ao consumo*.

Quando os enunciados originam formações discursivas permeadas pelas formações ideológicas do assistencialismo, as evidências surgem na materialidade do texto através de palavras e nomeações que significam nos dois sentidos – do assistencialismo e da cidadania. Quando o DJ fala em *incluir*, a priori desperta a memória do direito à igualdade de acesso às condições de vida em geral. Entretanto, interpelando-se a palavra a partir de sua exterioridade, percebe-se que só se *quer/busca* incluir o que de alguma forma *não está incluído*. A afirmação pode parecer óbvia, entretanto, contextualizando a notícia *Apaes querem incluir os mais necessitados* (CP – ver Anexo 17), o exercício da análise do discurso, com seu foco sobre a repetição de expressões estigmatizantes na superfície do texto (*mais necessitados, pessoas com necessidades especiais, atendimento* e, ainda, a afirmação, na fala das Apaes, de que “*as portas estão abertas para quem possa se dedicar*”), permite desvendar o sentido que daí emerge. A pessoa portadora de deficiência aí retratada pelo DJ é a mesma reconstruída em *Psiquiatras italianos farão palestra em evento na URI* (CP – ver Anexo 18), onde se evidencia o apagamento da posição de sujeito ocupada pelo jornalista. Sua função discursiva de *locutor* se esconde sob a fala dos demais sujeitos que falam no texto por intermédio dele. E esse apagamento do sujeito resulta em pelo menos duas conseqüências: primeiro, legitima a existência de uma demanda por *reabilitação psicossocial* (expressa no nome do evento de que trata a notícia), posto que quem participa do encontro é profissionalmente qualificado para este fim. Não é o jornalista que o afirma, mas sim os especialistas da área da saúde, o que, por isso, confere autoridade e legitimidade ao discurso; e, em segundo lugar, naturaliza o silêncio da posição do enunciador dentro da deficiência (posto que há especialistas falando

sobre o tema, não há por que trazer a própria pessoa portadora de deficiência à cena discursiva, pois ela não está qualificada a falar desde a perspectiva da saúde).

A construção do texto repete e se utiliza da palavra *reabilitação*, que está no nome do evento e é em torno dela que são agregados os demais elementos da notícia. Dado que só se reabilita o que perdeu sua habilitação e que, portanto, é inábil, pode-se dizer que essa palavra denuncia o vínculo do texto com a deficiência e o faz atualizando a memória com o sentido do déficit, de reforço ao estigma.

Em *Atividades para Deficientes* (ZH – ver Anexo 19), em um texto marcado por nomes como *deficiente(s)*, *auxiliado* e *problemas*, surge um estranhamento na construção

- O William [anteriormente identificado na notícia como *deficiente auditivo*] é o *porta-voz* desses adolescentes [uma afirmação da coordenadora do Ceama – Centro de Estudos de Atividade Motora Adaptada].

Não fica claro o porquê do uso da nomeação *porta-voz* em relação a alguém que se comunica pela Libras (Língua Brasileira de Sinais)¹¹, bem como, é utilizada a palavra *cadeirante*, mas não esclarece o que quer dizer. Trata-se de um neologismo que brotou no interior dos movimentos sociais, usado para nomear pessoas

¹¹ O surdo é erroneamente nomeado no âmbito do senso comum como *surdo-mudo*. Mudo é aquele indivíduo que não dispõe de aparelho fonador e, por essa razão, não se comunica através da fala do modo convencional. Já o surdo conserva a função da fala, embora seja comum não utilizá-la do modo convencional porque esse é um processo que se desenvolve conjugado à audição.

portadoras de deficiência que se utilizam cadeiras de rodas. São signos que, para além de sua opacidade intrínseca, constróem, conjugados, um DJ desconjuntado, forjando uma imagem de um indivíduo que não se pode ao certo saber quem/como é, visto que a memória social não está atualizada quanto a um *surdo-porta-voz* e a um *cadeirante*.

No interior da deficiência os avanços tecnológicos são, em geral, bem recebidos. Em especial quando permitem aumentar o conforto e a autonomia dos indivíduos. É o caso da cadeira de rodas que, se não elimina a deficiência de locomoção, projetando o *déficit* à exterioridade, é inegável que limita a diferença em relação a quem se movimenta caminhando com autonomia. Mesmo assim, há casos em que o DJ impõe um sentido oposto a esse, valendo-se de expressões como *preso a uma cadeira de rodas e obrigado a usar uma cadeira de rodas* (ver Anexo 20). Esse é um indício da dominância do discurso assistencialista sobre aquele que se filia ao paradigma da cidadania, já que o DJ vai desconhecer a posição desse último.

Em *Pior Cego* (ZH – ver Anexo 21), o discurso religioso vertido para o campo político e assim retratado pelo DJ torna-se outro; é um novo discurso, que tem seu sentido construído de outra maneira - pejorativa, negativa. Em

Os deficientes visuais acompanharam a votação num dia de poucas luzes no plenário da Assembléia,

o discurso construído se vale da imagem do cego no senso comum – alguém que *vive privado da luz*, portanto, imaginado, entendido pelo que lhe falta, a visão – e desconhece que, no interior da deficiência, poucas ou muitas luzes não tornam nada mais evidente para o cego. A figura de linguagem, então, serve muito bem para ilustrar a situação a partir do entendimento dos chamados videntes (aqueles que têm visão), mas não constitui sentido para os cegos.

A tensão gerada pelo confronto de formações ideológicas diversas que estão amalgamadas nas formações discursivas é uma constante no DJ sobre pessoas portadoras de deficiência. E, para além da tensão, não raro o sentido vai se cristalizar muito mais na disjunção dos discursos *sobre* os quais o DJ é forjado, que em lugares *de pacificação*. Em *Tudo é fácil*¹² *também para os deficientes* (CP – ver Anexo 22), o título pressupõe que há em circulação a idéia de que tudo poderia não ser fácil para o *deficiente*, mas ser fácil para o *não-deficiente*. Existe uma oposição de sentidos entre as construções que precedem o texto dito pelo governador e o pronunciamento do presidente da Faders.

Para chamar Olívio Dutra à notícia, fala-se da *importância desse novo espaço para as pessoas portadoras de deficiência física e de altas habilidades*. Trata-se de uma construção que tenta destacar um segmento social, mas não o faz por desconhecer esse segmento, ignorando que pessoas portadoras de altas

¹² As centrais *Tudo Fácil* são postos de atendimento onde são disponibilizados de maneira concentrada vários serviços oferecidos pelo governo do Estado à população.

habilidades e pessoas portadoras de deficiência são assim nomeadas por apresentarem características que as distinguem umas das outras. As pessoas portadoras de altas habilidades, em face dessa condição, não exigem ambientes adaptados. Já as pessoas portadoras de deficiência física apresentam um tipo de deficiência específica, em área específica, como o nome diz, de ordem tão somente física como as limitações de locomoção.

Portanto, interpretado dessa maneira, o texto permitiria inferir que as novas instalações do Tudo Fácil não se tornam importantes para a prestação de serviços, por exemplo, aos usuários cegos ou surdos, mas tão somente àquelas a que se refere a notícia – as *pessoas portadoras de deficiência física e de altas habilidades*. Há, então, um silenciamento sobre a origem desse dito que significa confundindo *pessoas portadoras de deficiência*, *pessoas portadoras de deficiência física* e *pessoas portadoras de altas habilidades* na materialidade do texto. Quem ocupa a posição de sujeito que determina a autoria da construção e gera o sentido caótico¹³ permanece em estado oculto.

Ao chamar Olívio Dutra à cena discursiva o texto recorta, segmenta e estratifica, separando pessoas portadoras de deficiência física e pessoas portadoras de altas habilidades do todo social. Já Humberto Pinheiro, então presidente da Faders, constrói a imagem de um espaço adequado ao atendimento das demandas sociais, garantindo “o acesso seguro e independente à *população em geral*”. Pela fala de Pinheiro, o espaço discursivo é ocupado por um social tomado como um todo. Sob certo aspecto, aqui a definição de discurso inclusivo é desmantelada

¹³ Caótico é usado aqui em relação aos sentidos estabelecidos pelas denominações como utilizadas no interior dos movimentos sociais.

porque, para que se inclua algo ou alguém, pressupõe-se que objeto esteja em situação de exclusão, o que não ocorre com esse dito, havendo um apagamento da deficiência: ninguém, nenhum fragmento social está fora do todo que significa a “população em geral”.

Há, ainda, no discurso assistencialista, uma anterioridade marcada pelo campo do emocional, do afetivo. Em *Apae recebe Celta 50 mil da empresa* (CP – ver Anexo 23), trata-se da disposição ordenada de uma constelação de enunciados, posto que as palavras combinam o simbólico (*doação, valor emocional, felicidade, compartilhada*) com os objetos do campo financeiro (o carro, a arrecadação de R\$ 30 mil) e da saúde (*doença mental*). Separadas, as palavras constróem diferentes significações, mas, articuladas, mascaram um enunciado plurívoco, acabando por constituir um sentido segundo o qual *atendimento-doação-valor, emocional-doença; mental-felicidade; compartilhada-coração* formam uma lógica unívoca. É a lógica do *atendimento*, presente no senso comum, construída e reforçada pelo discurso jornalístico na medida em que se associam palavras que projetam a imagem do *doente mental*, aquele que necessita ser *atendido* e carece de *doações* para se manter. São as *doações* que, com seu *valor financeiro e emocional*, permitem *compartilhar a felicidade* de produzir o veículo número 50.000. O DJ equaciona a tensão entre os discursos de origem ao montar esse discurso *sobre*, imbricando significações possíveis da *felicidade compartilhada* (fala do vice-presidente da GM do Brasil) com o *coração da cidade está no trabalho da Apae* (palavras do prefeito de Gravataí, onde fica a fábrica), construindo, assim, um sentido unívoco no campo das emoções.

A construção desse DJ naturaliza dois movimentos: em primeiro lugar, a equação entre *valor financeiro e emocional* resolve o papel social, *colaborativo, assistencial* da GM, cujo contrato para instalação em Gravataí foi objeto de intenso questionamento entre 1999 e 2000¹⁴. Em segundo lugar, mais do que o papel assistencialista da Apae, esse DJ naturaliza a relação da deficiência com o assistencialismo, a partir de uma atualização da memória. *Assistir ao doente mental* traz alegria a todos, *doentes mentais* e sociedade – assim mesmo, como setores separados, como se os nomeados como *doentes mentais* não fossem parte da sociedade, não estivessem nela incluídos. Constata-se, portanto, o caráter excludente desse DJ.

Em *Olhar basta para entender portador de lesão* (CP – ver Anexo 24), o discurso emocional e afetivo é exacerbado e se sobrepõe aos enunciados do campo financeiro. Através dessa anterioridade, o DJ retrata pessoas portadoras de deficiência que precisam de *ajuda*, têm *lesão cerebral grave*, são *vegetativos*, encontram-se *abandonados* e, mesmo assim, *sobrevivem sem aceitar o rótulo de vegetativos*. Essa sobrevivência é possível graças ao *carinho, dedicação e amor*, expressos numa *relação especial e divina*, que se dá também sob a forma de repasse de verba da União e, principalmente, *contribuições espontâneas* de *medicamentos, fraldas e alimentos especiais* obtidos e administrados com a ajuda de *14 voluntários* e a realização do *tradicional jantar dançante beneficente*.

Como vimos, o discurso jornalístico de ZH e CP sobre as pessoas portadoras de deficiência está fundado hegemonicamente sobre a formação ideológica do

¹⁴ Os questionamentos foram fruto da contaminação gerada pelo episódio da ruptura de contrato para instalação de unidade montadora da Ford em Guaíba, na região metropolitana de Porto Alegre, ocorrida no mesmo período.

Assistencialismo (63% das notícias), enquanto apenas 26,5% dos textos analisados originam-se na linha da Cidadania.

Isso mostra as forças da historicidade, das condições de produção, a que chamamos contexto, e do pré-construído do jornalista, onde estão presentes as formações ideológicas que vão compor o DJ. Embora as declarações dos editores entrevistados tenham defendido a intenção de promover um discurso na linha da cidadania, a materialidade dos textos jornalísticos no que tange aos significados produzidos vai noutra direção: ainda é originada a partir de discursos *sobre*¹⁵, ainda denuncia a dominância das vozes especialmente de profissionais das áreas da educação, medicina e assistência social e ainda se constrói sobre a voz silenciada – e que como tal constitui sentido no DJ – das pessoas portadoras de deficiência.

¹⁵ Ver nota nº 10, à página 75.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma pesquisa não tem um fim em si mesma, mas é antes um exercício de desvendamento e provocação. Nesse sentido, este trabalho resultou em algumas descobertas e, sobretudo, na indicação de um caminho possível para que se pense a pessoa portadora de deficiência reconstruída e constituída pelo/no discurso jornalístico a partir de uma perspectiva que, se não é nova, ainda não é de todo nítida. De outro lado, atualizou-se o questionamento sobre o valor das palavras e a consideração que o jornalista a elas dispensa durante o processo de configuração da notícia.

Instaurar o hábito de desacomodar o processo de produção de idéias, de questioná-lo, de “mudar de lugar” várias vezes e checar as suas construções, de interpelar as palavras e expressões reiteradamente é uma cultura mais próxima do ideal do que da realidade das redações, cada vez mais mergulhadas nas chamadas “rotinas infernais” (ADGHIRNI, 2001, p.10). Desacomodar a rotina do processo de construção do pensamento é a proposta deste trabalho, até porque, ceder à

memória já constituída e por anos atualizada e sedimentada pelo cultivo de tradições, de sentidos circulantes desde muito tempo, chega a ser “natural”, posto que, de uma ou outra maneira, todos os indivíduos estão à mercê de sua subjetividade. As escolas de jornalismo orientam sobre como construir a notícia, quais são os cânones da profissão, como estruturar ou captar informações, como proceder no cotidiano profissional, qual o papel do jornalista. Pouco se diz, entretanto, sobre a necessidade de manter-se vigilante a respeito das palavras e, ainda mais especialmente, quase nada se discute das palavras em contexto. Esse objeto mágico, que Bakhtin chama de “ponte entre mim e os outros”, constrói valores com seus ditos que nada mais são do que discursos. E esses valores podem ser positivos ou negativos.

Altair Nobre, editor de Zero Hora, diz que sua posição pessoal é de que “não é a terminologia que vai determinar o preconceito”. Segundo ele,

não é tu dizeres como era antigamente: o aleijado, que virou deficiente, que virou portador de deficiência, que depois virou PPD [(sigla utilizada por alguns movimentos sociais para identificar *peessoa portadora de deficiência*)]. Não é isso que vai resolver, embora as entidades que sejam ligadas à causa defendam com unhas e dentes isso. Eu respeito esse argumento, essa visão, essa nomenclatura que as pessoas mais dedicadas a essa causa defendem, respeito mas não acredito que isso seja fundamental, seja o *xis* da questão. Muito mais importante é eu, na prática, respeitar quem tem essas limitações e poder fazer um jornalismo que seja útil para elas e para a sociedade, e para poder tirar o estigma.

Sob certa perspectiva, o editor de ZH pode estar certo. Silva traz que “à revelia dos discursos vigentes sobre igualdade e inclusão do deficiente mental, enquanto sujeito das práticas sociais, ele continua sendo significado no patamar da exclusão” (SILVA, 2000, p 41).

De outro lado, o conceito de dialogismo de Bakhtin estabelece que é no outro que o indivíduo se reconhece como tal, e o discurso jornalístico, na sua condição de mediador da sociedade, desempenha o papel desse *outro*. Nas 87 notícias publicadas sobre o tema da deficiência entre 1º de agosto e 30 de setembro de 2001 nos dois principais jornais de Porto Alegre, a palavra *deficiente(s)* aparece 41 vezes, sendo 24 vezes delas conjugada a uma deficiência específica. Conforme o Censo 2000 do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), 14% dos brasileiros declaram ter algum tipo de deficiência – algo entre 23 milhões e 24 milhões de pessoas –, dos quais uma parcela indeterminada acessa a mídia, discute politicamente suas questões e se incomoda com as nomeações que a retrata pelo viés do déficit. Do interior dos movimentos sociais, de onde emana o discurso em defesa da equidade de acesso a toda a sociedade, o enunciado dominante traz agregado a si o entendimento de que portar uma característica – no caso a deficiência –, entre tantas outras que compõem o ser humano, significa diferente de *ser deficiente*.

Ainda mais significativa é a evidência na materialidade do discurso jornalístico da presença do enunciado do assistencialismo. Na forma “pura” contabilizam-se 63% das notícias disseminando a possibilidade de constituir sentido nessa linha. Mas, se considerarmos, ainda, que as notícias cujo discurso se produz tendo como origem enunciados “híbridos” (onde ocorre um deslizamento de sentidos e o enunciado “que pega” é o do assistencialismo, ocorrendo um apagamento do discurso original da cidadania), teremos um total de 72,2% do noticiário em torno das pessoas portadoras de deficiência retratando-as a partir um “valor negativo”. São mais de sete em cada dez notícias pondo em circulação sentidos que reconstróem e

constituem discursivamente esses indivíduos por uma ótica que lhes é externa, posto que o discurso do assistencialismo é um discurso *sobre* e, por isso, não são as próprias pessoas portadoras de deficiência que falam. Quem fala sobre elas não lhes dá a palavra, fala por elas e, em conseqüência, as retrata pelo viés do que lhes falta, pela ótica de que precisam de atendimento, necessitam, de alguma forma, ser ajudadas. Assim, em 72,2% das notícias dos dois principais jornais de Porto Alegre a memória da deficiência é atualizada pela regravação dos sentidos estigmatizantes.

Embora tímido, contudo, o enunciado da cidadania força os portões da resistência e se mostra em 26,5% das notícias. As fontes se mobilizam, promovem ações de visibilidade que caibam na pauta dos jornais e reclamam quando o retratar de suas questões esbarra em modelos que julgam inadequados. “As pessoas ligam, mas é muito pouco”, diz Altair Nobre. Já Telmo Flor, do Correio do Povo, registra que há uma grande preocupação com o texto final das notícias que se referem a esses “segmentos historicamente ofendidos”. Segundo ele, “se a fonte sentir-se incomodada com a maneira como foi retratada no jornal, o repórter, que está na ponta, seguramente será cobrado na próxima entrevista que tentar”. Essa relação entre a fonte e o jornalista, portanto, pode se constituir no primeiro dos fatores capazes de, gradativamente, ir disseminando o questionamento sobre as nomeações e o processo de constituição de sentidos do discurso jornalístico. O segundo passo seria pautar, nas reuniões de edição, esse retorno dos consumidores de notícias e das fontes, elas mesmas também consumidoras do produto jornalístico. Atualmente, esse “caminho curto” para a sensibilização em nível editorial ainda esbarra na hierarquia das redações, onde o questionamento dos paradigmas é secundarizado diante da necessidade de vencer-se o tempo da produção, uma

realidade que também é constitutiva dos sentidos produzidos no/pelo discurso jornalístico.

Os sujeitos dos discursos não controlam a proliferação de sentidos, dado que cada discurso é criatura de muitos criadores antes (atravessada que está sua constituição por incontáveis outros discursos até a ancestralidade) e depois dele (na interpretação que faz o leitor, o que de fato é uma nova construção, um novo discurso). Mas esse dobrar-se eterno sobre si mesmo da constituição e circulação dos sentidos, que ao longo de tantos séculos significou a pessoa portadora de deficiência de diferentes maneiras, sempre em íntima relação com o modo como se tratou (e retratou) o corpo humano, em algum momento - que por esta pesquisa ainda não se pode precisar (quem sabe em próximas investigações?) -, passou a ser permeada por enunciados diversos, por outros lugares de constituição de sentido (o lugar de onde emana o discurso da cidadania). A presença desses sentidos no discurso jornalístico, porém, passa pela desacomodação que parece ser a única via para, a partir da desnaturalização, banir a deficiência como lugar “da falta” do discurso jornalístico.

BIBLIOGRAFIA

ADGHIRNI, Zélia L.. *Informação Online: Jornalista ou produtor de conteúdos?* Campo Grande: Intercom 2001, 2001 (mim).

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos Ideológicos de Estado*. 2.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

ATIVIDADES DA UNIÃO EUROPÉIA. Síntese da Legislação. Luta contra a exclusão Social. In: RESOLUÇÃO DO CONSELHO E DOS MINISTROS DOS ASSUNTOS SOCIAIS. 29.set.1989. Disponível em: <<http://europa.eu.int/scadplus/leg/pt/cha/c10612.htm>> Acesso em: 30.03.03

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Editora Hucitec, 1986.

BAUWËNS, Michael. *Spirituality and Technology: exploring the relationship*. 1996. Disponível em: <<http://www.firstmonday.dk/issues/issue5/bauwens/>> Acesso em 30.10.02

BENIGER, J. The control of revolution. In: CROWLEY, D. e Heyer, P. *Communication in history*. White Plains: Longman, 1991.

BERGANZA, Rosa. O contributo da Escola de Chicago para o jornalismo contemporâneo: as reflexões de Robert E. Park sobre a notícia. In: TRAQUINA, Nelson (org.). *Jornalismo 2000*. Lisboa: Relógio D'Água, 2000.

BERGER, Christa. *Campos em confronto: a terra e o texto*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1998.

BIANCHETTI, Lucídio. Aspectos históricos da apreensão e da educação dos considerados deficientes. In: _____ e FREIRE, Ida Maria (org.). *Um olhar sobre a diferença: interação, trabalho e cidadania*. Série Educação Especial. Campinas: Papyrus, 1998.

CHAUÍ, Marilena. *O que é ideologia*. São Paulo: Ática, 2000.

CHIZZOTTI, Antonio. *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1995.

DAVALLON, Jean. A imagem, uma arte da memória? In: NUNES, José Horta (trad. e Introdução). *O papel da memória*. Campinas: Pontes, 1999.

DE CARLI, Ruvana. A PPD (pessoa portadora de deficiência) e as novas tecnologias. In: V Seminário Internacional de Comunicação, *Anais*, Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2001.

ESTEVES, João Piçarra. *A ética da comunicação e os media modernos*. Lisboa: Ed. Fundação Eclouste Gulbenkian, 1998.

FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986.

_____. *A ordem do discurso*. 4 ed. São Paulo: Loyola, 1996.

FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

GUERRA, Josenildo Luiz. *Ensaio sobre jornalismo: um contraponto ao ceticismo em relação à tese da mediação jornalística*. Porto Alegre: Compós, 2000.

HABERMAS, Jürgen. Postscript to between facts and norms. In: Deflem, M. (Ed.), *Habermas, Modernity and Law*. London: Sage, 1996.

HALL, Stuart et al. A produção social das notícias: o mugging nos media. In: TRAQUINA, Nelson (org.). *Jornalismo: questões, teorias e "estórias"*. Lisboa: Vega, 1993.

_____. O legado teórico dos cultural studies. Ver. Comunicação e Linguagens. Lisboa. Nº 28, p 43-64. Relógio D'Água Editores, 2000.

HECK, Ari. O Brasil é um país de deficientes. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 03.jun.2002 Disponível em :<<http://www.doencadeparkinson.com.br/brdefi.htm>> Acesso em: 29.mar.2003.

IANNI, Octavio. *Teoria da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

KEANE, John. Transformações estruturais da esfera pública. *Comunicação & política*. N.s., v.3. n 2, pp. 6-28. [s.n.][s.d.].

LANDOWSKI, Eric. *A Sociedade Refletida*. São Paulo: EUDC/Pontes. 1992.

LULKIN, Sérgio. Abrindo fronteiras: a reconstrução de perspectivas para a educação de surdos na América do Sul - resenha crítica de SKLIAR, Carlos. In: *La educación de los sordos: una reconstrucción histórica, cognitiva y pedagógica*. Mendoza, Argentina: Universidad Nacional de Cuyo, 1997.

MACHADO, Marcia Benetti. *Deus vence o Diabo: o discurso dos testemunhos da Igreja Universal do Reino de Deus*. São Paulo: PUC-SP, 2000. Tese de doutorado em Comunicação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2000.

MACHADO, Marcia Benetti; JACKS, Nilda. *O discurso jornalístico*. In: Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, 10º, 2001, Brasília, DF. *Anais* Brasília, DF: Compós, 2001. P. 280 –290.

MANIFESTO SÃO PEDRO CIDADÃO. Secretaria da Saúde do Estado do Rio Grande do Sul, Governo do Estado. Porto Alegre: 2000.

MARIANI, Bethania. *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)*. Rio de Janeiro: Revan; Campinas:Unicamp,1998.

MARQUES, Carlos Alberto. *A imagem da alteridade na mídia*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001. Tese de Doutorado em Comunicação e Cultura, Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2001.

MATTELART, Armand. e MATTELART, Michèle. *História das teorias da comunicação*. São Paulo, Edições Loyola, 2000.

MEDISTSCH, Eduardo. *O Jornalismo é uma forma de conhecimento?* Biblioteca online de ciências da comunicação. 1997. URL: www.boc.ubi.pt Acesso em: out.2002.

MOLLO, Maria de Lourdes Rollemberg. Globalização da economia, exclusão social e instabilidade. Disponível em <http://www.intelecto.net/cidadania/global-4.html>. Acesso em: 30.mar.2003.

MOLOTCH, Harvey; LESTER, Marilyn. As notícias como procedimento intencional. In: TRAQUINA, Nelson (org.). *Jornalismo, questões, teorias e “estórias”*. Lisboa: Vega, 1993.

MORETZSOHN, Sylvia. “Profissionalismo” e “objetividade”: o jornalismo na contramão da política. In: MOTTA, Luiz Gonzaga (coord). *Imprensa e poder*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 2002.

MOSCO, V. *The political economy of communication*. Londres, Sage, 1996.

NOSEK, Leopold. A miséria estética. *Bravo*, São Paulo, n. 52, p. 17-20, jan. 2002.

NUNES, José Horta (trad. e Introdução). *O papel da memória*. Campinas: Pontes, 1999.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Discurso e leitura*. 2ª edição Campinas: Cortez Editora / Editora da Unicamp, 1993.

_____. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis: Vozes, 1996.

PALLOIX, Christian. The self-expansion of capital on a world scale. In: *The review of radical political economics*, vol. 9, nº 2. New York: 1977.

PÊCHEUX, Michel. A análise de discurso: três épocas (1983). In: GADET, F. e HAK, T. (orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3.ed. Campinas, São Paulo: Unicamp, 1997.

_____. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes, 1990.

_____. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Unicamp, 1997.

PERUZZO, Cicilia Krohling. *Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania*. 2ª edição. Petrópolis: Vozes, 1998.

PINTO, Milton José. *Comunicação & Discurso*. São Paulo: Hacker Editores, 1999.

PIRES, Vera Lúcia. As três épocas da análise do discurso. *Estudos em Lingüística e Literatura*. Coleção Ensaios. Centro de Artes e Letras. Santa Maria: UFSM, 2000.

PROKOP, Dieter. A esfera pública. In: MARCONDES Fº, Ciro (org.). *Dieter Prokop – Sociologia*. São Paulo: Ática, 1986.

RIBAS, João B. C. *O que são pessoas deficientes?* São Paulo: Brasiliense, 1989.

SARUP, Madan. Identity and difference. In: _____(org). *Identity, culture and the postmodern world*. Athens, Georgia: The University of Georgia Press, 1996.

SCHWARZ, Bill. *Onde estão os 'cultural studies'?* São Paulo: Museu da Imagem e do Som, 1993.

SILVA, Tomaz Tadeu. A política e a epistemologia do corpo normalizado. In: THOMA, Adriana. *O cinema e a flutuação das representações surdas – “Que drama se desenrola neste filme? Depende da perspectiva...”* Porto Alegre: UFRGS, 2002. Tese de Doutorado em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do

Rio Grande do Sul, 2002.

SILVA, Vera R. Martins e. Deficiência mental e o discurso da diferença, In: *XV Encontro Nacional da ANPOLL*. Boletim Informativo nº 30. Niterói, 2000.

SOLOSKI, John. O jornalismo e o profissionalismo: *alguns constrangimentos no trabalho jornalístico*. In: TRAQUINA, Nelson. *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Lisboa, Vega, 1993.

THOMA, Adriana S. *Imaginário Social e Educação do Surdo Institucionalizado*. Porto Alegre: UFRGS, 2000. Dissertação de Mestrado em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1997.

_____. *O cinema e a flutuação das representações surdas – “Que drama se desenrola neste filme? Depende da perspectiva...”* Porto Alegre: UFRGS, 2002. Tese de Doutorado em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.

TOURAINÉ, Alain. Ecos da ausência do Estado. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 17.nov.1996. Disponível em: <<http://www.intelecto.net/cidadania/global-6.html>> Acesso em 29.mar.2003.

TRAQUINA, Nelson (org). *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Lisboa: Vega, 1993.

TUCHMANN, Gaye. A objectividade com ritual estratégico: uma análise das noções de objectividade dos jornalistas. 1972 In: TRAQUINA, Nelson (org). *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Lisboa: Vega, 1993.

VERÓN, Eliseo. *A produção de sentido*. São Paulo: Cultrix, 1981.

WAINER, Iafa Sarah. De pessoas portadoras de deficiência à interdição da subjetividade: um mergulho na galeria dos espelhos. *A paixão de aprender*, Porto Alegre, nº 11, p. 69-77, mar. 1999.

_____. *Mídias contemporâneas: panópticos virtuais normatizadores da diferença – O (freak)show deve continuar*. Porto Alegre: Unisinos, 2000. Dissertação de Mestrado em Comunicação, Centro de Ciências da Comunicação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2000.

_____. O (freak)show deve continuar. In: WOITOWICZ, Karina Janz & RUSSI, David (org.). *Percepção de cultura e sentidos midiáticos*. Cadernos de Comunicação 8. São Leopoldo: PPGCC – Unisinos, 2001.

WANDERLEY, Luiz Eduardo. Prefácio. In: PERUZZO, Cicilia Krohling. *Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania*. 2ª edição. Petrópolis/RJ: Vozes, 1999.

WEBSTER, Frank. Information management and manipulation: Jürgen

Habermas and the decline of the public sphere. In: _____(org). *Theories of the information society*. London: Routledge, 1993.

_____. Information and restructuring: beyond fordism?. In: _____(org). *Theories of the information society*. London and New York: Routledge, 1995.

WHITE, David Manning. O gatekeeper: uma análise de caso na seleção de notícias. 1950. In: TRAQUINA, Nelson (org). *Jornalismo: questões, teorias e "estórias"*. Lisboa: Vega, 1993.

Linha Discursiva	Assistencialismo		Cidadania		Híbridas – Cidadania e Assistencialismo		Silenciamento	
	ZH	CP	ZH	CP	ZH	CP	ZH	CP
Editorias / Veículos								
Geral	-	20	5	3	-	3	1	-
Serviço	4	9	3	4	2	1	-	-
Saúde	6	2	-	2	-	-	-	-
Educação	1	6	2	-	-	-	-	-
Opinião	3	-	-	1	-	1	-	-
Cultura	-	2	-	1	-	-	-	-
Esporte	-	-	1	-	-	-	-	-
Educação/Cultura	-	-	-	1	-	-	-	-
Polícia	2	-	-	-	-	-	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-	-	-	1	-	-	-
TOTAIS	16 51 %*	39 69%*	11 35%*	12 21%*	3 9,6%*	5 8,9%*	1 3,2%*	- -
	55 63%		23 26,5%		8 9,2%		1 1,1%	

* Os percentuais referem-se ao total de notícias publicadas pelo veículo sobre pessoas portadoras de deficiência.

Jornal: Zero Hora
Data: 25. 09. 2001
Página: 34
Tema: Geral
Linha discursiva: Silenciamento

MARCELO BARBOSA

O número de mortes em acidentes de trabalho no Rio Grande do Sul teve uma redução de 20% em 2000 em relação a 1999.

Segundo o Anuário Estatístico da Previdência Social, divulgado na última semana, no ano passado ocorreram 35.581 acidentes, matando 186 gaúchos. No ano anterior, foram registradas 229 óbitos de trabalhadores no Estado.

Segundo o Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), os números seguem a tendência registrada no Brasil. Em 2000, foram notificados 376.240 acidentes de trabalho, com 3.094 mortes. Em 1999, foram 420.592, com 3.896 mortes. O total de acidentes também caiu no Estado. Em 2000, foram 35.581. No ano anterior, haviam sido registrados 36.084.

Os números mostram que no Rio Grande do Sul a gravidade dos acidentes é menor, resultando, proporcionalmente, em menos mortes. São 52,28 vítimas por cada grupo de 10 mil acidentados. Somente em São Paulo esse índice é menor, com 51,35 óbitos. A média nacional é de 89,9 mortes para cada 10 mil acidentes.

Conforme a chefe substituta do Setor de Segurança do Trabalhador da Delegacia Regional do Trabalho (DRT), Maria Valesca Martel, os dados do INSS devem ser analisados à distância, pois só computam ocorrências com trabalhadores registrados, ignorando o emprego informal. A precisão nos números também é acobertada pela subnotificação, já que boa parte dos acidentes não é registrada no INSS. No Rio Grande do Sul, a DRT conta com apenas 40 fiscais para supervisionar mais de 6 mil empresas.

— O número de acidentes e de óbitos pode ser 40% superior ao registrado pelo INSS — acredita Valesca.

Apesar da queda no número de óbitos, a situação de risco com o qual os trabalhadores convivem

ainda é preocupante. Além das mortes, a questão econômica é grave. Segundo Alexandre Gusmão, diretor da revista Proteção, que promove uma feira anual sobre segurança no trabalho, o custo das indenizações e as despesas com a paralisação dos serviços assustam o empresariado.

— Uma pesquisa da Universidade de São Paulo (USP) aponta que os acidentes de trabalho custam R\$ 1,6 bilhão ao Brasil por ano. A prevenção seria muito mais barata — diz.

Resultados dependem de união de trabalhadores e empresários

Para Heitor José Müller, coordenador do Conselho de Relações do Trabalho da Federação da Indústria do Rio Grande do Sul (Fiergs), a redução no número de acidentes é positiva, mas ainda não é suficiente. Segundo o dirigente, é necessário um projeto que integre empresários, trabalhadores e sindicatos para reduzir os acidentes.

— Acidentes e mortes têm um peso muito alto, pois mancham a marca de uma corporação. Entre o empresariado, a conscientização é grande. Os funcionários têm de estar engajados nesse espírito para melhorarmos os números — acredita Müller.

O vice-presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Construção Civil no Estado, Valter Souza, diz que um maior controle sobre a terceirização dos serviços e campanhas de conscientização dos trabalhadores podem reduzir os números de acidentes de trabalho no país. Souza reconhece na construção civil um dos setores com os piores índices de acidentes, mas cobra empenho também dos empresários.

— Poucas empreiteiras realizam exames médicos periódicos nos operários. Muitas vezes, a empresa vence uma licitação e transfere o trabalho para outra empresa que não protege o trabalhador — afirma Souza, que está articulando uma campanha nacional no setor para reduzir acidentes de trabalho.

SEGURANÇA Segundo dados de anuário da Previdência, 186 pessoas perderam a vida em 2000 contra 229 no ano anterior

Diminuem mortes no trabalho no Estado

OS NÚMEROS

Os registros de acidentes de trabalho no Estado e no Brasil

RIO GRANDE DO SUL

♦ Em 2000, houve **35.581** acidentes durante jornadas de trabalho, matando **186** gaúchos. Outros **1.008** sofreram incapacidade permanente, e **19.618** ficaram mais de 15 dias sem poder trabalhar

♦ Em 1999, foram registrados **36.084** acidentes, com **229** óbitos de trabalhadores no Estado

BRASIL

♦ Em 2000, foram **376.240** acidentados, com **3.094** óbitos e **14.999** trabalhadores com incapacidade permanente

♦ Em 1999, foram **420.592** acidentes, com **3.896** mortes

Jornal: Zero Hora
Data: 27. 08. 2001
Página: 13
Tema: Opinião
Linha discursiva: Cidadania

Inventar a inclusão

MARISA FAERMANN EIZIRIK *

Excluir faz parte dos códigos de existência. Historicamente, os processos de exclusão acompanham a vida social, institucional, pessoal e até mesmo íntima. Muitas e diferenciadas são as formas de exclusão, como apartheid social, racial, religioso, de gênero, de estado mental, civil ou econômico, para citar algumas.

A sociedade e as instituições desenvolvem mecanismos de separação, rotulação, localização – de pessoas, grupos, idéias. Esses mecanismos são poderosos produtores de verdades e de ações, que regulam a vida das pessoas. Ao fazer isso, porém, produzem uma complexidade enorme de outros tantos movimentos, atravessado que é o campo social

por forças de várias ordens, naturezas e intensidades. Hoje vivemos uma revolução: a da inclusão. Inclusão como contraface da exclusão. Revolução porque está produzindo um turbilhão de movimentos que invadem todas as áreas, entram pelos mecanismos legais e forçam a entrada – nas empresas, nas escolas, nos lugares públicos, nas diferentes formas de cultura, lazer e diversão, na sexualidade. Como vamos lidar com esse desafio? Como a escola está enfrentando a realidade de incluir em seu cotidiano, em seus processos de ensino regular, o aluno “especial”, portador de deficiência? Essa necessidade vem não apenas como forte sugestão

da nova LDB, mas incentivada pelo movimento que atravessa a própria sociedade, que, sacudida do torpor e da acomodação frente aos lugares separados, às possibilidades limitadas, aos impedimentos, exige uma educação inclusiva. Não podemos mais pensar e agir como antes e não sabemos como fazer agora, e daqui em diante. As antigas explicações e pressupostos que sustentaram muitas de nossas ações não servem para enfrentar esse desafio. Há inúmeras experiências acontecendo, em instituições educacionais públicas e privadas. Escolas particulares recebem crianças

com sérias dificuldades de aprendizagem, portadoras de disfunções que as colocariam de antemão fora do ensino regular, e buscam formas de inseri-las. Escolas públicas acolhem meninos e

*Não podemos mais
pensar e agir
como antes e
não sabemos
como fazer agora,
e daqui em diante*

meninas de rua; aprendem com eles sua cultura, linguagem e hábitos; conhecem de perto a crueldade do abandono e do abuso; criam estratégias de ensino de língua portuguesa, matemática, ciências, oficinas. Fazem assembleias para decisões da vida coletiva.

Essas experiências dizem um pouco do que está sendo feito, mas ainda insuficientes são os conhecimentos, apesar de grandes as aprendizagens, com fracassos, dificuldades, conflitos e com toda a dor que esse processo traz. Ninguém tem respostas sobre como fazer. Não há fórmulas. É preciso inventar a inclusão.

* Doutora em Educação (UFRGS)

Jornal: Correio do Povo
Data: 30. 08. 2001
Página: 24
Tema: Cultura
Linha discursiva: Cidadania

PASSO FUNDO

Crianças assumem comando da festa literária

A 1ª Jornadinha Nacional de Literatura, aberta ontem em Passo Fundo, emocionou autores e autoridades. A performance da Cia de Espetáculos da UPF levou ao palco Gutenberg sua prensa, os livros e sua versão moderna, o *e-book*. O cachorro Abelardo, criação de Mario de Ballenti, recepcionou os presentes. Tudo embalado pela música de Flávio Silva. Dois mil pequenos cantaram, sob a lona de um circo, o refrão "Vem criança! Abre o livro neste instante, o universo é teu...". O espetáculo *Jovem Drummond*, monólogo com o jovem ator Vinícius de Oliveira, do filme *Central do Brasil*, abriu a festa.



Cia. de Espetáculos da UPF animou os pequenos leitores

O NACIONAL / CP

A peça de estréia de Vinícius no teatro foi criada a partir de poesias autobiográficas de Carlos Drummond de Andrade. O Sítio do Pica-Pau Amarelo, uma das mais famosas obras de Monteiro Lobato, também marcou presença na Jornadinha. Oito crianças com deficiência visual, do Rio, encenaram a peça.

O evento faz parte do programa da 9ª Jornada Nacional de Literatura, aberta terça-feira. Segundo a coordenadora Tânia Rösing, esta edição da Jornada tem reconhecimento nacional. "O debate será plural, com artistas, escritores, jornalistas, profissionais da TV e da Internet", destaca.

Jornal: Correio do Povo
Data: 10. 08. 2001
Página: 16
Tema: Saúde
Linha discursiva: Cidadania

***Pacientes do SUS ganham
centro de prótese auditiva***

Ijuí — A 17ª Coordenadoria Regional de Saúde, implantou em Ijuí o Centro Regional de Próteses Auditivas. No local, os pacientes do SUS terão acesso gratuito a avaliações das perdas auditivas e a procedimentos de colocação e manutenção das próteses. O projeto, prevê o repasse de R\$ 84 mil mensais, permitindo a confecção de até 50 próteses auditivas. Para ter acesso ao serviço, o paciente deve se inscrever na Secretaria de Municipal de Saúde.

Jornal: Zero Hora
Data: 27. 09. 2001
Página: 44
Tema: Educação
Linha discursiva: Cidadania

PRÊMIO – A Comissão de Educação da Câmara dos Deputados escolheu ontem três professores para receber o Prêmio Darcy Ribeiro de Educação: Vera Manzanares, alfabetizadora de crianças com a Síndrome de Down, Alúcio Pimenta, integrante da Academia de Farmácia de Madri (Espanha), e Tânia Mariza Kuchenbecker, criadora da Jornada Nacional de Literatura, da Universidade de Passo Fundo (UPF). A entrega é no dia 17 de outubro.

UNIVERSIDADE Professor, ex-secretário de Educação de Porto Alegre, foi escolhido por Olívio Dutra

Azevedo será o primeiro reitor da Uergs

O professor José Clóvis de Azevedo, 56 anos, será o reitor da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (Uergs).

O anúncio foi feito ontem pelo governador Olívio Dutra (PT), a quem cabe a escolha do primeiro reitor da instituição. Azevedo ficará no cargo até que a comunidade acadêmica possa eleger o sucessor.

Ex-secretário de Educação de Porto Alegre na administração Raul Pont (PT), Azevedo pretende começar as aulas na Uergs em março de 2002, com aproximadamente mil estudantes. O vestibular deverá ser realizado em janeiro ou fevereiro.

Os cursos da nova universidade serão definidos nas próximas semanas, mas a instituição vai atuar em seis áreas: educação, saúde pública, gestão pública, gestão ambiental, sistemas agrícola e agro-pastoril e urbano-industrial.

A Uergs nasceu em 10 de julho passado, com a sanção de Olívio Dutra, depois de aprovada com ressalvas na Assembleia Legislativa. Azevedo trabalhava no projeto da universidade desde abril. Como coordenador de implantação da

instituição, era considerado o virtual reitor.

— Recebi a indicação com muita alegria, muita satisfação, mas com muita responsabilidade — disse o novo reitor ontem.

Equipe de 20 técnicos vai definir estrutura

O orçamento da Uergs, para o próximo ano, deverá ser de R\$ 21 milhões. Uma equipe de 20 técnicos vai montar a estrutura da futura universitária. Azevedo espera definir os quatro pró-reitores e os coordenadores de área, que formarão o "coletivo dirigente", até a próxima quinta-feira. Cerca de 70 professores serão contratados por concurso.

A Uergs não terá campus central. A reitoria ficará em Porto Alegre, em um prédio a ser escolhido, e haverá sete sedes regionais. Municípios deverão se articular, estabelecer prioridades e manter no mínimo uma atividade por região. Outras universidades serão convidadas a criar parcerias com a Uergs.

— Vamos atuar com o conhecimento inovador, onde haja pouca operação do sistema universitário gaúcho — anunciou Azevedo.

O REITOR

O perfil do primeiro reitor da universidade estadual, José Clóvis de Azevedo:

- ◆ Nasceu em São Sebastião do Cai, há 56 anos
- ◆ Foi secretário de Educação de Porto Alegre, de 1997 a 2000
- ◆ Foi secretário adjunto de Educação da Capital, de 1993 a 1996
- ◆ Bacharel em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com especialização em Orientação Educacional pela Faculdade de Porto Alegre (Fapa)
- ◆ Diretor da Confederação Nacional de Trabalhadores em Educação (CNTE), de 1989 a 1993
- ◆ Secretário-geral do Cpers/Sindicato, de 1987 a 1990



MÁRIO BRASIL. BANCO DE DADOS/ZH - 25/11/00

Comando: José Clóvis de Azevedo

- ◆ 50% das vagas da universidade serão destinadas aos melhores colocados com comprovação de carência, 40% aos primeiros colocados e 10% aos melhores colocados com deficiência física
- ◆ A universidade deverá garantir auxílio para moradia, alimentação e transporte ao aluno carente. Os critérios serão definidos
- ◆ Serão contratados cerca de 70 professores para 2002

A UNIVERSIDADE

As propostas da Uergs:

- ◆ Não terá campus central. A reitoria ficará em Porto Alegre e haverá sedes em sete regiões do Estado. As aulas poderão ocorrer em universidades, faculdades ou mesmo em escolas técnicas
- ◆ Terá cursos voltados ao desenvolvimento do Estado, com pesquisas de interesse local
- ◆ Orçamento de 2002 será de R\$ 21 milhões
- ◆ O vestibular deverá ser em janeiro ou fevereiro de 2002, com previsão de mil vagas

Jornal: Zero Hora
Data: 07. 08. 2001
Página: 35
Tema: Educação
Linha discursiva: Cidadania

Jornal: Zero Hora
Data: 18. 09. 2001
Página: 32
Tema: Geral
Linha discursiva: Cidadania

Dois dias de espera

O projetil oriundo da arma de um policial militar disparado por acidente contra o pé do estudante Daniel de Souza Lopes, 26 anos, transformou-o em um portador de deficiência física em fevereiro de 2000. Desde então, o pagamento de seu auxílio-acidente obriga-o a enfrentar dificuldades. Todos os meses, ele precisa se deslocar até a agência Lindóia do INSS, a única em funcionamento na Capital e uma das sete a receber contribuintes em todo o Estado.

Há 45 dias espero a transferência da conta de depósito de meu dinheiro, e toda vez que venho ao instituto esbarro na grelha. Chego a perder dois dias tentando transferir o benefício para o banco correto - diz Daniel, hoje auxiliar administrativo do Hospital de Alvorada.

Nos postos de atendimento ainda em funcionamento no Estado, a letargia nos trabalhos é o menor dos inconvenientes a idosos, gestantes e portadores de deficiência. Dos 65 mil atendimentos realizados na Capital nos meses, foram feitos apenas 950 em agosto - a maioria, situações de simples resolução, como a vivida pelo ex-estudante. Casos urgentes, no entanto, como perícias que liberam pagamento de benefícios não estão sendo encaminhados.



JOSE DOVALZIN

Jornal: Zero Hora
Data: 02. 08. 2001
Página: 41
Tema: Ciência e Tecnologia
Linha discursiva: Assistencialismo e Cidadania

Microchip dá visão parcial a cegos

Cirurgiões implantaram um microchip de silicone nos olhos de três cegos, na segunda fase de um projeto que, se bem-sucedido, poderá dar visão parcial a milhões de deficientes visuais. O dispositivo foi implantado na parte posterior da retina dos pacientes em uma operação realizada em Chicago (EUA).

A expectativa é de que o microchip reproduza as funções das células da retina, convertendo a luz que recebem em sinais elétricos transmitidos do nervo óptico ao cérebro com forma de uma imagem visual.

Jornal: Correio do Povo
Data: 22. 08. 2001
Página: 04
Tema: Opinião
Linha discursiva: Assistencialismo e Cidadania

Deficiência e trabalho

Heitor Lermen

Pelo menos 10% da população brasileira é portadora de algum tipo de deficiência. A estimativa da Organização Mundial da Saúde (OMS) nos remete a um universo de mais de 1 milhão de pessoas que convivem com essa realidade no Rio Grande do Sul. A inclusão desses cidadãos no processo produtivo é um importante desafio diante da sociedade gaúcha no momento em que se realiza a VII Semana da Pessoa Portadora de Deficiência, promovida pelo governo do Estado. O portador de deficiência traz em si a marca da diferença, mas não da incapacidade produtiva.

O que há ainda é a dificuldade de grande parte das empresas em identificar e adequar postos de trabalho conforme as habilidades das pessoas portadoras de deficiência (PPDs). Se é verdade que o mercado de trabalho reproduz a discriminação existente na sociedade, então é preciso romper com os antigos paradigmas. É a sociedade que deve se preparar para conviver com as diferenças, adequando-se às necessidades de seus membros para que eles, uma vez incluídos, possam desenvolver-se e exercer plenamente a sua cidadania. A equiparação de oportunidades é a diretriz básica do Sistema Público de Emprego do Estado, que vem capacitando os servidores e estruturando as 107 agências, visando descentralizar as ações de inclusão social. A colocação desses trabalhadores vem crescendo mês a mês em todo o nosso Estado. O Programa Primeiro Emprego – que repassa incentivo financeiro a empresas que contratarem PPDs – tem papel fundamental na garantia do direito desses cidadãos ao trabalho.

O número de pessoas empregadas até julho último cresceu 65,34% em comparação com o mesmo período de 2000. O dado comprova que um contingente significativo de empresas tem ampliado as oportunidades para esses trabalhadores, obtendo resultados plenamente satisfatórios. Em parceria com as entidades representativas das PPDs, o governo do Estado tem buscado o envolvimento de toda a sociedade na superação dos entraves que dificultam a integração plena desse segmento em todas as áreas da vida humana. Em uma época que exige novas formas de pensar e agir frente aos problemas sociais, é hora de repensarmos nossas práticas, nossos conceitos e nossa resistência em aceitar o que é diferente.

diretor-presidente da FGTAS

Jornal: Correio do Povo
Data: 01. 09. 2001
Página: 14
Tema: Geral
Linha discursiva: Assistencialismo

***Chuva pára cavalgada de
deficiente físico a Brasília***

Caçapava do Sul — O deficiente físico Eraldo Rocha, que viaja a cavalo até Brasília, onde vai reivindicar providências para pessoas portadoras de deficiências de todo o país, foi obrigado a parar na tarde de ontem. A chuva o obrigou a acampar no Restaurante da Fonte, a 30 quilômetros de Caçapava do Sul, pela BR 290. Eraldo informou que um dos seus dois cavalos apresenta uma lesão no lombo e por isto terá que abandonar parte da bagagem.

Jornal:
Data:
Página:
Tema:
Linha discursiva:

Zero Hora
05. 09. 2001
14 – Guia da Escola
Educação Especial
Assistencialismo

Atenção ao portador de deficiência

O estabelecimento tem de estar preparado para crianças com necessidades especiais

Escolher a escola do filho é uma tarefa difícil e, quando se trata de uma criança com necessidades especiais, a decisão é ainda mais complicada. Alguns pais optam por instituições especializadas, outros preferem colégios de ensino formal. Mesmo assim, as dúvidas sobre a escolha da educação do filho portador de deficiência persistem.

Boa parte dos educadores aprova a presença de crianças especiais no ensino regular como uma forma de desenvolvimento para elas e os colegas. A supervisora acadêmica da Universidade Luterana do Brasil (Ulbra) Mara Rosane Soares faz parte desse grupo, mas com ressalvas. Ela alerta para o fato de que a instituição escolhida tem de ser preparada para receber a criança com deficiência.

É importante que os pais conheçam a escola e conversem com a direção. Se for uma escola de ensino regular, precisa ter professores capacitados e espaço físico apropriado, caso contrário a opção por um estabelecimento diferenciado pode ser mais indicada. Segundo Mara, os educadores devem ser capazes de entender os processos mentais do aluno. A criança que não ouve, por exemplo, precisa de uma metodologia diferente para aprender.

Mas as dúvidas dos pais não são simples. Afinal, como saber que tipo de escola é melhor para o filho? A coordenadora da área de Educação Especial da Secretaria Estadual da Educação, Marlene Rozek, esclarece que não há regras e que tudo depende das necessidades de cada criança. É preciso que os pais conversem com especialistas para saber o que é mais apropriado e que aceitem a educação especial como algo positivo, não como uma segregação.

— Na ansia de querer uma vida normal para o filho, o pai acha que a escola regular pode dar conta. Mas nem sempre é assim. Dependendo da necessidade, a criança precisa de educação especializada, e isso não pode ser tido como algo negativo — diz.

OS PAIS DEVEM
CONVERSAR COM
ESPECIALISTAS PARA
SABER O QUE É
MAIS APROPRIADO
PARA A CRIANÇA

COMO EU FIZ



“Passei por 10 escolas antes de escolher a mais indicada para meu filho. Nunca quis colocá-lo em um colégio especial por achar que seria pior. Ele não se movimenta e precisa usar uma cadeira de rodas. Por isso, primeiro procurei escolas que tivessem condições físicas propícias. Depois percebi que o mais importante não era a parte física, mas a parte pedagógica. Meu filho foi o primeiro deficiente físico a frequentar a escola. A aceitação foi incrível. Ele se sente muito bem no colégio e isso ajuda muito.”

Marta de Souza Augustin, pedagoga e mãe de Rodrigo, oito anos



“Meu filho é autista e frequenta desde os seis anos uma escola especial. Hoje, ele tem 26 anos e continua na mesma escola. Optei por um colégio especial por achar que só ali ele teria atendimento adequado. Não adianta fingir que o filho é normal e querer esconder o problema. Muitos pais preferem as escolas comuns, mas acredito que o ideal é o ensino especializado. Meu filho evoluiu muito com isso. Hoje, posso levá-lo a restaurantes e a lojas por causa do trabalho realizado pela escola especial.”

Elenir Mello, professora aposentada e mãe de Leonardo, 26 anos

Educação Especial

RECORTE E GUARDE

COMO ESCOLHER

- A opção por uma escola especial ou regular depende do tipo de deficiência da criança.
- Se ela necessitar de muita atenção e tiver um grau mais acentuado de deficiência, o ideal é a educação especial.
- Para tomar a decisão certa, procure um especialista e converse com ele sobre o seu filho.
- Você também pode procurar orientação numa das 30 coordenadorias regionais da SEC espalhadas pelo Estado e conversar com o responsável pela Educação Especial.
- Não encare a escola especial de forma negativa. Ela pode ser a melhor opção para o desenvolvimento da criança.
- A instituição escolhida deve ter professores especializados e instalações apropriadas.

COMO ORIENTAR AS OUTRAS CRIANÇAS

- Se o seu filho divide a sala de aula com uma criança especial, converse com ele sobre o assunto. Esclareça suas dúvidas e trate o assunto de forma natural.
- Lembre-se de que as crianças geralmente não têm preconceitos. O preconceito está na cabeça dos pais.
- O professor tem um papel importante na orientação. Logo no início das aulas, ele deve apresentar o aluno especial aos colegas e fazer um trabalho de integração.
- Para evitar possíveis problemas, a solução está na conversa. As crianças devem compreender o que houve com o colega e por que ele é diferente delas. Dessa forma, a aceitação ocorrerá naturalmente.

COMO A CONVIVÊNCIA PODE AJUDAR

- As crianças aprendem que nenhuma pessoa é igual à outra e que é preciso respeitar o espaço e o jeito de cada um. A criança com deficiência tem habilidades diferentes que vão complementando o aprendizado.
- Essa troca proporciona um aprendizado mútuo, ampliando conhecimentos e habilidades, criando a tolerância e a valorizar as diferenças.
- Em turmas pequenas, os professores têm condições de fazer um trabalho diferenciado. Cada criança é valorizada por suas características e respeitada em seu próprio ritmo.

COMO FAZER A INSCRIÇÃO

- Os pais de crianças portadoras de deficiência que queiram inscrever o filho em uma escola devem procurar a Coordenadoria Regional de Educação de sua região, mesmo fora do período de inscrições, e pedir pelo Livro de Educação Especial. No local receberão orientações e encaminhamento de acordo com a necessidade do aluno.

Jornal: Correio do Povo
Data: 07. 09. 2001
Página: 07
Tema: Saúde
Linha discursiva: Assistencialismo

Profissionais analisam o X-Frágil

O impacto da Síndrome do X-Frágil na família, na criança, no adulto e na sociedade foi o tema da conversa informal que trouxe a Porto Alegre a pesquisadora da Universidade da Califórnia Louise Gane. A médica reuniu-se quarta-feira com especialistas da área genética, no Hospital de Clínicas. O assunto voltará à pauta nos dias 28 e 29 deste mês, quando a instituição sediará a III Jornada Brasileira sobre a Síndrome do X-Frágil.

A doença é a causa mais frequente de comprometimento mental de caráter hereditário. A expressão X-Frágil deve-se a uma anomalia causada por um gene defeituoso localizado no cromossomo X. O X está presente no par que determina o sexo, sendo XY nos homens e XX nas

mulheres. Estas últimas são raramente afetadas pelos problemas graves da doença, já que a falha em um dos cromossomos é compensada pelo funcionamento do outro.

“Dessa forma, a mulher passa a ser transmissora e os meninos, os mais acometidos pelo problema, já que têm apenas um cromossomo X”, explica a médica geneticista do Hospital de Clínicas de Porto Alegre, Têmis Maria Félix. Segundo ela, a doença é de difícil diagnóstico, sendo que a principal manifestação do problema se dá pelo comprometimento da área intelectual ou cognitiva, com dificuldades de aprendizagem de graus leve a profundo. Louise Gane ressaltou a importância de diagnosticar a doença cedo, para que o tratamento seja mais eficaz.

Jornal: Correio do Povo
Data: 23. 08. 2001
Página: 21
Tema: Geral
Linha discursiva: Assistencialismo

Habilidade supera deficiência

Habilidade manual superando dificuldades mentais. Assim os 120 aprendizes do Centro Abrigado Zona Norte (Cazon), portadores de deficiência mental, mostraram um pouco do trabalho ocupacional desenvolvido na instituição ao público que esteve ontem no Shopping Center Iguatemi. Além da exposição, a distribuição de folhetos e de brindes como chaveiros assinalou a "VII Semana Estadual da Pessoa Portadora de Deficiência", que será encerrada terça-feira. O Cazon, na rua Joaquim Silveira, 200, é uma das unidades da Fundação de Atendimento ao Deficiente e ao Superdotado do RS (Faders), que oferece atividades ocupacionais (terceirização à empresas)

a deficientes mentais com mais de 18 anos. A entidade desenvolve oficinas protegidas de produção, terapêutica e reabilitação. Os aprendizes ainda têm aulas complementares de educação física, apoio pedagógico e oficina de alfabetização.

"Através do trabalho de montagem dos kits para empresas,



ALEXANDRE MENDEZ

mostramos à sociedade que temos potencial e habilidades", afirmou Flávia Lorscheiter, junto a uma das mesas de produção improvisadas na Praça do Relógio. "Adoro a convivência com meus colegas", disse, por sua vez, Luis Henrique Serafim Pinheiro, de 24 anos, que ajudava na montagem de kits de torneiras encomendados por uma empresa. Segundo a diretora do Cazon, Simone Figueiredo, no ano passado, a entidade colocou 30 aprendizes no mercado de trabalho. "A parceria com as empresas é essencial para a continuidade de nossas atividades", destacou ela. Observou que a qualificação dos portadores de deficiência e o apoio da família são fundamentais para sua inserção na sociedade. Atualmente, cem pessoas aguardam uma vaga no Cazon.

Acidentes custam mais do que vidas

Além de matar ou ferir uma legião de vítimas, violência no trânsito do país acarreta prejuízos financeiros

Simone Rocha

O aspecto humano e financeiro estão lado a lado na balança das consequências de acidentes de trânsito no Brasil. São eles a maior causa de internações hospitalares no país, custando R\$ 105 milhões por ano ao Sistema Único de Saúde (SUS). Entretanto, as perdas não podem ficar restritas aos gastos do SUS, conforme alerta o diretor financeiro do Hospital de Pronto Socorro (HPS) de Porto Alegre, Roberto Wilkens. "O custo para a sociedade é alto, pois, em sua maioria, as vítimas de acidentes sofrem interrupções, parciais ou totais, no ápice de sua idade economicamente ativa",

apontou Wilkens. Apesar de ser alta a quantia dispensada pela Previdência Social para quem se aposenta por invalidez temporária ou permanente, não há dados estatísticos sobre essa questão.

Em Porto Alegre, somente de janeiro a março deste ano, o HPS atendeu 2.402 pacientes vítimas de acidentes de trânsito, sendo que 493 ficaram internados. De acordo com o diretor financeiro, a instituição gasta, aproximadamente, R\$ 1,4 mil por paciente pelo período médio de cinco dias de internação, o que totalizou um gasto de R\$ 690,2 mil. "O maior volume de atendimentos é da Samu, que, de outubro a dezem-

bro do ano passado, resgatou 1,2 mil pessoas no trânsito, tendo na sequência o atendimento por agressão, 200 no mesmo período", comparou Roberto Wilkens.

Para atacar o mal gerado pelo alto índice de internações decorrentes de acidentes, o Ministério da Saúde e o Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) devem lançar em breve um plano nacional de campanhas educacionais dirigidas a motoristas e pedestres. A intenção seria fazer com que o número de acidentes e a consequente incidência de mortes e internações por essa causa diminuam. O investimento de R\$ 14 milhões virá de parte da arrecada-

ção do seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre (Dpvat).

O plano nacional prevê a mobilização de secretarias estaduais e municipais da saúde e ainda de entidades da sociedade civil para treinar profissionais. Ao todo, serão capacitados 7,5 mil agentes com 235 cursos em 184 municípios. A expectativa é atingir 50 milhões de pessoas nas cidades mais populosas do Brasil, como Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Brasília e Porto Alegre. Na capital gaúcha, estão previstas 20 oficinas de capacitação, como meio de propagar a campanha de conscientização.

Jornal: Correio do Povo
Data: 22. 08. 2001
Página: 08
Tema: Geral
Linha discursiva: Assistencialismo

Jornal: Correio do Povo
Data: 29. 08. 2001
Página: 19
Tema: Geral
Linha discursiva: Assistencialismo

Leilão ajuda criança deficiente

O leilão Mangalarga vendeu ontem apenas quatro cavalos, dos 22 ofertados por R\$ 12.720, no Restaurante Internacional, em Esteio, com média de R\$ 3.180. Porém, o valor de R\$ 1.440, da comercialização do equino Barão da Pedreira Cigana (box 3060), do Haras Cigana, de Gravataí, será revertido para a Associação de Assistência à Criança Deficiente (AACD). O comprador foi José Diogo Maurique, de Alegrete.

Já a potra Estrela do Anelio (box 3001) saiu por R\$ 3.960, o maior valor registrado no dia.

Este ano, nas provas de agilidade da raça, as mulheres ganharam mais espaço entre os criadores de Mangalarga, competindo ontem pela primeira vez na história da Expointer na categoria feminina. Participam amazonas a partir de 14 anos de idade, que concorrem ao prêmio Pingente de Ouro. Segundo João Pozzi, presidente do Núcleo Riograndense dos Criadores da Raça Mangalarga, a presença da mulher é bastante forte junto aos criadores, pois o Mangalarga é um animal muito dócil. A final será neste sábado.

Jornal: Correio do Povo
Data: 30. 09. 2001
Página: 17
Tema: Geral
Linha discursiva: Assistencialismo

Apaes querem incluir os mais necessitados

A direção da Federação das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apaes/RS) está intensificando as buscas para a inclusão de pessoas com necessidades especiais à sociedade. No Estado, 217 Apaes prestam atendimento a mais de 25 mil alunos, principalmente portadores da Síndrome de Down. Em reunião com o governador Olívio Dutra, a presidente da federação, Elcira

Machado Bernardi, ouviu dele palavras sobre a "grande importância dos serviços prestados". Olívio disse que quer intensificar parcerias que incluam políticas públicas voltadas às pessoas com necessidades especiais e altas habilidades.

A secretária de Educação, Lucia Camini, ressaltou que o governo trabalha para ampliar o acesso dos alunos portadores de deficiência à

rede estadual de ensino. Elcira convidou o governador para participar da XIV Olimpíada Estadual das Apaes, que ocorrerá de 14 a 17 de novembro, em Frederico Westphalen. Destacou que o trabalho voluntário é fundamental para a manutenção das atividades nas Apaes. "As portas estão abertas para quem possa se dedicar." Interessados devem telefonar para (51) 3227-6787.

Jornal: Correio do Povo
Data: 17. 09. 2001
Página: 16
Tema: Serviço
Linha discursiva: Assistencialismo

Psiquiatras italianos farão palestra em evento na URI

Erechim — Será aberto às 17h de hoje, no campus da URI em Erechim, o 1º Encontro Internacional de Reabilitação Psicossocial. Entre os palestrantes do evento, que prosseguirá até quarta-feira, estão os psiquiatras italianos Ernesto Venturini e Ivana Bianco. Também participarão do encontro, entre outros, o coordenador nacional de Saúde Mental, Pedro Gabriel Delgado, e o diretor do Instituto Cândido Ferreira, de São Paulo, William Valentini.

Jornal: Zero Hora
Data: 23. 09. 2001
Página: 50
Tema: Serviço
Linha discursiva: Assistencialismo

Como participar

Das escolinhas:

Pró-reitoria Reitoria Adjunta de Extensão e Cultura, sala 22 do prédio 11 –
fone: (51) 477-9166

Do Ceama:

(51) 477-9102 pela manhã ou
(51) 9916-4636 com Rosilene

Atividades para deficientes

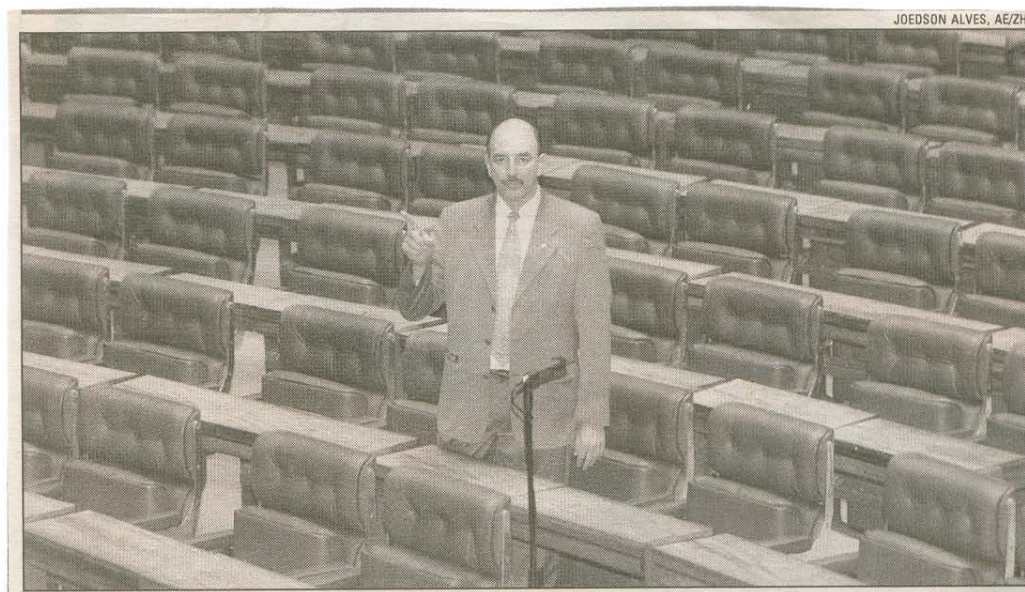
Todas as terças e quintas-feiras, deficientes visuais e auditivos podem praticar ginástica olímpica, e adolescentes com Síndrome de Down têm aulas de balé na Ulbra sem pagar nada em troca. Eles fazem parte do Ceama (Centro de Estudos de Atividade Motora Adaptada), criado pela faculdade de Educação Física da universidade, que está entrando no Ulbra Olímpica. As escolinhas do Ceama, que antes tinham o cunho de iniciação, serão incrementadas com o projeto, podendo chegar até o nível de competição. Os monitores, também acadêmicos, aprendem a língua dos sinais para se comunicarem com os deficientes auditivos. William Silveira, de 25 anos, não precisou ter as aulas. Monitor e cursando o terceiro semestre de Educação Física, ele também é deficiente auditivo. Nas aulas da faculdade, é auxiliado por um intérprete.

– O William é o porta-voz desses adolescentes. É muito dedicado e está em todos os projetos ligados aos deficientes auditivos – afirma a coordenadora do Ceama, Rosilene Diehl.

– O mais gratificante das aulas é acompanhar o desenvolvimento da autoconfiança dos alunos. Eles chegam aqui com muitos problemas emocionais – conta César Jardim, outro monitor.

Além da ginástica olímpica e da dança, o Ceama oferece aulas de atletismo e basquete mirim para cadeirantes.

Jornal: Zero Hora
Data: 21. 08. 2001
Página: 10
Tema: Opinião
Linha discursiva: Assistencialismo



Na estréia, Osmar Terra fala para plenário vazio

O deputado Osmar Terra (PMDB) estreou ontem na tribuna da Câmara falando para um plenário vazio. Vazio absoluto. Na presidência da mesa, o deputado Themístocles Sampaio (PMDB-PI) era o único presente. No plenário não havia ninguém mesmo. Terra falou mesmo assim, numa segunda-feira, sobre a pobreza no noroeste do RS. Ex-secretário executivo do Programa Comunidade Solidária, presidido pela primeira-dama Ruth Cardoso, Terra não se intimidou, consciente de que seu discurso sairia na TV Câmara e na *Voz do Brasil*.

Há dois meses, quando assumiu a vaga do ex-deputado Synval Guazzelli (PMDB), Terra planejou falar para uma platéia de atentos observadores. Seria uma forma de homenagear o ex-governador, titular da vaga, obrigado a usar uma cadeira de rodas. Guazzelli morreu no dia 12 de abril.

Jornal: Zero Hora
Data: 15. 08. 2001
Página: 10
Tema: Opinião
Linha discursiva: Assistencialismo

Pior cego

A Fundação de Atendimento ao Deficiente e ao Superdotado do Rio Grande do Sul (Faders) mudou de nome e de função. Passa a se chamar Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para Pessoas Portadoras de Deficiência e de Altas Habilidades no Rio Grande do Sul. A nova entidade com nome politicamente correto e nenhuma capacidade de execução orçamentária estará vinculada à Secretaria da Educação e terá como objetivos articular a política pública estadual para o setor. Os deficientes visuais acompanharam a votação com preocupação num dia de poucas luzes no plenário da Assembléia.

Está na Bíblia: "O pior cego é o que não quer ver".



Jornal: Correio do Povo
Data: 15. 08. 2001
Página: 06
Tema: Geral
Linha discursiva: Assistencialismo

Tudo é fácil também para os deficientes

Um termo de cooperação técnica entre a Secretaria de Coordenação e Planejamento do RS e a Fundação de Atendimento ao Deficiente e ao Superdotado (Faders) foi assinado ontem, na sede do Tudo Fácil, pelo governador Olívio Dutra, o secretário de Coordenação e Planejamento, Adão Villaverde, e o presidente da Faders, Humberto Lippo Pinheiro. A ação vai permitir que a fundação disponibilize conhecimentos e técnicas para treinamento e capacitação da equipe do Tudo Fácil e a realização de consultoria nas áreas de engenharia e ergonomia. A Central de Serviços ao Cidadão está sendo remodelada, visando a uma ampla adaptação para o atendimento aos portadores de deficiência física. Dentro do novo conceito de atividades, os serviços serão, mais do que um balcão de atendimento, o canal direto de acesso entre cidadãos e governo. Atualmente, são atendidas no Tudo Fácil 7 mil pessoas por dia, em média.

Olívio Dutra destacou a importância desse novo espaço para as pessoas portadoras de deficiência física e de altas habilidades. "O nosso governo está cumprindo mais uma etapa de cidadania junto aos gaúchos. Dessa forma, confirmamos mais um compromisso junto à sociedade do Rio Grande do Sul", destacou.

De acordo com o presidente da Fa-

ders, "a adequação do Tudo Fácil tem o potencial para ser uma referência no governo do Estado de como é possível atender às demandas sociais e, com isso, garantir o acesso seguro e independente à população em geral".

Na mesma ocasião, o Detran lançou seus terminais de auto-atendimento. As duas primeiras unidades passam a operar no Tudo Fácil, prestando informações e serviços *on-line* já disponíveis no *site* www.detran.rs.gov.br, do Detran. Entre os serviços, estarão a obtenção da segunda via de multas e consulta sobre a pontuação do condutor, licenciamento do veículo e IPVA, além das consultas ao processo de recursos contra multas de trânsito.

RICARDO GIUSTI



Olívio encaminhou as adaptações para o amplo atendimento

Jornal: Correio do Povo
Data: 21 08. 2001
Página: 10
Tema: Geral
Linha discursiva: Assistencialismo

Apae recebe Celta 50 mil da empresa

O Celta número 50 mil, fabricado na GM de Gravataí, foi doado ontem à Apae do município. A idéia é pioneira na história da montadora no país. O veículo zero-quilômetro foi entregue pelo vice-presidente da GM no Brasil, José Carlos Pinheiro Neto, ao presidente da Apae, Laerte Oliveira. O carro deverá ser rifado pela entidade. "Nossa intenção é multiplicar o valor financeiro e emocional que o Celta representa para a Apae", destacou Oliveira. A Apae atende, há 32 anos, 256 crianças de zero a 19 anos portadoras de doenças mentais e pretende arrecadar cerca de R\$ 30 mil com a venda de carnês entre os sócios contribuintes.

"Gravataí tem a mais moderna fábrica do mundo e a nossa felicidade de produzir o Celta de número 50 mil precisava ser compartilhada", disse Pinheiro Neto. O prefeito Daniel Bordignon disse que o coração da cidade está no trabalho da Apae.

Jornal: Correio do Povo
Data: 14 08. 2001
Página: 03
Tema: Geral
Linha discursiva: Assistencialismo

Olhar basta para entender portador de lesão

As 42 crianças portadoras de lesão cerebral grave atendidas na Casa do Menino Jesus de Praga, na Capital, recebem da instituição mais do que tratamento adequado. Ali, os pequenos, que foram abandonados pela família, ganham dedicação e amor. "Não aceitamos o rótulo de vegetativos. Conseguimos nos entender apenas pelo olhar, é uma relação especial e divina", diz a presidente, Lorena Grissolia Lattuada.

Fundada em 1984, a casa sobrevive de contribuições espontâneas da comunidade e da promoção de eventos. Lorena explica que a manutenção mensal de cada albergado custa até R\$ 800,00 e a verba recebida da União vai a R\$ 34,00. Os gastos com medicamentos, fraldas e

alimentos especiais para a sonda consomem boa parte do orçamento.

Detentora do certificado de entidade filantrópica, a Casa do Menino

Jesus de Praga é uma organização não-governamental sem fins lucrativos e sem vínculos religiosos. Tem 40 funcionários e conta com 14 voluntários. Para cada seis crianças, há uma mãe atendente responsável, que cuida da alimentação ao banho.

Quem quiser colaborar pode ligar para (51) 3339-7665 ou aproveitar a realização

do tradicional jantar dançante beneficente da Comenda do Carinho, no próximo sábado, no Grêmio Náutico União, a partir das 21h.



As crianças que foram abandonadas precisam de ajuda

As 47 palavras e/ou raízes de palavras que, de alguma forma concorrem para a construção e/ou reforço da imagem da pessoa portadora de deficiência pelo viés do déficit são:

Abandonados	Compadeceram	Drama	Necessitados/necessitar
Ajuda	Compensa	Emocionaram	Oportunidade
Anomalia	Contribuição	Empenho	Problema(s)
Arrecadar/arrecadação	Cuidar	Esforço	Protegidos/proteção
Assistidos	Defeito	Especiais	Reabilitação
Atenção	Deficientes	Excluir	Retardo
Atender/atendidas	Desproporcional	Falhas	Supera
Atendimentos	Diferente	Graves	Tratamento
Beneficente(s)	Dificuldades	Impacto	Vegetativos
Campanha	Distúrbios	Incluir/inclusiva	Vergonha
Carinho	Comoveram	Integração	Vítimas
Comoveram	Doou/doações	Limitação	

Também foram detectadas 27 expressões (as semelhantes estão consideradas nas mesmas unidades) que constituem valor negativo para a deficiência.

*Preso a uma cadeira de rodas	*Criança especial	*Alimentos especiais	*Chamar atenção à problemática
*Adequar posto de trabalho	*Educação especial	*Estabelecimento diferenciado	*Dedicação e amor
*Comprometimento mental	*Aluno especial	*Contribuições espontâneas	*Felicidade compartilhada
*Marca da diferença	*Desordem neurológica	*Metodologia diferenciada	*Gene defeituoso
*Direito a quem necessita	*Pessoas com necessidades educativas especiais	*Relação especial e divina	*Problemas graves
*Conforme as habilidades das pessoas portadoras de deficiência	*Escola especial/educação especializada/ensino especializado	*Trabalhador especial	*Valor emocional
*Incapacidade permanente	*Pessoas especiais	*Necessidades especiais	